



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

***RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2017***

MARÇO, 2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Este Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e suas alterações, bem como de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e com a Portaria TCU nº 65/2018.

Brasília, março de 2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AUDIN – Auditoria Interna do Ministério Público da União
DN – Decisão Normativa
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
IN – Instrução Normativa
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
MPU – Ministério Público da União
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PGR – Procuradoria Geral da República
Port. - Portaria
RG – Relatório de Gestão
TCU – Tribunal de Contas da União
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1 - Percentual total de execução da ESMPU (jan-dez/2017).....	21
Tabela 2 - Despesas por modalidade de contratação - Execução total	34
Tabela 3 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	35
Tabela 4 - Força de Trabalho da UPC	63
Tabela 5 - Distribuição da lotação efetiva.....	63
Tabela 6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	64
Tabela 7 - Variação Patrimonial Diminutiva.....	92
Tabela 8 - Balanço Orçamentário.....	93
Tabela 9 - Balanço Financeiro	97
Tabela 10 - Balanço Patrimonial	98
Tabela 11 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	102
Tabela 12 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	104

Quadros

Quadro 1 - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 2 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas.....	12
Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos	15
Quadro 4 - Ações relacionadas a Programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	22
Quadro 5 - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	22
Quadro 6 - Construção do Centro de treinamento da ESMPU	24
Quadro 7 - Pessoal ativo da União.....	24
Quadro 8 - Aposentadorias e pensões – servidores civis.....	25
Quadro 9 - Contribuição para seguridade social - patronal	26
Quadro 10 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis	27
Quadro 11 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	27
Quadro 12 - Auxílio-transporte aos servidores civis	28
Quadro 13 - Auxílio-alimentação de servidores e empregados civis	29
Quadro 14 - Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos.....	29
Quadro 15 - Ações não previstas na LOA do exercício - restos a pagar – OFSS	30
Quadro 16 - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	30
Quadro 17 - Construção do Centro de treinamento da ESMPU	31
Quadro 18 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	32
Quadro 19 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	33
Quadro 20 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	33
Quadro 21 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	33
Quadro 22 - Indicador de desenvolvimento de membros e servidores do MPU.....	37
Quadro 23 - Indicador de capacitação de pessoal	37
Quadro 24 - Indicador de pesquisa na área jurídica	38
Quadro 25 - Indicador de demanda por bens e serviços de TI	39
Quadro 26 - Demandas por bens e serviços de TI - Resumo.....	42
Quadro 27 - Indicador de treinamento realizados na área de TI	43
Quadro 28 - Eventos e Treinamentos em 2017 - resumo	45
Quadro 29 - Indicador de índice de absenteísmo	45
Quadro 30 - Indicador de capacitação força de trabalho	46
Quadro 31 - Indicador de índice de rotatividade	46
Quadro 32 - Indicador de implementação da Lei nº 13.032/2014 – Quadro de pessoal da ESMPU	47
Quadro 33 - Indicador de Execução da dotação da ação 20HP	48
Quadro 34 - Indicador de execução da dotação da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	48
Quadro 35 - Indicador de execução das dotações orçamentárias destinadas aos benefícios assistenciais pagos aos servidores.....	48

Quadro 36 - Indicador de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos	49
Quadro 37 - Indicador de execução orçamentária do Plano interno capacitação de recursos humanos	49
Quadro 38 - Índice de Absenteísmo – 2017	61
Quadro 39 - Contratos de prestação de serviços terceirizados	67
Quadro 40 - Avaliação da prestação de serviços	68
Quadro 41 - Composição do quadro de estagiários - 2016	69
Quadro 42 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU	69
Quadro 43 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	70
Quadro 44 - Quadro de pessoal - STI	71
Quadro 45 - Quadro Distribuição de pessoal por área de atuação	71
Quadro 46 - Projetos concluídos em 2017	73
Quadro 47 - Projetos em andamento	74
Quadro 48 - Contratos de serviços continuados	74
Quadro 49 - Principais Sistemas de Informação e níveis de criticidade	75
Quadro 50 - Nível de criticidade de sistemas STI	78
Quadro 51 - Produção ASCOM 2017	82
Quadro 52 - Vídeos aulas Divulgadas em 2017	86
Quadro 53 - Edições Do Programa “Espaço Debate” Divulgadas Em 2017	86
Quadro 54 - Enquete: Como você avalia a comunicação da ESMPU (interna ou externa)?	87
Quadro 55 - Enquete: Como você avalia o site da ESMPU, em termos de forma, conteúdo e acesso?	87
Quadro 56 - Enquete: Como você avalia a divulgação das atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão oferecidas pela ESMPU?	87
Quadro 57 - Enquete: Como você ficou sabendo do curso?	88

Gráficos

Gráfico 1 - Execução ESMPU (jan-dez/2017)	21
Gráfico 2 - Distribuição de pessoal de TI na ESMPU	71
Gráfico 3 - Distribuição de pessoal por áreas macro da estrutura STI	72
Gráfico 4 - Produção ASCOM 2017	83
Gráfico 5 - Enquete: Como você ficou sabendo do cursos?	88

Ilustrações

<i>Figura 1 - Organograma da AUDIN-MPU</i>	<i>56</i>
<i>Figura 2 - Formulário de Plano de descarte de resíduos</i>	<i>81</i>
<i>Figura 3 - Portal da ESMPU na internet (antes e depois)</i>	<i>84</i>
<i>Figura 4 - Intranet da ESMPU (antes e depois)</i>	<i>85</i>
<i>Figura 5 - Notícias sobre outras atividades desenvolvidas pela instituição</i>	<i>88</i>

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Metas e ações planejadas para 2017

Anexo 2 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019.

SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	10
1.1	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	10
1.2	NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	10
1.3	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
1.4	ORGANOGRAMA	12
1.5	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
2	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	16
2.1	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	16
2.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	16
2.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	18
2.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	19
2.2	FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	19
2.3	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	20
2.3.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	22
2.3.2	Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	22
2.3.3	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	31
2.3.4	Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	32
2.3.5	Informações sobre a execução das despesas	34
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	36
2.5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	37
2.5.1	Indicadores da Secretaria de Planejamento e Projetos.....	37
2.5.2	Indicadores da Secretaria de Tecnologia da Informação	38
2.5.3	Indicadores da Secretaria de Administração	45
3	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	51
3.1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	51
3.2	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	54
3.3	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVO	57
3.4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	57
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	59
4.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	59
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	63
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	66
4.1.3	Gestão de riscos relacionados a pessoal.....	67
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	67
4.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....	69
4.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	69
4.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	71
4.3.1	Principais sistemas de informações	75
4.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	79
4.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	79
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	80
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	82
5.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	85
5.2	CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO.....	86
5.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	86
5.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	89
5.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	89
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	91
6.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	91

6.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	92
6.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	93
6.3.1	Balanço Financeiro	97
6.3.2	Balanço Patrimonial	98
6.3.3	Demonstrações das Variações Patrimoniais	104
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	111
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	111
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	111
7.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	111
7.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	111
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	111
7.6	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	111
8	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	112
9	ANEXOS E APÊNDICES.....	113
10	APÊNDICES	113
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi criada em 1998 pela Lei nº 9.628. É uma instituição federal da Administração Direta, vinculada diretamente à Procuradora-Geral da República. Configura-se como um ente de direito público de natureza jurídica autônoma, conforme dispõe o art. 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Foi instalada no dia 14 de junho de 2000, com foro e sede na Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16 de dezembro de 2013, e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 78, de 22 de outubro de 2014.

A ESMPU é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar compatível com a sua personalidade jurídica, de acordo com os seus atos constitutivos e legislação vigente.

Promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão, em busca de intercâmbio de informações com vistas à profissionalização de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). É responsável pela realização dos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento e cursos necessários para promoção de membros do MPU na carreira, atividades criadas por exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004. Apoia projetos de pesquisa científica propostos e conduzidos por membros e servidores que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade, com ações desenvolvidas em parceria com órgãos públicos, organizações não-governamentais e outras instituições. O saber produzido pelos integrantes do Ministério Público da União é disseminado por meio das publicações da Escola (Boletim Científico e série Manual de Atuação, dentre outros).

O relatório a seguir apresenta as principais realizações da ESMPU no exercício de 2017, bem como a prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1 Finalidade e competências

Os objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU estão elencados no artigo 3º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998:

- I. Iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais;
- II. Aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;
- III. Desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
- IV. Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

As finalidades básicas da ESMPU são as descritas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

- I. A oferta de formação continuada e especializada;
- II. O incentivo e o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa;
- III. A estrutura organizacional racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos institucionais;
- IV. A integração entre os quatro ramos do MPU.

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como missão:

“Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais.”

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 1 - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 9.628, de 14 abril de 1998: cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Normas em vigor que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Portaria PGR nº 686, de 19/12/2011: remaneja cargos em comissão e funções de confiança, da Procuradoria Geral da República, para a Escola Superior do Ministério Público da União; Portaria PGR nº 247, de 16/5/2012: Estabelece a estrutura organizacional da Escola Superior do Ministério Público da União; Lei nº 13.032, de 24/09/2014: cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013: aprova o Regimento Interno da ESMPU; Portaria PGR/MPU n.78, de 22/10/2014: aprova nova redação do Regimento Interno.

1.3 Ambiente de atuação

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é órgão público federal, diretamente vinculado à Procuradora-Geral da República. As ações de capacitação são conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União e concentram esforços para elevar o nível de eficiência no trabalho, tendo como base a formação continuada.

Conforme exposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Lei nº 11.415 de 15/12/2006 – que atrelam a progressão funcional e promoção dos membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, indignação, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional. Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino.

O foco das ações educacionais da ESMPU, antes centrado em atividades de extensão – como seminários, simpósios e congressos –, voltou-se, a partir de 2011, aos cursos de aperfeiçoamento, com carga horária geralmente superior à das atividades de extensão. Buscou-se a capacitação que aprimore o saber, visando à melhoria contínua do desempenho nas funções institucionais e gerando melhor qualificação do quadro do MPU. Os cursos de aperfeiçoamento da área administrativa são oferecidos, prioritariamente, na modalidade a distância.

O desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa que abordem temas de relevante interesse para o MPU além de ser um dos pilares fundamentais de uma instituição de ensino é, também, para a Escola, um dos quatro objetivos consignados em sua Lei de criação. Os projetos de pesquisa são voltados à inovação e ao aperfeiçoamento das ações finalísticas do MPU, portanto, são pesquisas aplicadas, conduzidas ao longo da existência da Escola. A proposição pode ser feita por membros e servidores em atividade no MPU, de forma individual ou coletiva, de acordo com

regulamento próprio. Esses projetos têm como objetivos o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do Órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber. O objeto da Pesquisa Científica Aplicada (PCA) deve ser correlato a temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores. Dessa forma, publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações e teses acadêmicas, com ênfase na área jurídica.

A ESMPU também celebra acordos de cooperação com diversas instituições, incluindo as internacionais, com o objetivo de estimular o intercâmbio em áreas de interesse mútuo. Busca-se o aprimoramento do quadro, bem como o apoio a atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do MPU.

Em síntese, a ESMPU apresenta-se no cenário da Administração Pública, desde a sua instalação, como um espaço aberto ao debate, ao diálogo e à profissionalização. Nesse sentido, busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão e o desenvolvimento social. Seu trabalho é comprometido com a qualidade dos seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação institucional mais efetiva.

1.4 Organograma

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Administração Superior	Gerir as atividades da ESMPU e estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis; avaliar a organização, o funcionamento dos serviços administrativos e o resultado dos recursos financeiros aplicados; deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente; conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino.	1. Denise Neves Abade (MPF)	Conselheiro	01/01/2017 a 31/12/2017
1.1. Conselho Administrativo		2. Xisto Tiago de Medeiros Neto (MPT) 3. Alexandre José de Barros Leal Saraiva (MPM) 4. Flávio Augusto Milhomem (MPDFT)		

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1.2. Diretoria-Geral	Exercer as funções de gestão e subsidiar o Conselho Administrativo na tomada de decisões.	Carlos Henrique Martins Lima	Diretor-Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
1.2.1. Assessoria Jurídica	Emitir parecer jurídico e assistir a Administração Superior em procedimentos administrativos ou judiciais que envolvam matéria pertinente à ESMPU.	José Bernardino Nunes da Silva	Assessor-Chefe	01/01/2017 a 31/12/2017
		Déborah Sarah Dias Leão	Assessora-Chefe	01/01/2017 a 31/12/2017
1.2.2. Assessoria de Comunicação	Orientar a Administração Superior nas atividades de comunicação social, produzir e divulgar material informativo sobre as atividades da ESMPU.	Graziane Madureira Baptista	Assessor Chefe	01/01/2017 a 31/12/2017
1.2.3. Gabinete	Organizar a agenda e prestar assistência à Diretoria-Geral.	José Bernardino Nunes da Silva	Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 31/12/2017
1.3. Coordenações de Ensino	Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU e participar de sessões do CONAD como representantes do Corpo Docente.	1. Pedro Antônio de Oliveira Machado (MPF)	Coordenador de Ensino	01/01/2017 a 31/12/2017
		2. Daniela Ribeiro Mendes (MPT)		01/01/2017 a 31/12/2017
		3. Clauro Roberto de Bortolli (MPM)		01/01/2017 a 31/12/2017
		4. Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja (MPDFT)		01/01/2017 a 31/12/2017
2. Outros Órgãos Colegiados: 2.1. Câmara de Desenvolvimento Científico	Discutir sobre cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU e propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada.	1. Odim Brandão Ferreira (Subprocurador-Geral da República)	Membro efetivo	01/01/2017 a 31/12/2017
		2. Walter Claudius Rothenburg (Procurador Regional da República)		01/01/2017 a 31/12/2017
		3. Bruno Gomes Borges da Fonseca (Procurador do Trabalho na 17ª Região)		01/01/2017 a 31/12/2017
		4. Alessandro Santos de Miranda (Procurador do Trabalho)		01/01/2017 a 31/12/2017
		5. Cláudio Martins (Promotor de Justiça Militar)		01/01/2017 a 31/12/2017

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		6. Nelson Lacava (Promotor de Justiça Militar)		01/01/2017 a 31/12/2017
		7. Pedro Thomé de Arruda Neto (Promotor de Justiça)		01/01/2017 a 31/12/2017
		8. Fabiana de Assis Pinheiro (Promotor de Justiça)		01/01/2017 a 31/12/2017
2.2. Câmara Editorial	Examinar o conteúdo e a forma dos projetos de publicações de caráter científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU, e propor a modalidade e a prioridade de publicação e tiragem da obra.	1. André Batista Neves (PR/BA)	Membro efetivo	01/01/2017 a 31/12/2017
		2. Antônio do Passo Cabral (PR/RJ)		01/01/2017 a 31/12/2017
		3. Antônio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)		01/01/2017 a 31/12/2017
		4. Maria Rosynete de Oliveira Lima (MPDFT)		01/01/2017 a 31/12/2017
		5. Ricardo José Macedo Britto Pereira (PGT)		01/01/2017 a 31/12/2017
		6. Carolina Vieira Mercante (PRT/2ª Região)		01/01/2017 a 31/12/2017
		7. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (PJM/Recife – PE)		01/01/2017 a 31/12/2017
		8. Selma Pereira de Santana (PJM/Salvador – BA)		01/01/2017 a 31/12/2017
3. Secretaria de Planejamento e Projetos	Articular as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU e propor e avaliar planos, programas e projetos estratégicos e operacionais.	Volker Egon Bohne	Secretário	Desde 29/12/2011
4. Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional	Supervisionar o registro acadêmico; o desenvolvimento da produção editorial e gráfica; o serviço de biblioteca; e a infraestrutura e a logística das atividades acadêmicas e de eventos institucionais.	Nelson de Sousa Lima	Secretário	Desde 29/12/2011
5. Secretaria de Administração	Gerenciar as atividades relacionadas a planejamento e gestão orçamentária e financeira, ordenação de despesas e gestão de pessoas; serviços administrativos; compras e contratações; material e patrimônio; obras e serviços de engenharia.	Sonia Márcia Fernandes Amaral	Secretária	Desde 04/02/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
6. Secretaria de Tecnologia da Informação	Supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação	Moises Jacobino de Moraes	Secretário	Desde 06/04/2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Atividades acadêmicas	<p>Detalha a gestão das atividades acadêmicas, compreendendo:</p> <p>a) Planejar atividades acadêmicas. Formatar Plano Anual de Atividades. Administrar atividades de aperfeiçoamento EAD. Administrar atividades de aperfeiçoamento presencial.</p> <p>b) Administrar atividades de extensão. Administrar atividades de Pós-Graduação. Avaliar atividades acadêmicas (por atividade).</p> <p>c) Avaliar a qualidade do processo das atividades acadêmicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Atividades. Projetos pedagógicos. Planejamento dos custos das atividades acadêmicas. Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União.	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria-Geral Conselho Administrativo Secretaria de Planejamento e Projetos Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional Secretaria de Administração
Gerir Pesquisas Científicas Aplicadas	<p>Detalha a gestão dos projetos de pesquisas científicas aplicadas, compreendendo:</p> <p>a) Planejar pesquisas científicas aplicadas.</p> <p>b) Administrar pesquisas científicas aplicadas.</p> <p>c) Avaliar a qualidade do processo das pesquisas científicas aplicadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de Pesquisas. Plano de Pesquisas. Relatórios Parcial e Final das Pesquisas Científicas Aplicadas. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara de Desenvolvimento Científico Secretaria de Planejamento e Projetos Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional
Gerir Publicações	<p>Detalha a gestão das publicações, compreendendo:</p> <p>a) Planejar publicações.</p> <p>b) Administrar publicações.</p> <p>c) Avaliar processo de publicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Publicações. 	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara Editorial Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

A ESMPU, por ser uma instituição de ensino de Pós-Graduação, descreve o seu planejamento organizacional no documento Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, exigência do Ministério da Educação – MEC para as escolas de governo a serem credenciadas e reconhecidas como legítimas em sua oferta educacional. O PDI é o documento que sistematiza a previsão e implementação do planejamento, do desenvolvimento, da avaliação e da gestão da escola de governo¹.

O PDI vigente² abrange o período de 2015 a 2019 e busca o alinhamento das mais diferentes áreas da Escola – do administrativo ao pedagógico – considerando fatores como a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de autoavaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição, importantes para o alcance de resultados.

O plano apresenta, portanto, o perfil institucional, contemplando as finalidades previstas na lei de criação da ESMPU, os objetivos e metas, as áreas de atuação acadêmica e as políticas de ensino, de extensão e de pesquisas. Esse arcabouço foi construído a partir de uma análise de ambientes interno e externo, metas e resultados esperados, que oferecem diretrizes para a gestão.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

As metas estabelecidas para a ESMPU visam alcançar a excelência na gestão e, por isso, tiveram como base os princípios constitucionais da Administração Pública e, como pilares, os fundamentos da excelência gerencial:

1. legalidade (liderança e constância de propósitos, responsabilidade social);
2. impessoalidade (controle social, pensamento sistêmico, geração de valor);
3. moralidade (foco no cidadão e na sociedade);
4. publicidade (aprendizado organizacional; orientação por processos e informações; gestão participativa); e
5. eficiência (visão de futuro e cultura da inovação).

¹ BRASIL, Ministério da Educação. Especificidades do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para as Escolas de Governo – documento orientador. Brasília, 2016

² Acessível em: <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2015-2019/pdi-2015-2019.pdf>

Considerando esses fundamentos e o resultado da análise do ambiente, buscou-se o refinamento da gestão da ESMPU, visando ao equilíbrio entre as competências da Instituição e as exigências dos ambientes interno e externo, sem perder de vista o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU)³, e o atendimento das dez dimensões trazidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com as devidas adaptações para a realidade da Escola:

1. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. a comunicação com a sociedade;
5. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. políticas de atendimento aos estudantes;
10. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

³ Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. De acordo com o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle. A cada um deles foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta, ou indiretamente, para o alcance dos objetivos. São eles: (a) pessoas e competências; (b) princípios e comportamentos; (c) liderança organizacional; (d) sistema de governança; (e) relacionamento com partes interessadas; (f) estratégia organizacional; (g) alinhamento transorganizacional; (h) gestão de riscos e controle interno; (i) auditoria interna; e (j) accountability e transparência.

Estão estabelecidas 25 (vinte e cinco) metas para o quinquênio 2015-2019, agrupadas de acordo com os oito critérios do Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ⁴, substituindo “Clientes” por “Cidadãos”:

1. Liderança
2. Estratégias e planos
3. Cidadãos
4. Sociedade
5. Informações e conhecimento
6. Pessoas
7. Processos
8. Resultados

Este último critério não tem metas exclusivas. Ao contrário: ele está inserido em todas as metas.

As metas e as ações planejadas para 2017 constam do **Anexo 1**.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por ser uma instituição de ensino, o planejamento estratégico da ESMPU está expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019. Metas foram estabelecidas e indicadores de desempenho foram criados para mensuração do alcance de cada meta, além de possibilitar o monitoramento e avaliação das ações e dos resultados esperados. O desdobramento das estratégias é realizado por meio de Planos de Ação e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborados pelas unidades que compõem a ESMPU. Esse instrumento permite o acompanhamento das ações empreendidas pelas áreas para alcance das metas. Além de permitir o desenvolvimento da cultura de planejamento em níveis estratégico, tático e operacional, favorece o controle dos resultados e o tratamento de desvios, sistematizados em relatórios anuais⁵.

⁴ A entidade sem fins lucrativos foi criada para administrar o Prêmio Nacional da Qualidade® (PNQ), em 1991. Com trajetória marcada pela busca das melhores práticas da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil. Em 2005, a Fundação promoveu uma ampla reestruturação, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

⁵ O Relatório da Execução do PDI 2015-2019 pode ser acessado em <https://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/transparencia/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/resultados-alcancados/acompanhamento-pdi-dez-2017.pdf> ou no Anexo 2 deste Relatório.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ESMPU se organiza física e administrativamente para o quinquênio 2015-2019, para fazer frente ao desafio autoproposto e cumprir a missão de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais”. Para tanto, apoia-se nos objetivos institucionais e nas políticas de ensino, assim como em metas que se articulam com mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os órgãos da ESMPU que apoiam as atividades acadêmicas e contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são:

- O Conselho Administrativo (CONAD);
- A Diretoria-Geral;
- As Coordenações de Ensino;
- A Secretaria de Planejamento e Projetos;
- A Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional;
- A Secretaria de Administração e;
- A Secretaria de Tecnologia da Informação.

Para cada uma das metas estabelecidas no PDI 2015-2019 (plano estratégico da ESMPU), está designada a área responsável pelo seu alcance. À luz dessas metas, as áreas da ESMPU elaboram os respectivos planos de ação, onde descrevem as ações empreendidas para execução das macroatividades e das metas estabelecidas no plano estratégico, bem como a previsão de conclusão e o resultado esperado. Essas ações consistem em programas, projetos, prioridades e atividades executadas no âmbito das secretarias.

Quanto à gestão da Tecnologia da Informação – TI, a ESMPU dispõe do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instrumento responsável pela avaliação da situação atual e pela exposição do que a instituição almeja quanto à gestão de TI. O PDTI 2017-2018⁶ está alinhado com o PDI 2015-2019.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução e dos resultados das metas previstas no PDI da ESMPU é semestral, sendo realizado por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas. Na estrutura organizacional da ESMPU há duas

⁶ Acessível em https://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2017-2018/PDTI_2017_2018_1.0.pdf

áreas responsáveis pelo monitoramento: a Divisão de Desenvolvimento Organizacional, que acompanha a execução do PDI, e a Divisão de Avaliação, que avalia as ações empreendidas.

Uma instância de controle interno na ESMPU é a Comissão Própria de Avaliação, que tem a finalidade de conduzir os processos de avaliações institucionais da Escola, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos competentes. Sua composição contempla a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Os membros são escolhidos para um mandato de dois anos. Ademais, na estrutura do MPU há a AUDIN, responsável por realizar auditoria interna nas unidades componentes do Ministério.

Os instrumentos para monitoramento são os planos de ações de cada secretaria da Escola, que servem para acompanhamento de resultados e posicionamento. As informações coletadas são consolidadas em relatórios de auto avaliação institucional, exigência do MEC a escolas de governo, e em relatórios de execução do PDI, **Anexo 2** deste Relatório.

2.3 Desempenho Orçamentário

A dotação orçamentária aprovada pela Lei nº 13.414, de 10/1/2017 - Lei Orçamentária Anual de 2017 (LOA/2017), publicada no Diário Oficial da União de 11/01/2017, fixou créditos orçamentários na ordem de R\$ 29.941.573,00 para a ESMPU, sendo: R\$ 7.867.052,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 11.845.891,00 para Capacitação; R\$ 391.555,00 para Pesquisa; R\$ 500.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.509.015,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 828.060,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Em virtude da necessidade da continuidade de suas atividades e de outras alterações orçamentárias, a ESMPU passou a ter, como dotação orçamentária final no exercício de 2017, créditos na ordem de R\$ 29.308.078,00 (vinte e nove milhões, trezentos e oito mil, setenta e oito reais), distribuídos da seguinte forma: R\$ 7.867.052,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 10.845.891,00 para Capacitação; R\$ 391.555,00 para Pesquisa; R\$ 412.802,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.910.015,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 880.763,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi utilizado o montante de R\$ 27.250.041,01, equivalente a 92,98%, sendo: R\$ 26.404.839,73 (96,90%) diretamente pela ESMPU, e R\$ 845.201,28 (3,10%) descentralizado.

Dos créditos utilizados diretamente pela ESMPU, foi pago o montante de R\$ 23.759.094,93, correspondente a 89,98%.

Foi realizado o bloqueio orçamentário do valor de R\$ 87.198,00, referente aos contingenciamentos de créditos realizados ao longo do exercício de 2017, equivalente a 0,30% da dotação.

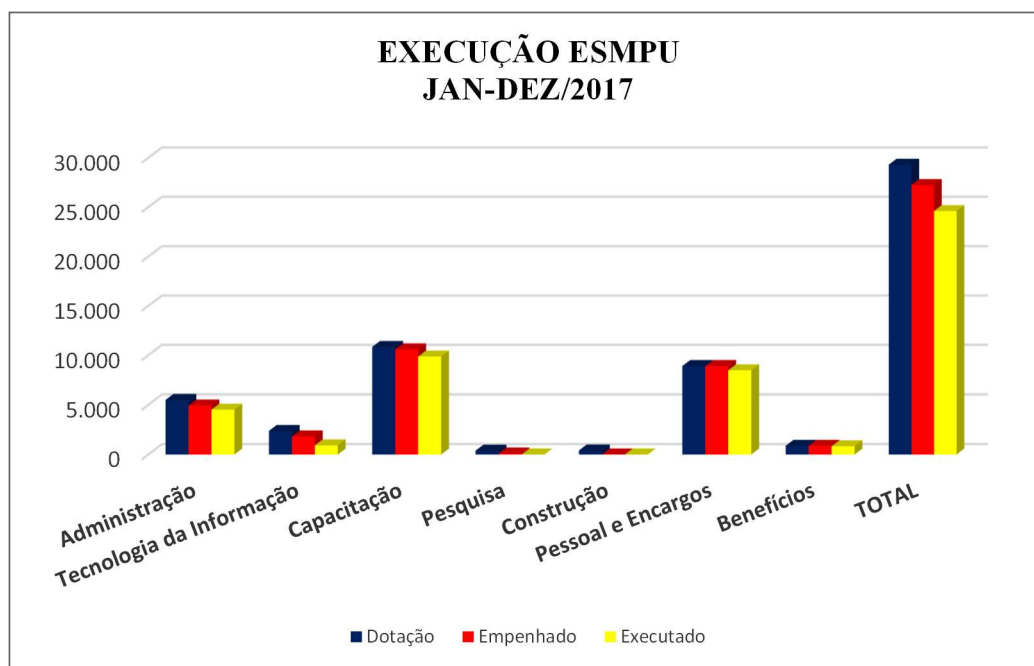
Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 2.644.962,68, equivalente a 10,02% dos créditos diretamente utilizados pela ESMPU.

Os créditos não utilizados (disponível) no exercício de 2017, na ordem de R\$ 2.058.036,99, corresponderam a 7,02% da dotação.

Tabela 1 - Percentual total de execução da ESMPU (jan-dez/2017)

Descrição	Dotação	Empenhado	% Empenhado	Executado	% de Execução
Administração	5.493.552,00	4.935.006,83	89,83	4.513.694,37	82,16
Tecnologia da Informação	2.373.500,00	1.822.145,25	76,77	916.128,54	38,60
Capacitação	10.845.891,00	10.605.434,01	97,78	9.867.560,30	90,98
Pesquisa	391.555,00	97.676,92	24,95	0,00	0,00
Construção	412.802,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos	8.910.015,00	8.909.015,00	99,99	8.479.231,79	95,17
Benefícios	880.763,00	880.763,00	100,00	828.463,33	94,06
TOTAL	29.308.078,00	27.250.041,01	92,98	24.605.078,33	83,95

Gráfico 1 - Execução ESMPU (jan-dez/2017)



2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O PPA 2016-2019 conta com a Ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União. Para o exercício de 2017, a ESMPU solicitou, inicialmente, uma dotação de R\$ 5.053.000,00 (cinco milhões e cinquenta e três mil reais). Essa dotação sofreu limitação pela Secretaria de Orçamento Federal do Governo Federal – SOF/MPOG, sendo o valor final fixado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que se destinava à contratação de empresa especializada para execução da obra. Entretanto, esses créditos foram insuficientes, razão pela qual o processo de licitação sequer foi iniciado. Houve, ainda, o bloqueio orçamentário do valor de R\$ 87.198,00, referente aos contingenciamentos de créditos realizados ao longo do exercício de 2017. A dotação final para a ação de Construção do Centro de Treinamento da ESMPU passou a ser de R\$ 412.802,00, da qual não se realizou quaisquer gastos no exercício de 2017.

2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 4 - Ações relacionadas a Programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica a essa unidade.

Quadro 5 - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

Identificação da Ação							
Código	20HP					Tipo: Atividade	
Descrição	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	20.104.498,00	19.104.498,00	17.460.263,01	15.297.383,21	15.296.601,09	782,12	2.162.879,80
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Nacional	Projeto desenvolvido	Unidade	140	140	150		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Nacional	3.596.772,57	2.710.118,82	852.721,80	Projeto desenvolvido	Unidade	62

Observações:

1. Da dotação inicial da ação 20HP, a ESMPU ofereceu à Procuradoria Geral da República (PGR) o cancelamento de créditos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que foi realizado por intermédio da Portaria PGR nº 157, de 14/12/2017, publicada no DOU nº 240, de 15/12/2017.

2. No tocante a execução de restos a pagar não processados, além de recursos descentralizados, a ESMPU inscreveu diretamente no início de 2017 o montante de R\$ 2.914.461,50, referente ao exercício de 2016 e reinscreveu o valor de R\$ 337.658,24 referente ao exercício de 2015. Assim, o valor total inscrito diretamente pela UG no início de 2017 foi de R\$ 3.252.119,74. Desse valor, a ESMPU promoveu diretamente pagamentos na ordem de R\$ 2.020.172,07, correspondente a 62,12%. Por conseguinte, a diferença dos valores supracitados em relação ao quadro acima refere-se as provisões concedidas a outras unidades orçamentárias.

A ação 20HP é composta de três Planos Orçamentários: 001 – Administração da ESMPU, 002 – Capacitação de Pessoal, e 003 – Pesquisa na Área Jurídica.

- Plano Orçamentário 001: Destina-se à manutenção das atividades administrativas, sendo realizadas despesas com custeio para funcionamento da estrutura física da ESMPU (prestação dos serviços de limpeza e conservação, apoio administrativo, copeiragem, serviços gráficos, manutenção de equipamentos, dentre outros), investimentos em sistemas, equipamentos, mobiliário e materiais permanentes e de consumo.

- Plano Orçamentário 002: Destina-se a atividade fim da ESMPU, com a realização cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos cursos de ingresso e vitaliciamento para membros do MPU. Conforme observamos no quadro acima foram desenvolvidos 150 projetos, sendo 136 cursos de aperfeiçoamento (85 presenciais e 51 na modalidade EAD), 1 oficina, 3 atividades de extensão e 10 atividades de longa duração, sendo 3(três) Cursos de Ingresso e Vitaliciamento (MPF, MPT e MPDFT), 5 (cinco) especializações e 2 (duas) turmas de mestrado em Direito. Essas ações resultaram em aproximadamente 6.705 pessoas capacitadas em 2017.

- Plano Orçamentário 003: Destina-se ao desenvolvimento de pesquisas científicas na área jurídica. A ESMPU não concluiu nenhuma pesquisa no ano de 2017, porém 6 (seis) pesquisas foram iniciadas e serão concluídas em 2018.

Quadro 6 - Construção do Centro de treinamento da ESMPU

Identificação da Ação							
Código	11EQ					Tipo: Projeto	
Descrição	Construção do Centro de Treinamento da ESMPU						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 – ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	2%	2%	0%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	0%	

Observações:

Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 500.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para execução dos projetos complementares para finalizar a obra. Entretanto, esses recursos foram insuficientes para abertura do certame licitatório, razão pela qual a obra permaneceu paralisada, sem possibilidade de execução da dotação.

Com objetivo de atender aos contingenciamentos de créditos solicitados pela SOF/MP ao longo do exercício de 2017, foi realizado o bloqueio orçamentário no valor de R\$ 87.198,00. Assim, a dotação final da ação passou a ser de R\$ 412.802,00, a qual não foi executada.

Quadro 7 - Pessoal ativo da União

Identificação da Ação			
Código	20TP		Tipo: Atividade
Descrição	Pessoal Ativo da União		
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU		

Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	7.414.164,00	7.744.164,00	7.744.164,00	7.602.102,33	7.602.102,33		142.061,67
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Nacional	Pagamento de pessoal ativo da União						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nacional	159.423,26	90.626,31	24.515,13				

Observações:

A dotação fixada na ação 20TP, destinada ao pagamento aos membros e servidores do MPU, encontra-se sob a gerência da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) - Setorial Orçamentária do MPU, que a descentraliza aos demais Ramos do MPU, conforme suas necessidades.

Quadro 8 - Aposentadorias e pensões – servidores civis

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo: Atividade	
Descrição	Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	130.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	Pagamento de aposentadorias e pensões						

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	0,00	0,00	0,00			

Observações:

A dotação fixada na ação 0181, destinada ao pagamento de aposentadoria e pensões aos membros e servidores do MPU, encontra-se sob a gerência da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) - Setorial Orçamentária do MPU, que a descentraliza aos demais Ramos do MPU, conforme suas necessidades.

Quadro 9 - Contribuição para seguridade social - patronal

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo: Atividade			
Descrição	Contribuição para Seguridade Social - Patronal						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	964.851,00	1.164.851,00	1.164.851,00	877.129,46	877.129,46		287.721,54
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	5.000,00	0,00	1.475,10				

Observações:

A dotação fixada na ação 09HB, destinada ao pagamento de Contribuição para Seguridade Social - Patronal dos membros e servidores do MPU, encontra-se sob a gerência da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) - Setorial Orçamentária do MPU, que a descentraliza aos demais Ramos do MPU, conforme suas necessidades.

Quadro 10 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis

Identificação da Ação							
Código	2004					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	209.160,00	209.160,00	209.160,00	209.160,00	209.160,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	45.084,00	45.084,00	0,00				

Observações:

O valor de R\$ 209.160,00 foi descentralizado à Secretaria de Administração – SA/PGR, para pagamento de despesas de Assistência Médica e Odontológica (inclusive exames periódicos) dos servidores da ESMPU.

Quadro 11 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	50.328,00	94.191,00	94.191,00	86.676,00	86.676,00		7.515,00

Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Em Brasília						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	76.418,31	0,00	64.865,65			

Observações:

Esta ação é destinada ao pagamento de despesas de Assistência Pré-Escolar aos Servidores da ESMPU de acordo com a legislação vigente.

Quadro 12 - Auxílio-transporte aos servidores civis

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	5.136,00	5.136,00	5.136,00	1.346,58	1.346,58		3.789,42
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	8.801,47	0,00	5.088,23				

Observações:

Esta ação é destinada ao pagamento de despesas com Auxílio-Transporte aos Servidores da ESMPU de acordo com a legislação vigente.

Quadro 13 - Auxílio-alimentação de servidores e empregados civis

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação de Servidores e Empregados Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	498.576,00	507.416,00	507.416,00	496.258,91	496.258,91		11.157,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	118.052,40	0,00	162.118,27				

Observações:

Esta ação é destinada ao pagamento de despesas com Auxílio-Alimentação aos Servidores da ESMPU de acordo com a legislação vigente.

Quadro 14 - Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação							
Código	216H					Tipo: Atividade	
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	52.860,00	52.860,00	52.860,00	35.021,84	35.021,84		17.838,16
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta			Meta			

Nº do subtítulo/ Localizador		Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Em Brasília	Agente Público Beneficiado	Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	Agente Público Beneficiado	Unidade	0

Observações:

Esta ação é destinada ao pagamento de despesas com Auxílio-Moradia ao Diretor-Geral da ESMPU de acordo com a legislação vigente.

Quadro 15 - Ações não previstas na LOA do exercício - restos a pagar – OFSS

Não se aplica.

Quadro 16 - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

Identificação da Ação							
Código	20HP			Tipo: Atividade			
Descrição	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Defesa da Ordem Jurídica				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.352.500,00	1.724.000,00	1.287.116,97	Apoio realizado	Percentual de execução	100%	100%	100%

Observações:

A ação 20HP possui “Projeto desenvolvido”, como descrição da meta, e “Unidade”, como unidade de medida. A dotação de investimento desta ação foi executada dentro do Plano Orçamentário 001 – Administração da ESMPU, a qual possui “Apoio realizado” como descrição da meta e “percentual de execução” como unidade de medida, atingindo a totalidade de sua previsão.

Quadro 17 - Construção do Centro de treinamento da ESMPU

Identificação da Ação							
Código	11EQ					Tipo: Projeto	
Descrição	Construção do Centro de Treinamento da ESMPU						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
500.000,00	500.000,00	0,00	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	0%	0%	0%

Observações:

O PPA 2016-2019 conta com a Ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União. Para o exercício de 2017, a ESMPU solicitou, inicialmente, uma dotação de R\$ 5.053.000,00 (cinco milhões e cinquenta e três mil reais). Essa dotação sofreu limitação pela Secretaria de Orçamento Federal do Governo Federal – SOF/MPOG, sendo o valor final fixado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que se destinava à contratação de empresa especializada para execução da obra. Entretanto, esses créditos foram insuficientes, razão pela qual o processo de licitação sequer foi iniciado. Houve, ainda, o bloqueio orçamentário do valor de R\$ 87.198,00, referente aos contingenciamentos de créditos realizados ao longo do exercício de 2017. A dotação final para a ação de Construção do Centro de Treinamento da ESMPU passou a ser de R\$ 412.802,00, da qual não se realizou quaisquer gastos no exercício de 2017.

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A dotação orçamentária aprovada pela Lei nº 13.414, de 10/1/2017 - Lei Orçamentária Anual de 2017 (LOA/2017), publicada no Diário Oficial da União de 11/01/2017, destinou recursos na ordem de R\$ 29.941.573,00 para a ESMPU, sendo: R\$ 7.867.052,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 11.845.891,00 para Capacitação; R\$ 391.555,00 para Pesquisa; R\$ 500.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.509.015,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 828.060,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Por meio das Portarias PGR nº 77, publicada no DOU de 8/8/2017, nº 146, de 29/11/2017, publicada no DOU nº 229, de 30/11/2017, e nº 152, de 4/12/2017, publicada no DOU nº 232, de 5/12/2017, a ESMPU recebeu suplementação de crédito na ordem de R\$ 582.703,00 (quinhentos e

oitenta e dois mil, setecentos e três reais) para despesas com pessoal e encargos sociais e Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Além disso, foi cancelado o valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), que se destinava ao pagamento de aposentadorias a membros e servidores da ESMPU. Esse cancelamento foi realizado pela Portaria PGR nº 146, de 29/11/2017, publicada no DOU nº 229, de 30/11/2017.

A Escola, por meio do Ofício nº 1617/2017 – SA-ESMPU, de 6/12/2017, ofereceu à Procuradoria Geral da República a descentralização de créditos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que foi realizada por intermédio da Portaria PGR nº 157, de 14/12/2017, publicada no DOU nº 240, de 15/12/2017.

Com o fito de atender à continuidade de execução das atividades administrativas, a Escola, por meio do Ofício nº 1621/2017 – SA-ESMPU, de 7/12/2017, solicitou o remanejamento de crédito na ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), o qual foi efetivado pela Portaria PGR nº 157, de 14/12/2017, publicada no DOU nº 240, de 15/12/2017.

Houve ainda o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 87.198,00 (oitenta e sete mil, cento e noventa e oito reais), que se destinava à continuidade da obra de construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

Dessa forma, a dotação orçamentária final da ESMPU foi de R\$ 29.308.078,00 (vinte e nove milhões, trezentos e oito mil, setenta e oito reais), distribuídos da seguinte forma: R\$ 7.867.052,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 10.845.891,00 para Capacitação; R\$ 391.555,00 para Pesquisa; R\$ 412.802,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.910.015,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 880.763,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

2.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 18 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU					
CNPJ:	03.920.829/0001-09					
UG/GESTÃO:	200234/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação						
Totais						

Observação:

Não houve transferência de recursos no exercício de 2017.

Quadro 19 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Escola Superior do Ministério Público da União				
UG/GESTÃO: 200234/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			
Fonte:				

Observação:

Não houve transferência de recursos no exercício de 2017.

Quadro 20 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Escola Superior do Ministério Público da União				
UG/GESTÃO: 200234/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			
Fonte:				

Observação:

Não houve transferência de recursos no exercício de 2017.

Quadro 21 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Escola Superior do Ministério Público da União	
UG/GESTÃO: 200234/00001	
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
...					
...					

Observação:

Não houve transferência de recursos no exercício de 2017.

2.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 2 - Despesas por modalidade de contratação - Execução total

Unidade orçamentária: ESMPU	Código UO: 34105		UGO: 200234	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.136.661,42	8.092.777,83	6.820.472,30	5.824.001,03
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	8.136.661,42	8.092.777,83	6.820.472,30	5.824.001,03
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	2.124.276,71	1.620.605,27	1.597.410,37	1.371.606,71
h) Dispensa	110.198,31	139.310,69	75.977,21	97.467,20
i) Inexigibilidade	2.014.078,40	1.481.294,58	1.521.433,16	1.274.139,51
3. Regime de Execução Especial	4.873,28	5.770,61	4.873,28	5.770,61
j) Suprimento de Fundos	4.873,28	5.770,61	4.873,28	5.770,61
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	14.845.271,03	12.998.504,92	14.415.487,82	12.858.954,18
k) Pagamento em Folha	8.909.015,00	7.667.830,22	8.479.231,79	7.528.279,48
l) Diárias	5.936.256,03	5.330.674,70	5.936.256,03	5.330.674,70
5. Outros	2.205.523,75	2.106.343,21	1.832.617,62	1.849.207,81
6. Total (1+2+3+4+5)	27.316.606,19	24.824.001,84	24.670.861,39	21.909.540,34

Observação: O quadro acima contempla o recebimento de recursos abaixo relacionados:

1. O Ministério Público Federal – MPF, em atendimento ao Ofício nº 286/2017/DIRGE/ESMPU, de 25/4/2017, promoveu descentralizações de créditos na ordem de R\$ 789.028,42, destinados à cobertura de despesas com a realização do XI Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – XI CIV/MPF. Esse crédito foi totalmente empenhado e executado, correspondendo a 100%.
2. Também, em atendimento ao Ofício nº 289/2017/DIRGE/ESMPU, de 5/5/2017, o MPF promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 74.303,70, destinados à cobertura de despesas com

a realização do Curso de Aperfeiçoamento “Tópicos relevantes para atuação do MPE: doações de campanhas, prestação de contas, abuso de poder e crimes eleitorais”. Esse montante foi totalmente executado, correspondendo a 100%.

3. A ESMPU, com base no Acordo de Cooperação nº 1/2014, recebeu da Procuradoria da República no Distrito Federal – PR/DF, em 23/6/2017, o valor de R\$ 2.199,17, que se destinou à cobertura de despesas com evento institucional promovido por aquela Procuradoria. Esse crédito foi totalmente utilizado, correspondendo a 100%.
4. A SEDEP/MPF/PGR descentralizou créditos na ordem de R\$ 46.235,17 para a cobertura de despesas com a realização do Curso “Efetividade da Persecução Penal na Sociedade Cibernética”. Esse crédito foi totalmente empenhado e pago, correspondendo a 100%.

Tabela 3 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: ESMPU			Código UO: 34105				UGO: 200234	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	8.909.015,00	7.667.830,22	8.479.231,79	7.528.279,48	429.783,21	139.550,74	8.479.231,79	7.528.279,48
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	7.402.214,67	6.557.412,07	7.267.453,00	6.422.861,33	134.761,67	134.550,74	7.267.453,00	6.422.861,33
Obrigações patronais	1.311.317,93	974.346,39	1.020.596,39	969.346,39	290.721,54	5.000,00	1.020.596,39	969.346,39
Outras despesas variáveis - pessoal civil	149.286,55	104.095,36	145.986,55	104.095,36	3.300,00		145.986,55	104.095,36
Contribuição a entidade fechada de previdência	46.150,91	31.976,40	45.150,91	31.976,40	1.000,00		45.150,91	31.976,40
Despesas de exercícios anteriores	44,94		44,94				44,94	
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	17.120.474,22	15.529.356,29	15.818.393,59	14.169.566,52	1.302.080,63	1.359.789,77	15.817.611,47	14.169.566,52
Diárias - Civil	5.811.432,07	5.226.223,34	5.811.432,07	5.226.223,34			5.811.432,07	5.226.223,34
Locação de Mão de Obra	3.540.385,73	3.337.442,12	3.540.385,73	3.041.454,23		295.987,89	3.540.385,73	3.041.454,23
Outros serviços de terceiros PJ	2.544.171,30	2.211.045,97	1.829.750,67	1.646.905,00	714.420,63	564.140,97	1.829.750,67	1.646.905,00
Passagens e Despesas com Locomoção	2.450.786,99	2.086.359,82	2.380.930,30	2.027.543,31	69.856,69	58.816,51	2.380.930,30	2.027.543,31
Demais elementos do grupo	2.773.698,13	2.668.285,04	2.255.894,82	2.227.440,64	517.803,31	440.844,40	2.255.112,70	2.227.440,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	1.287.116,97	1.626.815,33	374.018,13	211.694,34	913.098,84	1.415.120,99	374.018,13	211.694,34
Equipamentos/Material Permanente	1.287.116,97	1.543.690,23	374.018,13	205.754,34	913.098,84	1.337.935,89	374.018,13	205.754,34
Aquisição de softwares		83.125,10		5.940,00		77.185,10		5.940,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.3.5.1 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A ESMPU, no início do exercício de 2017, inscreveu o montante de R\$ 2.914.461,50, referente ao exercício de 2016. Adicionado ao montante acima inscrito, a ESMPU reinscreveu o valor de R\$ 337.658,24, referente ao exercício de 2015.

Assim, o valor total inscrito no início de 2017 foi de R\$ 3.252.119,74. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R\$ 2.020.172,07, correspondente a 62,12%.

Em atendimento ao Decreto nº 93.872/86, foi realizado, em 30/6/2017, o bloqueio do montante de R\$ 281.797,03, referente ao exercício de 2015. Ao final do exercício de 2017, esse valor ficou em R\$ 276.864,55. Adicionado a esse valor, a Escola realizou o cancelamento de R\$ 833.919,63, totalizando R\$ 1.110.784,18, que correspondeu a 34,16% dos créditos inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Restou ainda o montante de R\$ 121.163,49, reinscrito em Restos a Pagar Não Processados – RPNP, a ser liquidado no exercício de 2018, o que equivale a 3,73% da dotação inicialmente inscrita em Restos a Pagar Não Processados de 2015 e 2016. Este saldo estará sob análise quanto à sua efetivação ou não, haja vista o impacto financeiro que poderá comprometer a execução do exercício de 2018.

2.4 Desempenho operacional

O Desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. A medição do desempenho ocorre por meio dos indicadores demonstrados no subitem a seguir, e por meio do acompanhamento da execução das macroatividades relacionadas às metas previstas no PDI, cujo relatório de execução consta do **Anexo 2**.

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.5.1 Indicadores da Secretaria de Planejamento e Projetos

Quadro 22 - Indicador de desenvolvimento de membros e servidores do MPU

Nome do indicador: Desenvolvimento de Membros e Servidores do MPU		Classificação: Eficácia
O que mede: Quantitativo de projetos desenvolvidos de atividades acadêmicas, de extensão e de pesquisas realizados no ano.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório do total de atividades acadêmicas, com o total de atividades de extensão e total de pesquisas realizados no ano.		
Meta física de referência: 159 projetos (12/2015) 163 projetos (12/2016)	Meta física prevista: 140 projetos	Meta física alcançada: 150 projetos
Análise e Justificativa: Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU assumiu o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas e projetos de pesquisas a cada ano. Em razão dos contingenciamentos orçamentários e do redirecionamento da estratégia da ESMPU, a meta física planejada baixou em relação aos anos anteriores. No cálculo da quantidade de projetos desenvolvidos, foram considerados 136 cursos de aperfeiçoamento, sendo 51 na modalidade a distância e 85 na modalidade presencial, 1 oficina e 3 atividades de extensão realizados em 2017. Além disso, foram executados 10 cursos de longa duração. Por fim, mesmo com cancelamento de 16 cursos de aperfeiçoamento (6 a Distância e 10 Presenciais), a ESMPU conseguiu superar a meta planejada para o ano de 2017.		

Quadro 23 - Indicador de capacitação de pessoal

Nome do indicador: Capacitação de Pessoal		Classificação: Eficácia
O que mede: Quantitativo de membros e servidores capacitados no ano.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas com o total de participantes nas atividades de extensão realizadas no ano.		
Meta física de referência: 6.103 capacitados (12/2015) 7.235 capacitados (12/2016)	Meta física prevista: 7.240 capacitados	Meta física alcançada: 6.705 capacitados
Análise e Justificativa:		

Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Com esse aumento gradativo, buscava-se que a ESMPU conseguisse atingir a meta de ofertar 01 (uma) vaga por ano para cada Membro e Servidor da área fim e 01 (uma) vaga por ano para cada dois servidores da área meio. Contudo, para atingimento de tal propósito, fazia-se necessária a destinação orçamentária correspondente, conforme informado no Plano Plurianual. Em razão dos contingenciamentos orçamentários e do redirecionamento da estratégia da ESMPU, que optou por melhorar a qualidade metodológica dos cursos ofertados, diminuindo a quantidade de participantes por curso presencial de 30 para 25, de forma a favorecer a atividade prática e o diálogo nas ações educacionais, foi necessário reprogramar essa meta física.

Outro fator que afetou essa meta foi a ampliação da oferta de cursos a distância para Membros do MPU. Essa modalidade de ensino permite alcançar maior número de participantes. Contudo, por se tratar de uma modalidade de ensino relativamente nova, a adesão de Membros a cursos a distância foi pequena. Estima-se que tal adesão e interesse irá se expandir ao longo do tempo, por requerer uma mudança cultural e comportamental por parte do discente.

No cálculo da quantidade de pessoas capacitadas foram considerados: 6.104 capacitados em cursos de curta duração e 601 participantes de cursos de longa duração que foram executados em 2017.

Apesar da ESMPU ter desenvolvido mais de 100% dos projetos planejados para o ano, o número de capacitados abaixo da meta programada (aproximadamente 7,5% a menos) foi decorrente do não preenchimento de todas as vagas ofertadas (aproximadamente 25% das vagas não foram preenchidas).

Quadro 24 - Indicador de pesquisa na área jurídica

Nome do indicador: Pesquisa na área jurídica		Classificação: Eficácia
O que mede: Quantitativo de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano.		
Meta física de referência: 2 projetos de pesquisa (12/2015) Nenhum projeto de pesquisa desenvolvido (12/2016)	Meta física prevista: 4 projetos de pesquisa	Meta física alcançada: -
Análise e Justificativa: A Escola espera maximizar a sua produção científica nos próximos anos, devido à formação de turmas no Mestrado Profissional em Direito que ocorreram em 2016 e 2017, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento. A ESMPU não concluiu nenhuma pesquisa no ano de 2017, porém 6 pesquisas foram iniciadas e serão concluídas em 2018.		

2.5.2 Indicadores da Secretaria de Tecnologia da Informação

Em 2016 a Secretaria de Tecnologia da Informação implantou dois principais indicadores de desempenho quais sejam:

- a) *Demandas por bens e serviços de TI* – comparação planejado versus realizado; e

b) *Treinamentos destinados a servidores da área de TI – comparação planejado versus realizado.*

Abaixo segue a apresentação e a análise de cada um deles:

Quadro 25 - Indicador de demanda por bens e serviços de TI

Nome do indicador: Demanda por bens e serviços de TI		Classificação: Eficácia			
O que mede: A quantidade de bens e serviços de TI oferecidos em relação ao planejamento anual de TI.		Periodicidade: Anual			
Fórmula de cálculo: Quantidade de demandas atendidas por bens e serviços de TI / Quantidade de demandas planejadas					
Meta física planejada: 28		Realizado: 60,71%			
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>As solicitações são procedentes das diversas áreas que compõem a ESMPU e tem por finalidade a aquisição de bem ou serviço de tecnologia da informação, previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2018, aprovado pela Portaria nº 01021, de 16 de maio de 2017, publicado no portal da ESMPU na Internet e disponível em http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2017-2018</p> <p>O indicador tem por finalidade confrontar itens previstos no planejamento da TI em comparação com o que foi efetivamente concluído ao longo de 2017.</p> <p>Considerando as reprogramações no orçamento da área de TI ocorridas em 2017; e considerando ainda a priorização de projetos, foi então apurado um total de 28 demandas por bens e serviços de TI, sendo 17 demandas planejadas e concluídas, 07 planejadas e concluídas em parte, 03 planejadas e não concluídas e 01 intercorrência não-concluída. Foram atendidas durante o ano 60,71% das demandas apresentadas para a área de TI, correspondente às demandas planejadas e realizadas.</p> <p>Tendo em vista o cenário estabelecido no ano de 2017, as restrições orçamentárias, a priorização de projetos e de investimentos, a conclusão é no sentido de que o resultado foi positivo.</p>					
Seq	Item	Relação de bens e serviços demandados	Planejado	Realizado	Situação da demanda
1	1	Aprovação e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2018	1. Sim	1. Sim	Aprovado pela Portaria nº 1021, de 16 de maio de 2017,
2	1.1	Aprovação de Políticas de TI nº 01 a 03, Anexo I do PDTI 2017-2018, contendo, respectivamente, regras para aquisição e renovação do parque de computadores desktop, equipamentos portáteis e infraestrutura de TI (rede local e computadores do <i>data center</i> ESMPU)	1. Sim	1. Sim	Portaria nº 1021, de 16 de maio de 2017,

3	1.2	Projeto ESMPU sem papel – Item 8.1 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Implantar Sistema eletrônico de Informações (SEI). Processo administrativo eletrônico, priorizado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e aprovado pela Direção-Geral ESMPU.
4	1.3	Projeto Novos Portais – Item 8.1 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Desenvolver e implantar novos portais da Intranet e Internet ESMPU. Projeto priorizado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e aprovado pela Direção-Geral ESMPU.
5	1.4	Projeto Expresso – Item 8.1 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Informatizar processos de controle de frequência, avaliação e certificação de atividades acadêmicas. Projeto priorizado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e aprovado pela Direção-Geral ESMPU.
6	1.5	Projeto Automação do processo de emissão de Informe de Rendimentos – Item 8.1 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Desenvolver e implantar sistema de emissão de informe de rendimentos para pessoa física que tenha recebido recursos da ESMPU em razão da participação em atividade acadêmica. Projeto priorizado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e aprovado pela Direção-Geral ESMPU.
7	1.6	Padronização de Aplicativos de Escritório - Projeto 5 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Implementar e configurar Microsoft Office como solução de aplicativos de escritório padrão da ESMPU, mantendo operacional o Libre Office tendo em vista ampla utilização deste no âmbito do MPF.
8	1.7	Implantação da Central de Serviços de Tecnologia da Informação – Projeto 6 do PDTI	1. Sim	1. Sim	Sistema para registro de chamado técnico encontra-se disponível no Portal da Intranet ESMPU.
9	1.8	Instalação de nova central telefônica em parceria com Ministério Público Federal – Projeto 7 do PDTI	1. Sim	3. Em parte	Projeto liderado pela Procuradoria-Geral da República e Procuradoria da República no DF. Novo PABX entrou em operação no dia 16/11/2017. Em andamento configurações referentes ao tráfego VoIP entre ESMPU e unidades do MPF.
10	1.9	Modernização de procedimentos de criação de bases de dados virtuais – Projeto 8 do PDTI.	1. Sim	3. Em parte	Procedimentos foram revisados e atualizados, mas não houve aquisição de software de virtualização de banco de dados.
11	1.10	Acesso unificado aos sistemas de TI. Projeto 9 do PDTI	1. Sim	2. Não	Algum trabalho de padronização foi realizado no âmbito do sistema Informe de Rendimentos, mas ainda não alcança todos os sistemas aplicativos da ESMPU.

12	1.11	Implantação de melhoria nos processos de trabalho da organização. Projeto 10 do PDTI.	1. Sim	3. Em parte	Mapeados e modelados os processos de desenvolvimento de sistemas e processos da central de serviços. Não houve mapeamento dos processos de infraestrutura de TI.
13	1.12	Projetos em parceria com ramos do MPU – Item 8.4 do PDTI. Avaliar, obter e implantar soluções compartilhadas entre os ramos do MPU.	1. Sim	3. Em parte	Sistema de Gestão de Frota do MPF foi implantado. Sistema de Gestão Administrativa do MPF não foi implantado. Sistema Cosmos – Patrimônio/Almoxarifado do MPF parou na prospecção inicial.
14	1.13	Computadores <i>desktop</i> – aquisição de equipamentos – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	108 (cento e oito) novos computadores <i>desktop</i> foram adquiridos, sendo 38 deles computadores com desempenho superior, i.e. similar a <i>workstation</i> , destinados para áreas de editoração eletrônica, educação a distância e tecnologia da informação.
15	1.14	Fitoteca (<i>tape library</i>) - aquisição de equipamentos - Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	2. Não	Processo de licitação foi iniciado, mas não foi concluído com êxito.
16	1.15	Servidores de rede (para o <i>data center</i>) – aquisição de equipamentos - Item 9.1 - Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	Foram adquiridos 8 (oito) novos servidores de rede que serão implantados ao longo do ano 2018.
17	1.16	Equipamentos de comunicação de dados – aquisição de <i>switches</i> - Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	Foram adquiridos 2 (dois) <i>switches</i> topo de rack (ToR) e 10 (dez) <i>switches</i> de acesso que serão operacionalizados mediante janelas de manutenção previstas para o ano 2018.
18	1.17	Notebooks – aquisição de equipamentos – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 15 (quinze) <i>ultrabooks</i> para atender demandas das áreas acadêmica e administrativa da ESMPU.
19	1.18	Tablets – aquisição de equipamentos – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 3 (três) novos tablets para atender necessidades da área acadêmica, principalmente controle eletrônico de frequência.
20	1.19	Monitores de vídeo – aquisição de equipamentos – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 72 (setenta e dois) novos monitores de vídeo para atendimento das necessidades da ESMPU, sobretudo após o advento do processo administrativo eletrônico – sistema SEI.
21	1.20	Rack para data center – aquisição de equipamentos – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	3. Em parte	Não houve aquisição de um novo <i>rack</i> . Houve reaproveitamento de 01 (um) <i>rack</i> cedido por parte da área de TI da PRDF.
22	1.21	Software de correio eletrônico – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	1. Não	Não houve aquisição de solução de correio eletrônico. Há que proceder avaliação sobre migração de caixas postais que se encontram em produção.

23	1.22	Peças e suprimentos para manutenção de TI – Item 9.1 -Bens e serviços de TI (PDTI)	1. Sim	3. Em parte	Houve aquisição de <i>patch cords</i> , conectores RJ45 e cabo UTP Cat.5e.
24	2	Operacionalização do novo sistema de <i>Firewall</i>	1. Sim	1. Sim	Em produção. Treinamento das equipes realizado em Julho de 2017.
25	3	Atualização do sistema SEI para versão 3.x	1. Sim	1. Sim	Utilização de novas funcionalidades que agilizam o trabalho com o sistema.
26	4	Implementação rede de alta velocidade para armazenagem de dados no CPD da ESMPU. Está relacionado a preparação de infraestrutura de TI para atender ao projeto ESMPU sem papel.	1. Sim	1. Sim	Implementação de armazenagem centralizada (<i>storage</i>) e rede de fibras óticas de alta velocidade (<i>SAN - Storage Area Network</i>).
27	5	Parcerias e estudos com outras escolas de governo ou unidades do MP para aquisições e treinamento em TI.	1. Sim	3. Em parte	Houve aquisição de bens de TI, como servidores para o <i>data center</i> , em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
28	6	Adequação do processo de contratações de TI aos normativos vigentes.	1. Não	2. Não	Intercorrência. Trabalhos de revisão de artefatos e processos foram iniciados, mas não foram concluídos.

Quadro 26 - Demandas por bens e serviços de TI - Resumo

Item	Resumo – ano 2016	Quantidade	Percentual
aA.	Planejado e Concluído	17 em 28	60,71%
bA.1.	Planejado e Concluído em parte	07 em 28	25%
cB.	Planejado e Não-concluído	03 em 28	10,71%
CC.	Intercorrências Concluídas	0 em 28	0%
CC.1	Intercorrências Não-concluídas	01 e 28	3,58%

Legenda:

A. Planejado e Concluído: Demandas previstas no planejamento da TI e realizadas durante o ano (janeiro a dezembro).

A.1 Planejado e Concluído em parte: Demandas previstas no planejamento da TI e realizadas em parte durante o ano (janeiro a dezembro).

B. Planejado e Não-concluído: Demandas previstas no planejamento da TI e que não foram concluídas durante o ano (janeiro a dezembro). Possível desdobramento no ano seguinte.

C. Intercorrência Concluída: Demandas não-previstas no planejamento da TI (intercorrência) que foram realizadas durante o ano (janeiro a dezembro).

C.1 Intercorrência Não-concluída: Demandas não-previstas no planejamento da TI (intercorrência) que não foram realizadas durante o ano (janeiro a dezembro).

Quadro 27 - Indicador de treinamento realizados na área de TI

Nome do indicador: Treinamento Realizados na área de TI		Classificação: Eficácia
O que mede: A eficácia do planejamento de capacitação de TI		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Comparação entre o planejado e o realizado		
Meta física prevista: 19	Meta física alcançada: 14	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Treinamentos e eventos destinados aos servidores que atuam na área de TI são decorrentes do Levantamento de Necessidades de Treinamentos (LNT) e atividades acadêmicas planejadas para o ano, de parcerias com órgãos do Ministério Público da União, demais instituições públicas e também de eventos promovidos por empresas do segmento de Tecnologia da Informação.</p> <p>Dentre as ações planejadas para o exercício de 2017, 07 (sete) treinamentos estavam previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2018, mais especificamente no Anexo IV – Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT).</p> <p>Os treinamentos e eventos de TI quase sempre possuem custo mais elevado quando comparados com as atividades de treinamento do serviço público em geral. Isto porque boa parte dos treinamentos em TI envolvem laboratórios que sejam dotados de computadores, sistemas específicos e instrutores certificados pelos fabricantes.</p> <p>A conclusão é que o resultado final para o ano 2017 ficou abaixo da expectativa quanto aos treinamentos técnicos, pois apenas uma parte das 19 ações planejadas foi executada. O que explica em parte a baixa execução, foi a alocação do pessoal de TI para os projetos que foram priorizados pela ESMPU via Comitê de TI e Comitê de Projetos. Certamente, a plena dedicação ao projeto dificulta a participação em alguns treinamentos, sobretudo cursos externos. Por outro lado, observa-se alteração no mercado de cursos de TI. Há oferta de significativa de treinamento EAD, mas foram encontradas dificuldades na contratação de vagas em cursos técnicos presenciais. Houve, inclusive, a saída da empresa Hepta-Novintec do mercado de treinamento de TI.</p>		

Item	Necessidades de treinamento	Planejado	Realizado	Situação do treinamento/evento
1	Gerenciamento de Serviços de TI	1. Sim	2. Não	Contratação de vaga.
2	Plone 4 – Criando skins	1. Sim	1. Sim	Contratação de vaga. Não houve disponibilidade de turma em Brasília.
3	Oracle Database 12c: <i>Programação PL/SQL</i>	1. Sim	2. Não	Instrutória Interna. Curso não concluído. Instrutor entrou em licença médica. Introdução à linguagem PL/SQL com boas práticas <i>Trivadis PL/SQL</i> . Inicialmente agendado para 01 a 15/12/2017, não foi concluído.
4	Oracle Database 12c: <i>Backup & Recovery</i>	1. Sim	2. Não	Contratação de vaga.
5	<i>Installing and Configuring Windows Server 2012</i>	1. Sim	2. Não	Contratação de vaga. Agenda de treinamento não foi confirmada pela empresa na data que havia sido planejada.
6	Planejamento e projeto de infraestrutura para data center	1. Sim	2. Não	Curso não foi confirmado pela Escola Nacional de Redes. Não houve turma.
7	Trilhas de curso Alura, de 23/11/2016 a 22/11/2017	2. Sim	1. Sim	Treinamento na modalidade Educação a Distância (EAD).
8	3º Fórum IBGP de Governança de TI, 27 e 28 de junho de 2017	2. Não	1. Sim	Sem ônus para Escola.
9	Aplicando a Resolução CNMP nº 102/2013 na prática, 22 a 26 de maio de 2017	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
10	Capacitação em solução de firewall voltado para ambiente <i>Check Point</i> , 10 a 21 de julho de 2017	1. Sim	1. Sim	Curso ministrado por meio de contratação de instrutor especializado. Instrutor sem vínculo com a Administração Pública Federal. Curso contemplou MPM e MPT que, assim como ESMPU, fazem uso de firewall <i>Check Point</i> .
11	Fiscalização de Contratos Administrativos, com ênfase nos serviços terceirizados de 25 a 29/09/2017	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
12	Líder <i>Coach</i> , 21 e 22/09/2017.	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
13	V Mostra de Tecnologia da Informação do Ministério Público 07 e 08/06/2017, Porto Alegre - RS	2. Não	1. Sim	Por indicação da Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional do Ministério Público. Evento destinado às instituições que compõem o Ministério Público brasileiro.
14	SIAFI e CPR – Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, atualizado com o novo PCASP, 14 a 18/08/2017	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
15	<i>IT Service Management with System Center Service Manager</i> 30/10 a 14/11/2017	2. Não	1. Sim	Contratação de vaga.
16	Tesouro Gerencial - 14 a 25/08/2017	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
17	Diálogo Público – Tecnologia da Informação: Como Gerar Resultados Transformadores? 12/09/2017	2. Não	1. Sim	Sem ônus para Escola.
18	Elaboração de Termos de Referência com critérios de sustentabilidade- 02 a 05/05/2017	2. Não	1. Sim	Ofertado pela ESMPU.
19	<i>Installing and Configuring Windows Server 2012</i> - 29/05 a 09/06/2017	2. Não	1. Sim	Contratação de vaga.

Quadro 28 - Eventos e Treinamentos em 2017 - resumo

Item	Treinamentos no ano	Quantidade	Percentual
f.	Necessidades planejadas e realizadas	03 em 19	15,79%
g.	Necessidades planejadas e não realizadas	05 em 19	26,32%
h.	Intercorrências	11 em 19	57,89%

f. Necessidades planejadas e realizadas: Treinamentos previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), autorizados e realizados ao longo do ano (janeiro a dezembro).

g. Necessidades planejadas e não realizadas: Treinamentos previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), que não foram autorizados por alguma restrição administrativa, orçamentária ou técnica.

h. Intercorrências: Treinamentos não-previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) que foram considerados relevantes, propostos para TI, autorizados e realizados durante o ano (janeiro a dezembro).

2.5.3 Indicadores da Secretaria de Administração

2.5.3.1 Indicadores da Divisão de Gestão de Pessoas

Quadro 29 - Indicador de índice de absenteísmo

Nome do indicador: Índice de Absenteísmo		Classificação: Eficácia															
O que mede: O percentual de absenteísmo dos servidores da ESMPU		Periodicidade: Anual															
Fórmula de cálculo: IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.																	
Meta de referência (12/2015): 3%		Meta alcançada: 2,88%															
Análise e Justificativa: <p>O absenteísmo é uma expressão utilizada para designar as faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais.</p> <p>O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da relação do número de dias de falta ao trabalho – devido à licença para tratamento de saúde (LTS) e/ou à licença por motivo de doença em pessoa da família (DPF) – multiplicado por 100, dividido pelo número de dias de trabalho (total de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo x 365).</p> <p>O IA no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,88%, ficando levemente acima do percentual de 2016, que foi de 2,21%, mas abaixo da meta anual estipulada de 3%. Essa diferença se deu em virtude do agravamento de problemas de saúde de alguns servidores, que se encontram em acompanhamento multiprofissional pela Secretaria de Serviços de Saúde – PGR, com a qual a ESMPU tem um acordo de cooperação.</p> <p style="text-align: center;">Índice de Absenteísmo – 2017</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2017</th> <th>LTS (1)</th> <th>DFP (2)</th> <th>Total de falta (3)</th> <th>Servidores (4)</th> <th>Dias de Trabalho (5)</th> <th>IA (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total</td> <td>1004</td> <td>172</td> <td>1176</td> <td>112</td> <td>40880</td> <td>2,88</td> </tr> </tbody> </table> <p>1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde.</p>				2017	LTS (1)	DFP (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)	Total	1004	172	1176	112	40880	2,88
2017	LTS (1)	DFP (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)											
Total	1004	172	1176	112	40880	2,88											

- 2 – DPF – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.
 3 – Total de faltas – LTS + DPF = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças.
 4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês.
 5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês.
 6 – IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.

Quadro 30 - Indicador de capacitação força de trabalho

Nome do indicador: Capacitação Força de Trabalho		Classificação: Eficácia
O que mede: A quantidade de horas de capacitação por servidor		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Quantidade total de horas de capacitação dividida pelo número de servidores		
Meta de referência: 35 horas por servidor	Meta alcançada: 47,79 horas por servidor	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>A capacitação da força de trabalho da ESMPU dá-se por meio do Plano de Capacitação, realizado pela área de Gestão de Pessoas, em parceria com as Secretarias e Diretoria-Geral e implementada com a oferta de cursos, nas modalidades à distância e presencial: pela própria ESMPU – âmbito do MPU ou por instituições parceiras, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos <i>in company</i>).</p> <p>No ano de 2017, o índice foi de 47,79 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição. O critério adotado para cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho.</p> <p>Foram executados, aproximadamente, R\$ 53.115,09 (cinquenta e três mil cento e quinze reais e nove centavos), em 15 cursos. Ressalte-se que a diminuição na quantidade de cursos ofertados em 2016, em relação ao ano anterior, ocorreu em virtude da restrição orçamentária no primeiro semestre do ano, resultando em prazo menor para execução do LNT.</p> <p>Outro projeto de grande importância executado pela Gestão de Pessoas, no exercício de 2017, foi o Projeto de Desenvolvimento Gerencial, cujo foco foi promover a capacitação dos gestores titulares e substitutos nas habilidades gerenciais. Esse projeto estava alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU, que propõe capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional.</p>		

Quadro 31 - Indicador de índice de rotatividade

Nome do indicador: Índice de Rotatividade		Classificação: Eficácia
O que mede: Rotatividade de ingressos não planejados		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100.		
Meta de referência (12/2016): -	Meta alcançada: 3,57%	

Análise e Justificativa:

O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100.

Após este cálculo, constatou-se que a rotatividade de pessoal na ESMPU, durante o ano de 2017, foi de **3,57%** ficando abaixo do limite considerado bom para os padrões, indicando que o ambiente organizacional é estável. No exercício de 2017, a ESMPU teve cinco casos de vacância, sendo duas ocasionadas por posse em cargo público inacumulável em outro Órgão, e três remoções no âmbito do MPU.

Para cálculo do indicador não foram consideradas as nomeações realizadas para implementação da Lei 13032/2014, conforme autorização do anexo V da Lei 13115/2015, por se tratarem de ingressos planejados, que visavam a expansão/crescimento da ESMPU e não de substituição de pessoal.

As vagas decorrentes de vacância são providas por meio de concurso público, observada a dotação orçamentária. A reposição é realizada periodicamente.

Quadro 32 - Indicador de implementação da Lei nº 13.032/2014 – Quadro de pessoal da ESMPU

Nome do indicador: Implementação da Lei nº 13.032/2014 – Quadro de pessoal da ESMPU		Classificação: Eficácia
O que mede: A implementação do quadro próprio de pessoal da ESMPU		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: O indicador é definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei nº 13.032/2014.		
Meta de referência (12/2015): 25%	Meta alcançada: 0%	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Em 25 de setembro de 2014, foi publicada, no DOU-2, a Lei 13032/2014, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.</p> <p>Foram criados 203 cargos efetivos, sendo 86 Analistas e 117 Técnicos e 83 cargos em comissão e funções comissionadas (36 e 47, respectivamente).</p> <p>Além disso, foram preservados 13 cargos em comissão e 3 funções comissionadas criados pelo art. 12 da Lei 9628 de 1998, destinados à estrutura administrativa da ESMPU.</p> <p>O provimento dos cargos criados pela Lei ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, sendo, para o exercício de 2015, limitado a 72 ingressos (anexo V da Lei 13115/2015).</p> <p>Por determinação da Administração Superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.</p> <p>Dessa forma, foi criado o indicador para acompanhamento da implementação da lei, definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela Lei 13032/2014.</p> <p>Estabeleceu-se a meta de 25% para o ano de 2015, que foi plenamente atingida, indicando que o planejamento dos ingressos foi efetivo, gerando o incremento do quadro de pessoal, bem como possibilitando a implementação de novas Unidades Administrativas na estrutura da ESMPU. Já no exercício de 2016 e 2017 não houve acréscimos na implementação do quadro da ESMPU, em virtude de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Assim, o quantitativo de pessoal permanece o mesmo de 2015.</p>		

2.5.3.2 Indicadores da gestão do orçamento

Quadro 33 - Indicador de Execução da dotação da ação 20HP

Nome do indicador: Execução da dotação da ação 20HP		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: (Dotação Executada / Dotação Fixada Atualizada) * 100		
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2017.	Meta alcançada: 80,07%	
Análise e Justificativa: Da dotação total destinada à ESMPU no exercício de 2017, no valor de R\$ 19.104.498,00, foi empenhado o montante de R\$ 17.460.263,01, correspondente a 91,39%, e executado (pago) o valor de R\$ 15.297.383,21, equivalente a 80,07%. A execução ficou um pouco abaixo do esperado, devido à inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados.		

Quadro 34 - Indicador de execução da dotação da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU

Nome do indicador: Execução da dotação da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: (Dotação Executada / Dotação Fixada Atualizada) * 100		
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2017.	Meta alcançada: 0%	
Análise e Justificativa: Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 500.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para executar a obra. Entretanto, foi realizado o bloqueio de créditos na ordem de R\$ 87.198,00, referente aos contingenciamentos bimestrais de 2017. Não houve execução dessa dotação, haja vista que o processo licitatório ainda não foi realizado por insuficiência de créditos.		

Quadro 35 - Indicador de execução das dotações orçamentárias destinadas aos benefícios assistenciais pagos aos servidores

Nome do indicador: Execução das dotações orçamentárias destinadas aos Benefícios Assistenciais pagos aos servidores	Classificação: Eficácia
---	-----------------------------------

O que mede: O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas aos Benefícios Assistências aos servidores		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: (Despesa liquidada com os benefícios Assistências / Dotação orçamentária dos benefícios assistenciais) *100		
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2017.	Meta alcançada: 94,06%	
Análise e Justificativa: As execuções das dotações de benefícios assistenciais ocorreram dentro da normalidade, salvo em relação aos auxílios pré-escolar e alimentação, haja vista um aumento do quantitativo de beneficiários em relação à base utilizada pela SOF para a LOA 2017 (execução de março de 2016). Como os valores são mensalmente suscetíveis a alteração, foi apurada a diferença no mês de dezembro e solicitado reforço orçamentário junto à SPO/PGR. Em relação ao auxílio moradia, o benefício foi executado normalmente até o mês de agosto, quando o Exmo. Diretor-Geral requereu a transferência do pagamento para o MPF.		

Quadro 36 - Indicador de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos

Nome do indicador: Execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de servidores ativos, inativos e contribuições previdenciárias.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: [Montante executado (pago) de cada ação / Dotação + créditos] *100		
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2017.	Meta alcançada: 95,17%	
Análise e Justificativa: A execução das dotações destinadas ao pagamento de pessoal ocorreu dentro da normalidade. As projeções realizadas mensalmente no acompanhamento orçamentário indicaram um pequeno déficit, que foi apurado com maior precisão no mês de dezembro, após implementação da parcela do reajuste do mês de novembro, advindo da lei Nº 13.316/2016 e do pagamento das gratificações natalinas. Diante desse cenário, foi solicitado reforço orçamentário à SPO/PGR, que centraliza a ação de pessoal no MPU, para pagamento da folha de dezembro.		

Quadro 37 - Indicador de execução orçamentária do Plano interno capacitação de recursos humanos

Nome do indicador: Execução Orçamentária do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: [Montante executado / Dotação Planejada] *100		

Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2017.	Meta alcançada: 90,98%
Análise e Justificativa: <p>O Plano Interno de Capacitação de Recursos Humanos corresponde à atividade fim da ESMPU, visando à realização de cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento para membros do MPU. O acompanhamento da execução orçamentária de plano interno é estratégico, pois se trata de atividade essencial para o alcance dos objetivos da ESMPU. Atenta a essa necessidade, a administração da Escola tem empreendido diversos esforços para que os recursos sejam alocados conforme o planejamento estratégico da Escola e que sua aplicação seja eficiente, contribuindo para a excelência na prestação de serviços.</p>	

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conselho Administrativo (CONAD)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao Conselho Administrativo (CONAD) compete:

- I. Gerir as atividades da ESMPU;
- II. Emitir parecer conclusivo sobre a proposta de Regimento Interno, submetendo-a à aprovação do Procurador-Geral da República;
- III. Avaliar a organização e funcionamento dos serviços administrativos;
- IV. Fixar a política de pessoal da ESMPU;
- V. Deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente da ESMPU;
- VI. Emitir parecer conclusivo sobre Relatório e Balanços anuais da ESMPU, submetendo-os à aprovação do Procurador-Geral da República;
- VII. Aprovar o plano de atividades, bem como o orçamento correspondente;
- VIII. Autorizar contratações de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESMPU;
- IX. Opinar sobre a realização de convênios;
- X. Apreciar e decidir a indicação de candidatos à docência na ESMPU;
- XI. Decidir sobre propostas de realização e apoio a cursos e eventos;
- XII. Conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino;
- XIII. Estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis;
- XIV. Acompanhar e avaliar o resultado dos recursos financeiros aplicados;
- XV. Aprovar proposta de alteração do Regimento Interno da ESMPU e encaminhá-la ao Procurador-Geral da República;
- XVI. Deliberar, por voto de dois terços de seus membros, sobre o envio ao Procurador-Geral da República de proposta de elaboração de projeto de lei para a extinção da ESMPU;
- XVII. Constituir Câmara Editorial para a edição de temas de interesse da ESMPU;
- XVIII. Apreciar e decidir a indicação dos integrantes das Câmaras da ESMPU; e
- XIX. Deliberar sobre a dispensa de titulação acadêmica do Docente.

Diretoria Geral (DIRGE)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

À Diretoria Geral (DIRGE) compete:

- I. Exercer as funções de gestão no âmbito da ESMPU; e
- II. Subsidiar o CONAD na tomada de decisões.

Coordenação de Ensino para cada ramo do Ministério Público da União (MPU)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

Às Coordenações de Ensino (CE) compete:

- I. Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU;
- II. Submeter à aprovação do CONAD as atividades acadêmicas e de extensão;
- III. Coordenar os trabalhos de comissões instituídas para finalidades específicas que envolvam assuntos e interesses da área de ensino; e
- IV. Participar de sessões do CONAD, como representantes do Corpo Docente.

Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CDC – Aprovado pela Portaria n.74, de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) compete:

- I. Discutir cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU, podendo, para tanto, instituir comissões;
- II. Propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada; e
- III. Avaliar a relevância e a efetividade da pesquisa científica aplicada.

Câmara Editorial (CED)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CED – Aprovado pela Portaria n. 75 de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara Editorial (CED) compete:

- I. Examinar o conteúdo, a forma dos projetos de publicações de caráter científico e a sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU;
- II. Propor a modalidade de publicação e tiragem da obra;
- III. Definir os artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico; e
- IV. Propor ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da ESMPU.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Base normativa: Regulamento da CPA – Aprovado pela Portaria n. 32 de 16/02/2016.

Forma de atuação: Colegiado.

À CPA compete:

- I. Desenvolver os processos avaliativos previstos na Lei 10.861/2004;
- II. Elaborar instrumentos e sistematizar os processos de avaliação institucional;
- III. Analisar os resultados da avaliação institucional;
- IV. Prestar informações sobre a avaliação institucional aos órgãos competentes.

Comitê Consultivo de Tecnologia da Informação (CTI)

Base normativa: Portaria ESMPU n. 118 de 14/10/2015.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CTI compete:

- I. Apreciar proposta de Estratégica de Tecnologia da Informação (ETI) e proposta de plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que deverão observar as orientações técnicas das Secretarias da ESMPU e deverão manter conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. Acompanhar a evolução da Estratégia de Tecnologia da Informação (ETI) e execução do plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- III. Apreciar e monitorar o Plano de Investimentos, Custeio e Serviços relacionados à Tecnologia da Informação;
- IV. Apreciar e monitorar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação;
- V. Estabelecer prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação;
- VI. Divulgar cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI;
- VII. Propor a criação de Grupos de Trabalho (GT) para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores que forem designados pelos membros do Comitê.

Comitê Consultivo de Projetos Estratégicos (CCPE)

Base normativa: Resolução nº 06 de 09/11/2016.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CCPE compete:

- I. Avaliar as propostas de projetos estratégicos conforme critérios estabelecidos no art. 25;
- II. Propor ao CONAD a priorização de projetos estratégicos;

- III. Sugerir ao Diretor-Geral mudanças no cronograma dos projetos de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- IV. Sugerir ao CONAD a suspensão ou o cancelamento de um projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- V. Sugerir ao Diretor-Geral substituição de integrante da equipe de projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- VI. Emitir parecer sobre proposições referentes a alterações de escopo dos projetos de especial interesse da administração, encaminhando-o ao CONAD, para aprovação;
- VII. Validar os planos de projeto de especial interesse da administração;
- VIII. Validar os relatórios de resultados e termo de encerramento de projetos de especial interesse da administração e encaminhá-los ao CONAD para aprovação.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade e, em última análise, o atendimento do interesse público. Além dos aspectos legais, tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e visa dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corrobora esse *múnus* público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), **órgão de controle interno do Ministério Público da União**, dirigida pelo Auditor-Chefe, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e, ainda, Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º do Regimento Interno da AUDIN-MPU, aprovado pela Portaria PGR nº 53, de 29 de maio de 2017⁷.

Nesse prisma, a AUDIN-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a AUDIN-MPU está diretamente

⁷ Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/PORTARIA-PGR-2017-53-REGIMENTO-INTERNO-AUDIN.pdf>

subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, *caput*, do Regimento Interno da AUDIN-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, ressalta-se que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) ⁸Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e em análise de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades jurisdicionadas. Nesse iter, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da AUDIN-MPU consagram os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios que lhes são aplicáveis.

Nesse horizonte, no Paint, são evidenciadas as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencadas a descrição das ações de auditoria, os objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a Secretaria e a coordenação a qual se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização à distância ou *in loco*. Por fim, no Paint, as unidades jurisdicionadas são escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos e, após, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria. O cronograma das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página www.auditoria.mpu.mp.br.

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a AUDIN-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria⁹ (elaborado pela equipe da própria AUDIN-MPU). Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor que tem a possibilidade de saber, de antemão, os métodos e técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

A escolha do Auditor-Chefe é prerrogativa do Procurador-Geral da República e trata-se de cargo técnico de livre nomeação e exoneração. Não há um critério específico definido em regulamento ou no próprio Regimento Interno, sendo desejável que a escolha recaia entre auditores da carreira de finanças e controle do Ministério Público da União. A AUDIN-MPU, comandada pelo Auditor-Chefe, está estruturada em duas secretarias. A Secretaria de Orientação e Avaliação, responsável pelas orientações a respeito das áreas de gestão, administrativa, tributária, financeira, de

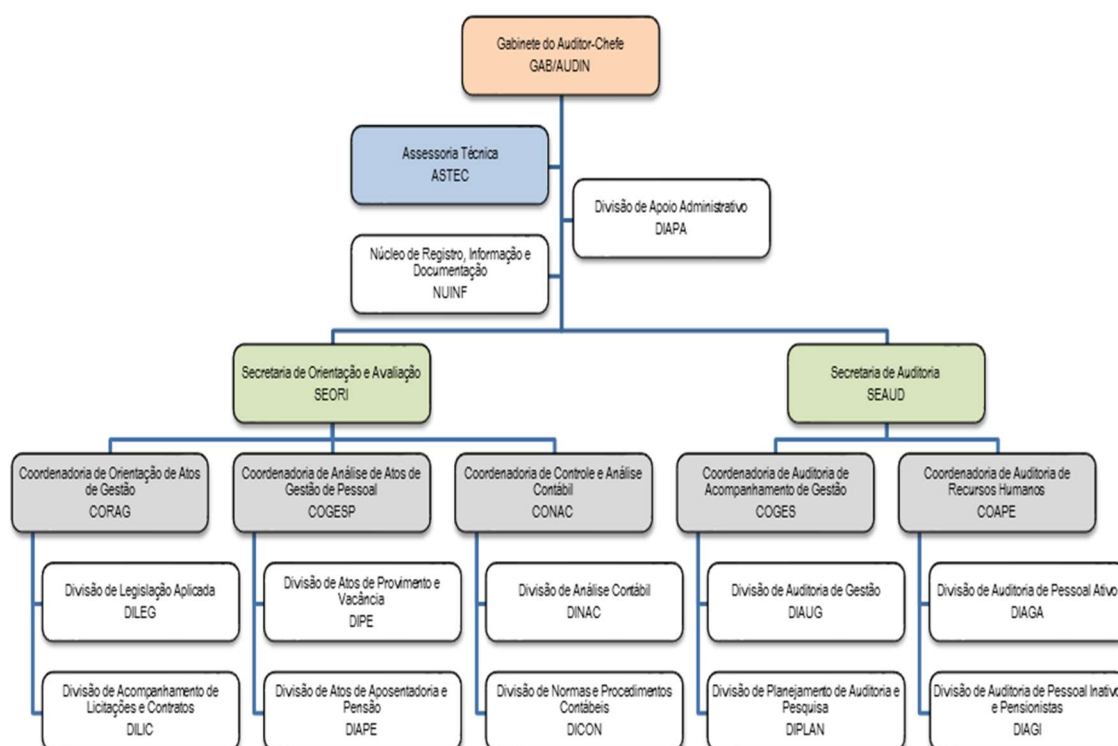
⁸ Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/paint/paint-2017.pdf>.

⁹ <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/MANUAL-DE-AUDITORIA-AUDIN-MPU-2016.pdf>.

pessoal, patrimonial, orçamentária; e pela fiscalização de registro de atos de admissão, aposentadoria e pensão perante o Tribunal de Contas da União, bem como pela fiscalização e auditoria contábil e financeira das demonstrações contábeis. A Secretaria de Auditoria é responsável pela fiscalização, auditorias e inspeção nas unidades do Ministério Público da União de todos os atos de gestão. A Audin-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura organizacional (organograma¹⁰) da AUDIN-MPU está a seguir discriminada:

Figura 1 - Organograma da AUDIN-MPU



Ademais, são expedidos Relatórios de auditoria que evidenciam os achados e recomendações do Órgão de Controle Interno. Após a manifestação dos gestores das Unidades auditadas, são expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação deste órgão de controle interno sobre a manifestação das Unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração que são os chefes administrativos das unidades e, a depender do grau de importância e impacto no órgão são levados também ao conhecimento da Procuradora-geral da República.

¹⁰ <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/organograma.php>.

Anualmente, a Procuradora-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de uma forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a AUDIN-MPU e a Administração Superior, em relação a todos os ramos do Ministério Público da União. Nesse contexto, frise-se que as recomendações do Órgão de Controle Interno, via de regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e cumpridas a contento.

A AUDIN-MPU atualmente passa por uma fase de modernização que visa ganhar celeridade e efetividade, bem como dotar o seu corpo técnico de mecanismos que garantam uma atuação mais eficaz e voltada para os resultados, com foco na análise da gestão de riscos e avaliação dos controles internos administrativos no âmbito das unidades prestadoras de contas.

Os resultados das ações de controle da AUDIN-MPU são disponibilizados no sítio eletrônico *www.audin.mpu.mp.br*.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativo

Durante o exercício de 2017 as atividades da ESMPU não foram objeto de correição pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

As instâncias que realizam controle interno na ESMPU são:

1. Auditoria Interna do MPU, que tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
2. Comissão Própria de Avaliação da ESMPU, que realiza avaliação periódica das diferentes frentes de atuação e gestão da Escola, analisa resultados e tece recomendações à Administração Superior da ESMPU.

Além desses órgãos, a ESMPU dispõe de duas divisões em sua estrutura organizacional (Divisão de Desenvolvimento Organizacional e a Divisão de Avaliação) responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das ações da Escola relacionadas aos objetivos estratégicos. O acompanhamento e controle dessas ações permite a verificação de desvios e tomada de decisões pela Administração Superior, e garantam a eficácia e a eficiência das operações frente aos objetivos traçados, gerindo riscos.

A gestão de riscos é realizada no âmbito dos projetos que são desenvolvidos para alcance das metas previstas no PDI. No plano de cada projeto são informados os riscos identificados, as consequências da ocorrência dos riscos, a classificação do impacto do risco (se baixo, médio, alto ou muito alto), a resposta planejada (se mitigar, evitar, transferir ou aceitar o risco) e a ação empreendida em resposta ao risco identificado. A equipe do projeto acompanha e notifica a Administração Superior da Escola sobre a ocorrência do risco que pode impactar na realização do projeto e consequentemente no alcance da meta estratégica vinculada.

Além disso, com o advento da Política de Gestão de Riscos do MPU (Portaria PGR/MPU nº 78, de 8 de agosto de 2017), a ESMPU instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de analisar a implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da ESMPU. O grupo foi constituído pela Portaria nº 01103, de 14 de dezembro de 2017.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

Até o final de 2014 os serviços administrativos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ficavam a cargo de servidores dos ramos do Ministério Público da União, cedidos para a ESMPU por força do Art. 7º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

Em 24 de setembro de 2014 foi publicada a Lei 13.032, que criou o quadro próprio da ESMPU, com 203 cargos efetivos, sendo 117 Técnicos e 86 Analistas, bem como 36 cargos em comissão e 47 funções de confiança, e preservou 13 cargos em comissão e 3 funções de confiança criados pela lei 9628/1998. O provimento desses cargos ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A implementação da Lei nº 13.032/2014 teve início em dezembro de 2014, com a edição da Portaria ESMPU nº 112, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU, seção 1, de 24/12/2014, que dispôs sobre o provimento de 14 cargos efetivos e da Portaria ESMPU nº 30, de 27 de março de 2015, publicada no BSMPU, nº 03, de março de 2015, com o provimento de 4 cargos em comissão, conforme previsto no Anexo V da Lei 13115/2015. Em 2015 foram providos 25,17% do total de cargos criados pela Lei nº 13.032/2014, atingindo a meta estipulada para o período.

No entanto, no exercício de 2017, não houve continuidade na implementação do quadro da ESMPU, em virtude de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, houve apenas reposição das vagas sem impacto orçamentário.

Qualificação da força de trabalho

Dos servidores que ingressaram na Escola, 96% possuem nível superior completo nas diversas áreas de formação, sendo que, aproximadamente, 30% já concluíram algum tipo de pós-graduação.

A média de idade desses servidores é de 32 anos, sendo que 80% encontra-se entre 20 e 40 anos de idade, configurando-se em um grupo jovem, ainda com pouco tempo de contribuição para previdência, o que não impacta, de forma relevante, as políticas de reposição de força de trabalho, especificamente em relação a esse quesito.

Política de capacitação de pessoal

A capacitação da força de trabalho da ESMPU, dá-se por meio do Plano de Capacitação, realizado pela área de Gestão de Pessoas, em parceria com as Secretarias que compõem a estrutura da ESMU. O Plano é submetido ao Diretor-Geral para aprovação. Após, é implementado com a oferta de cursos nas modalidades à distância e presencial: pela própria ESMPU – âmbito do MPU ou por instituições parceiras, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos *in company*).

No ano de 2017, o índice foi de 47,79 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição. O critério adotado para cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho.

Foram executados, aproximadamente, R\$ 53.115,09 (cinquenta e três mil cento e quinze reais e nove centavos), em 15 cursos.

Outro projeto de grande importância executado pela Gestão de Pessoas no exercício de 2017 foi o Projeto de Desenvolvimento Gerencial, cujo foco foi promover a capacitação dos gestores titulares e substitutos nas habilidades gerenciais. Esse projeto estava alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU que propõe capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional.

Acumulação de cargos

No âmbito da ESMPU, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é verificada no momento da posse. Também é realizado o cadastramento anual de servidores no Sistema de Gestão de Pessoas. O servidor preenche um formulário no sistema, no qual informa:

a) se ocupa ou não cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas, federal, estadual ou municipal;

b) se irá ou não acumular a remuneração do cargo efetivo com a remuneração do cargo, emprego ou função pública indicado, comprometendo-se, em caso de acumulação vedada, a entregar à Gestão de Pessoas da ESMPU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho;

c) se participa ou não de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e se exerce ou não o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Indicadores Gerenciais de Gestão de Pessoas

✓ Absenteísmo

O absenteísmo é uma expressão utilizada para designar as faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais. Sua mensuração é simples e custo calculado.

O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da relação do número de dias de falta ao trabalho – devido à licença para tratamento de saúde (LTS) e/ou à licença por motivo de doença em pessoa da família (DPF) – multiplicado por 100, dividido pelo número de dias de trabalho (total de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo x 365).

O IA no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,88%, ficando levemente acima do percentual de 2016, que foi de 2,21%, mas ficando abaixo da meta anual estipulada de 3%. Essa diferença se deu em virtude do agravamento de problemas de saúde de alguns servidores, que se encontram em acompanhamento multiprofissional, pela Secretaria de Serviços de Saúde – PGR, com a qual a ESMPU tem um acordo de cooperação.

Quadro 38 - Índice de Absenteísmo – 2017

2017	LTS (1)	DPF (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)
Total	1004	172	1176	112	40880	2,88

1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde.

2 – DPF – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.

3 – Total de faltas – LTS + DPF = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças.

4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês.

5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês.

6 – IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.

✓ **Rotatividade**

O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100.

Após este cálculo, constatou-se que a rotatividade de pessoal na ESMPU, durante o ano de 2017, foi de **3,57%** ficando abaixo do limite considerado bom para os padrões, indicando que o ambiente organizacional é estável. No exercício de 2017, a ESMPU teve cinco casos de vacância, sendo duas, ocasionado pela posse em cargo público inacumulável, em outro Órgão, e três remoções no âmbito do MPU.

Para cálculo do indicador não foram consideradas as nomeações realizadas para implementação da Lei 13032/2014, conforme autorização do anexo V da Lei 13115/2015, por se tratarem de ingressos planejados, que visavam a expansão/crescimento da ESMPU e não de substituição de pessoal.

As vagas decorrentes de vacância são providas por meio de concurso público, observada a dotação orçamentária. A reposição é realizada periodicamente.

✓ **Implementação da Lei 13032/2014 – quadro de pessoal da ESMPU**

Em 25 de setembro de 2014, foi publicada, no DOU-2, a Lei 13032/2014, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.

Foram criados 203 cargos efetivos, sendo 86 Analistas e 117 Técnicos e 83 cargos em comissão e funções comissionadas (36 e 47, respectivamente).

Além disso, foram preservados 13 cargos em comissão e 3 funções comissionadas criados pelo art. 12 da Lei 9628 de 1998, destinados à estrutura administrativa da ESMPU.

O provimento dos cargos criados pela Lei ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, sendo, para o exercício de 2015, limitado a 72 ingressos (anexo V da Lei 13115/2015).

Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.

Dessa forma, foi criado o indicador para acompanhamento da implementação da lei, definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei 13032/2014.

Estabeleceu-se a meta de 25% para o ano de 2015, que foi plenamente atingida, indicando que o planejamento dos ingressos foi efetivo, gerando o incremento do quadro de pessoal, bem como possibilitando a implementação de novas Unidades Administrativas na estrutura da ESMPU. Já no exercício de 2016 e 2017 não houve acréscimos na implementação do quadro da ESMPU, em virtude das restrições orçamentárias, assim, o quantitativo de pessoal, permanece o mesmo de 2015.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 4 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	203	33	3	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	203	33	3	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	203	33	3	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	9	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	203	42	3	5

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014.

Obs. A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas. A Lei orçamentária anual 13.587, de 10 de janeiro de 2017, não previu valores para criação ou provimento de cargos, empregos e funções referentes à Lei 13032/2014.

Tabela 5 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	22	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	22	11
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	11
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0

1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	24	18

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs. Considerados como área-fim, os lotados nas secretarias de Planejamento e Infraestrutura e Logística Educacional; área meio – Diretoria-Geral, Secretarias de Administração e de Tecnologia da Informação

Tabela 6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	49	27	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	49	27	4	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	16	3	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	7	1	1
1.2.5. Aposentados	Não há	2	0	0
2. Funções Gratificadas	50	26	5	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	7	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	16	2	3
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	3	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	99	53	9	8

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs.1: Cargos em comissão – Criados pela Lei 13032/2014: 36; preservados pela Lei 13032/2014 – 13. Funções comissionadas – Criadas pela Lei 13032/2014 – 47; Preservadas – 3

Obs. 2: A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas. A Lei orçamentária anual 13.414, de 10 de janeiro de 2017, não previu valores para criação ou provimento de cargos, empregos e funções referentes à Lei 13032/2014.

Obs. 3: O item servidores de carreira em exercício descentralizado é composto de servidores dos ramos do MPU, investidos em Cargos em Comissão ou Funções Comissionadas do quadro da ESMPU.

Análise Crítica

Após análise dos dados apresentados, vale ressaltar alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: a) quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade; b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados e c) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas.

- a) Quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade: no exercício de 2015 teve início a implementação do quadro próprio da ESMPU, criado pela Lei nº

13.032/2014, o que permitiu o incremento de 35 novos cargos efetivos e a nomeação de servidores para esses cargos, em diversas áreas consideradas prioritárias para a instituição. No entanto, os ingressos previstos para os exercícios de 2016 e 2017 não se concretizaram, devido às restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Como consequência, o quadro de pessoal permanece insuficiente para atender às necessidades da ESMPU.

- b) Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados: As atividades desenvolvidas pela ESMPU são, basicamente, administrativas, por isso pode-se afirmar que a distribuição da força de trabalho encontra-se equilibrada. Em relação ao número de cargos comissionados frente a não comissionados, a ESMPU conta com **27 cargos em comissão**, sendo 9 ocupados por servidores sem vínculo e aposentados (33%), 1 por servidor requisitado (4%) e 17 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (63%) e **26 funções comissionadas**, sendo que 3 são ocupadas por servidores requisitados (12%) e 23 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (88%), verificando-se assim, a valorização de servidores da carreira.
- c) Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas: no ano de 2017, o índice de absenteísmo ficou em **2,88%**, apresentando uma elevação em relação ao ano de 2016 (2,21%) devido, principalmente, ao agravamento de problemas de saúde de alguns servidores. No entanto, ficou abaixo da meta estabelecida de 3%. Tal resultado deve-se à política de qualidade de vida no trabalho, implementada a partir de 2014. Embora o índice esteja abaixo da meta estabelecida, há impactos negativos no andamento das atividades, como atraso nos prazos estabelecidos e sobrecarga de trabalho para muitos dos servidores, em virtude do quadro reduzido da unidade.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	35.021,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	17.510,92	0,00	0,00	0,00	0,00	17.510,92
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	4.157.245,72	259.347,82	405.556,53	352.254,95	432.756,91	0,00	0,00	29.955,90	0,00	5.637.117,83
	2016	3.659.299,58	184.768,12	366.904,67	247.093,37	432.538,86	591,32	2.954,61	7.559,42	0,00	4.901.709,95
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	1.256.324,74	102.204,49	78.943,16	42.432,00	0,00	0,00	46.692,60	0,00	1.526.596,99
	2016	0,00	1.218.448,50	106.037,91	37.007,87	39.151,52	0,00	3.263,25	10,56	0,00	1.403.919,61
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	706.492,85	56.382,08	18.464,85	109.092,58	1.654,06	0,00	5.627,73	0,00	897.714,15
	2016	0,00	634.229,90	56.353,89	24.918,43	103.162,52	0,00	0,00	0,00	0,00	818.664,74
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	19.148,28	30.928,75	6.616,26	1.123,72	8.614,00	3.308,12	0,00	0,00	0,00	69.739,13
	2016	56.968,20	3.611,49	32.340,51	5.616,21	8.828,92	0,00	0,00	0,00	0,00	107.365,33
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema GPS

Nota: os valores acima descritos não apresentam as rubricas referentes ao ressarcimento de pessoal cedido com ônus a outros órgãos, acertos financeiros decorrentes de vacâncias de pessoal, inativos, pensionistas e pagamento de patronal.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados a pessoal

A ESMPU ainda não implantou sistemática de gestão de riscos relacionados a pessoal. Porém, instituiu, por meio da Portaria nº 1103 de 14/12/2017, um grupo de trabalho com a finalidade de analisar a implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da ESMPU, com sugestões das providências necessárias e verificação das possíveis repercussões no âmbito da ESMPU, em observância ao que dispõem, em especial, os artigos 6º e 7º da Portaria PGR/MPU nº 78/2017.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

- **Contratos de prestação de serviços terceirizados**

Quadro 39 - Contratos de prestação de serviços terceirizados

Unidade Contratante						
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO						
UG/Gestão: 200234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade <u>mínimo</u> exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
22014 (Contrato 17/2014)	Prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação no edifício-sede da ESMPU e PR/DF.	Real JG Serviços Gerais EIRELI (08.247.960/0001-62)	31/07/14	31/07/18	Ensino fundamental completo ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	P
22016 (Contrato 09/2016)	Prestação de serviços terceirizados contínuos na área de apoio administrativo, de apoio operacional e de atividades auxiliares.	Real JG Serviços Gerais EIRELI (08.247.960/0001-62)	01/02/16	01/02/18	Ensino fundamental incompleto	P

<p>Fonte: <u>Contrato 17/2014</u> Manutenção de bens imóveis (limpeza): 19 serventes; Outros: 01 Encarregado geral. <u>Contrato 09/2016</u> Copeiragem: 8 Copeiras e 8 Garçons; Recepção: 25 Recepcionistas Reprografia: 02 Operadores de Fotocopiadoras Manutenção de bens móveis: 1 lavador de automóveis; Outros: 01 Encarregado geral e 05 carregadores.</p>	<p>Situação do contrato: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) Encerrado (E).</p>
---	---

Análise Crítica:

Os serviços atendidos pelos Contratos 17/2014 e 09/2016 não constam nas atividades atribuídas aos servidores do Ministério Público da União. Sendo assim, esses serviços não estão diretamente ligados às atividades finalísticas da Instituição. São serviços imprescindíveis à manutenção e ao bom funcionamento do edifício-sede da ESMPU.

A Divisão de Serviços Administrativos da Secretaria de Administração, ciente de sua missão em relação a otimização dos serviços contratados, implementou indicadores para mensurar a satisfação com os serviços prestados, de forma a garantir que eles sejam cumpridos de forma sistemática e efetiva, conforme previsão contratual.

Além disso, os serviços possuem metas de desempenho que são avaliadas pelos gestores dos contratos. O quadro abaixo apresenta, de forma resumida, os resultados alcançados em 2017.

Quadro 40 - Avaliação da prestação de serviços

Contrato	Serviço	Periodicidade	Meta	Média alcançada 2016
17/2014	Limpeza	Trimestral	90%	98%
09/2016	Copeiragem	Semestral	90%	100%
	Apoio Administrativo	Semestral	90%	100%

- **Contratos de Estagiários**

O Programa de Estágio no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União é regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 378 de 09 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias nºs 576/2010, 101, 155 e 539 de 2011. O programa refere-se ao estágio não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Somente poderão participar deste Programa os estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior, credenciadas e previamente conveniadas com a ESMPU, que comprovam, no momento da contratação, a conclusão de, no mínimo, 40% da carga horária do curso.

As despesas com a contratação de estagiários para atender as necessidades da ESMPU são realizadas mediante dotação orçamentária própria, via repasse de recursos ao Ministério Público Federal, por meio do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MPF e a ESMPU.

O quadro mensal autorizado de estagiários da Escola é de 25 vagas.

A despesa com a contratação de estagiários está demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 41 - Composição do quadro de estagiários - 2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	72	75	73	70	R\$ 286,962,24
1.1 Área Fim	41	44	43	42	R\$ 166.465,38
1.2 Área Meio	31	31	30	28	R\$ 120.465,38
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	72	75	73	70	R\$. 286,962,24

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas
 Análise Crítica:
 O quadro mensal de estagiários da ESMPU é de 25 pessoas, totalizando 75 por trimestre.
 O não preenchimento de todas as vagas, no decorrer do ano, deve-se à rotatividade em virtude de oferta de vagas para estágio no DF, e/ou de conclusão do curso superior.

4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 42 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU

Localização geográfica		Quantidade de imóveis da união de responsabilidade da ESMPU	
Brasil	Localidade	Exercício 2015	Exercício 2016
	Brasília/DF	2	2
Subtotal		2	2

Imóveis situados na SGAS quadra 604, lotes 22 e 23, sendo que o lote 23 é de responsabilidade de dois órgãos, Escola Superior do Ministério Público da União e Procuradoria da República no Distrito Federal, cabendo à ESMPU a fração ideal de 0,5561151 e 5.812,56m² de área construída.

Exterior

Não se aplica à unidade jurisdicionada

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro 43 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do imóvel			Despesa no exercício
				Valor histórico	Data de avaliação	Valor reavaliado	Com reformas
200234	970117449-500-7	13	2	Cz\$ 383,50	20/07/2017	R\$ 246.167,18	R\$ 224.166,24 (*)
200234	970104706-500-3	13	5		20/07/2017	R\$ 12.872.665,17	-

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

(*) SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

Nota: A estrutura de controle e de gestão do patrimônio é gerenciada pelo SPIUnet e pelo SIAFI. A qualidade e a completude dos registros atendem às necessidades da Unidade Jurisdicionada.

- **Manutenção do Prédio Compartilhado com a PR/DF**

No exercício de 2017 a ESMPU realizou manutenções periódicas e contratações de empresas para revitalização de esquadrias, substituição dos aparelhos de ar condicionado e reforma na casa de bombas. Outras contratações foram realizadas pela Procuradoria da República no Distrito Federal, que divide o uso do edifício com a ESMPU.

- **Construção do Edifício Sede da ESMPU**

A obra para construção do Centro de treinamento da ESMPU foi planejada para ser executada em etapas. Na primeira etapa, realizada no período de 2012/2013, foi construída a estrutura do prédio.

Para o exercício de 2017, foram solicitados recursos à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), no montante de R\$ 5.053.000,00. Contudo, em decorrência do limite orçamentário e financeiro estabelecido na LOA/2017, a dotação destinada à obra para 2017 foi de apenas R\$ 500.000,00.

Ciente da necessidade de finalizar a construção do Centro de Treinamento, a Direção Geral da ESMPU envidou todos os esforços para complementar a dotação. Como não logrou êxito em suas solicitações, continua trabalhando no sentido de conseguir os recursos necessários para início da obra a partir do exercício 2018.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

Força de Trabalho

O efetivo de pessoal lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação é composto por 22 (vinte e duas) pessoas, entre analistas, técnicos, estagiários e apoio administrativo, conforme quadros e gráficos que se seguem.

Quadro 44 - Quadro de pessoal - STI

Cargo	Quantidade	Observações
Servidores da carreira do MPU	17	Sendo, 8 analistas e 9 técnicos
Estagiários nível superior	04	Sendo, 3 dedicados a área de Suporte e 1 para área de Desenvolvimento ou Infraestrutura
Apoio administrativo	01	Serviço terceirizado
Total->	22	

Quadro 45 - Quadro Distribuição de pessoal por área de atuação

Área	Quantidade	Observações
Gestão de TI	02	Secretário de TI e Assessoria Técnica
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	07	Sendo, 4 analistas, 3 técnicos, 1 estagiário
Banco de Dados	02	Sendo, 1 analista e 1 técnico
Infraestrutura (Redes)	02	Sendo, 1 analista e 1 técnico.
Suporte ao Usuário de TI	06	Sendo, 3 técnicos e 3 estagiários
Apoio administrativo	01	Serviço terceirizado
Total->	22	

Gráfico 2 - Distribuição de pessoal de TI na ESMPU

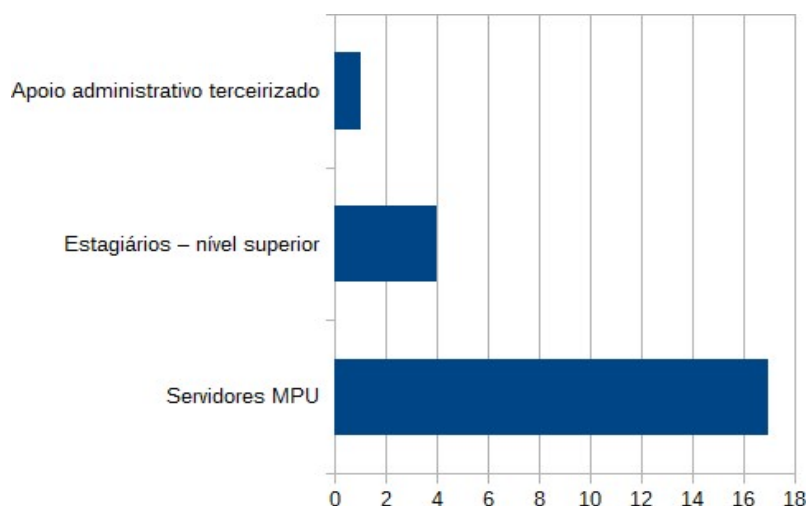
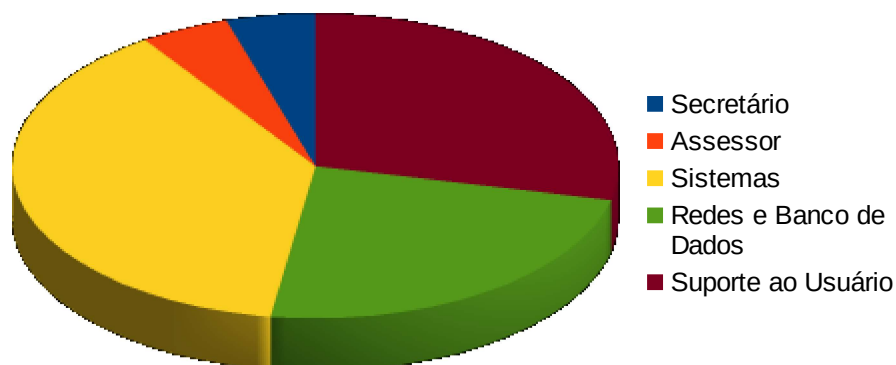


Gráfico 3 - Distribuição de pessoal por áreas macro da estrutura STI



Gerenciamento de serviços de TI

Processo de

O processo de gerenciamento de serviços de TI tem como referência o conjunto de boas práticas estabelecidos pelo *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)*. Os serviços são previstos no sistema *Microsoft System Center*, que é utilizado para fins de gerenciamento do catálogo de serviços, cadastro, acompanhamento, controle e consulta de ocorrências de serviços de suporte prestados pela área TI.

Projetos

Os projetos da área de Tecnologia da Informação subdividem-se em projetos priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e projetos específicos da área de TI. Os projetos priorizados pelo CTI são submetidos à aprovação da Direção-Geral, tem equipes designadas por meio de Portaria, dispõem de plano de projeto, cronograma e tem as atividades acompanhadas pelo Escritório de Projetos (Secretaria de Planejamento e Projetos – SEPLAN/ESMPU). Os projetos específicos da TI são essencialmente técnicos, não dependem da participação direta das demais áreas da Escola, mas tem impacto no funcionamento da ESMPU.

Quadro 46 - Projetos concluídos em 2017

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
n. 81/2016	<i>Projeto ESMPU sem papel.</i> Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, viabilizando o processo administrativo eletrônico.	Implementação do processo eletrônico, aperfeiçoamento de processos de trabalho, redução do consumo de papel, maior agilidade nas pesquisas, realocação de pessoal.	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Atualmente encontra-se em vigência o PDI 2015/2019 e o presente projeto pode ser classificado dentro do critério Processos, Meta 1 - Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Projeto orçado em R\$ 46.700,30, mas não foram computados recursos voltados para melhoria da infraestrutura de TI da ESMPU como um todo, recursos tais como unidade de armazenamento de dados (<i>storage</i>) e <i>switches SAN</i> , aperfeiçoamento do sistema de <i>firewall</i> .	Maio -2017 Concluído
n. 82/2016	<i>Projeto Expresso.</i> Tem por finalidade a automação dos processos de avaliação e certificação das atividades acadêmicas ESMPU.	Maior satisfação da “clientela” ESMPU, a agilidade no retorno dos resultados avaliativos para os envolvidos propiciará a retroalimentação do planejamento educacional, permitindo aperfeiçoamentos constantes em aspectos das atividades acadêmicas da escola.	Metas PDI 2015-2019: Publicar, na intranet, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto	Valores orçados para aquisição de 14 <i>tablets</i> , totalizando R\$ 42.000,00. No presente momento, o presente projeto conta com 08 (oito) <i>tablets</i> adquiridos ao custo total de R\$ 33.000,00. Houve decisão para aquisição de mais 03 (três) <i>tablets</i> .	Outubro – 2017 Concluído
n. 83/2016	<i>Projeto Novos Portais visando à modernização dos sites da Internet e Intranet ESMPU.</i>	Transformar o atual site que é tipicamente de notícias de tal forma que a novo portal da escola tenha perfil de serviços, como forma de facilitar o acesso do público ao principal negócio da escola: atividades acadêmicas e publicações.	Metas PDI: Incrementar o alcance das ações de capacitação a membros e servidores do MPU, Publicar dados da Avaliação de Reação e Impacto, Avaliar o impacto das pesquisas científicas aplicadas da ESMPU	Projeto dependeu apenas dos trabalhos da equipe e dos recursos de TI já existentes na ESMPU. Não haverá custos para o desenvolvimento do projeto.	1ª fase. Portal da Internet: Abril – 2017 2ª fase. Porta Intranet: Julho – 2017 Concluído

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
n. 84/2016	<i>Projeto Informe de Rendimentos</i> voltado para automatização e padronização do processo de emissão de informes de rendimentos.	Automatizar e padronizar o processo de emissão de informe de rendimentos.	Metas PDI 2015-2019: Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Projeto dependeu apenas dos trabalhos da equipe de projeto e dos recursos de TI já existentes na ESMPU. Não haverá custos financeiros.	Dezembro – 2017 Concluído

Observação: As informações sobre resultados esperados, alinhamento estratégico, valores e prazo foram extraídas dos respectivos planos de projeto.

Quadro 47 - Projetos em andamento

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
	ESMPU Digital Módulo 1 - Diárias e Passagens	Facilitar as ações para os usuários da ESMPU	Metas PDI 2015-2019: Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Projeto depende apenas dos trabalhos da equipe de projeto e dos recursos de TI já existentes na ESMPU. Em princípio, não haverá custos financeiros	Mapeamento e modelagem de processos iniciada em 2017. 1º módulo – março 2018

Observação: O projeto ESMPU digital encontra-se para apreciação do Comitê de TI, mas houve sinalização da Direção-geral para o desenvolvimento do módulo de requisição de Diárias e Passagens.

Quadro 48 - Contratos de serviços continuados

Item	Contrato - objeto	Finalidade
1	Serviços de comunicação de dados na modalidade MPLS – 01 – <i>link</i> principal	Viabiliza acesso à Internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU via <i>web</i> .
2	Serviços de comunicação de dados na modalidade MPLS – 02 – <i>link</i> secundário	Viabiliza acesso à Internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU via <i>web</i> .
3	Serviços de <i>outsourcing</i> de impressão	Impressão, fotocópia, digitalização e reconhecimento ótico de caracteres em documentos (processamento OCR).
4	Serviços de manutenção em cabeamento da rede estruturada de dados e telefonia	Manutenção do cabeamento utilizado na rede local. Gestão do contrato é feita pelo Ministério Público Federal (MPF) por meio da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF)
5	Serviço de locação de <i>softwares Autocad e Adobe Creative Cloud</i>	<i>Softwares</i> utilizados nas áreas de engenharia, editoração eletrônica e comunicação social.
6	Serviços de manutenção e suporte de sistema antivírus	<i>Software</i> utilizado na proteção das estações de trabalho da escola. Decorrente de parceria da ESMPU com o MPF.
7	Serviços de manutenção e suporte de sistema de correio eletrônico <i>Novell GroupWise</i>	<i>Software</i> utilizado para envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico. Decorrente de parceria com o MPF.

Item	Contrato - objeto	Finalidade
8	Serviços de manutenção e suporte de banco de dados <i>Oracle</i> .	<i>Software</i> de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da ESMPU.

Observações:

Itens 1 e 2 - Serviços de comunicação de dados são de fundamental importância para o funcionamento da Escola uma vez que a mesma provê serviços de educação a distância (EAD) e oferta atividades acadêmicas presenciais que demandam acesso à Internet, razão pela qual a ESMPU conta com dois contratos de prestação de serviços de comunicação de dados. Sendo um deles SERPRO Infovia e outro por meio do contrato firmado com a empresa Embratel decorrente de parceria com o Ministério Público Federal.

Item 4 - O edifício-sede da ESMPU dispõe de infraestrutura de rede estruturada, que abarca tanto a comunicação de dados quanto a telefonia fixa. O contrato em tela provê serviços de manutenção de cabeamento de dados e telefonia. Eventuais situações de contingência são resolvidas mediante parceria entre as áreas de TI e de engenharia das unidades do Ministério Público da União.

Itens 5 a 8- Os *softwares* relacionados nesses itens decorrem de opções tecnológicas adotadas por padrão pelas respectivas áreas demandantes.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 49 - Principais Sistemas de Informação e níveis de criticidade

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
1	<i>SIE</i> – Sistema de Informação para o Ensino	Sistema tipo SIG (Sistema Integrado de Gestão) desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - RS e comercializado pela empresa AVMB. O sistema contempla módulos de controle para as áreas acadêmica, planejamento e controle financeiro das atividades acadêmicas, compras, patrimônio, almoxarifado, protocolo, administração de recursos humanos (sem folha de pagamento), administração orçamentária e financeira, diárias e passagens, frota, gestão de informações gerenciais (BI) e de atendimento ao usuário.	STI	SEDUC, SEPLAN e SA	4
2	<i>BADOC</i> – Banco de Docentes	Sistema de cadastro das informações dos docentes que atuam na ESMPU.	STI	SEDUC e SEPLAN	3

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
3	<i>SING</i> – Sistema de Inscrição e Seleção.	Sistema responsável pelo recebimento de inscrições e seleção de participantes das atividades acadêmicas.	STI	SEDUC e SEPLAN	5
4	<i>Moodle</i>	Ambiente de Virtual de Aprendizagem em uso para ministração das atividades acadêmicas à distância. Possui licenciamento GPL.	STI	SEDUC	5
5	<i>Ocomon (1)</i>	Sistema de registro de cadastro, acompanhamento, controle e consulta de ocorrências de suporte da área TI. Possui licenciamento GPL. Sistema descontinuado.	STI	STI	1
5.1	<i>MS System Center</i>	Viabiliza a Central de Serviços de TI. Implementa Catálogo de Serviços.	STI	STI	2
6	<i>GPWeb</i>	Ferramenta para gerenciar projetos, disponível no Portal do Software Público Brasileiro. Possui licenciamento GPL.	STI	SEPLAN	2
7	<i>GitLab</i>	Plataforma de gerenciamento de repositórios GIT. Possui licenciamento GPL.	STI	STI	3
8	<i>Mediawiki</i>	Ferramenta de <i>Wiki</i> . Possui licenciamento GPL.	STI	STI	2
9	Integra	Sistema que integra outros módulos web desenvolvidos pela ESMPU e que fornece layout e interface a eles	STI	SEDUC e SEPLAN	5
10	<i>phpLib</i>	<i>Framework</i> PHP desenvolvida internamente para construções de sistemas e módulos web. O integra e seus módulos são construídos com base nesta <i>framework</i> .	STI	STI	2
11	Avaliação Institucional	Módulo de automação do processo de avaliação institucional dos tipos reação e impacto.	STI	SEPLAN	3
12	<i>Moodlexp</i>	Módulo para integração de dados entre a plataforma <i>Moodle</i> e o sistema acadêmico.	STI	SEDUC	4
13	Videoteca	Módulo para disponibilização de vídeo-aulas institucionais na plataforma web.	STI	ASCOM	3
14	<i>SiePHP</i>	Módulo que permite integrar dados do SIE com as aplicações da <i>framework</i> .	STI	SEDUC e SEPLAN	5
15	Forma	Sistema construído para geração de formulários dinâmicos em ambiente <i>Plone/Zope</i> .	STI	ASCOM	3

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
16	<i>Plone/Zope</i>	Sistema de gerenciamento de conteúdo web utilizado nos sites de Intranet e Internet. Possui licenciamento GPL.	STI	ASCOM	5
17	<i>Microsoft Active Directory</i>	Sistema de compartilhamento de arquivos por meio dos serviços de rede local.	STI	STI	5
18	<i>Oracle</i>	Sistema de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da escola.	STI	STI	5
19	<i>Novell GroupWise</i>	Sistema de correio eletrônico institucional.	STI	STI	4
20	<i>Percona</i>	Sistema de gerenciamento de banco de dados por sistemas aplicativos da escola.	STI	STI	5
21	<i>SMVC</i>	<i>Framework</i> de desenvolvimento de aplicações em linguagem PHP.	STI	STI	2
22	GPS/Hórus	Sistema de cadastro de pessoal e folha de pagamento de membros e servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.	STIC/PGR, STI	SA	3
23	<i>Pergamum</i>	Sistema Integrado de Bibliotecas. Sistema desenvolvido e mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUCPR.	STIC/PGR, STI	Biblioteca	3
24	Grifo	Sistema de controle eletrônico da frequência de servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.	STIC/PGR, STI	SA	2
25	SIAFI	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa. Sistema desenvolvido e mantido pelo Ministério da Fazenda e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.	SERPRO, STI	SA	4
26	<i>MySQL</i>	Sistema de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da Escola.	STI	STI	2
27	SEI	Sistema Eletrônico de Informações. Sistema trata do processo administrativo eletrônico.	TRF4, STI	SA	5
28	Oracle Apex	Ferramenta tipo RAD (<i>Rapid Application Development</i>) para desenvolvimento de aplicações web centradas em banco de dados Oracle.	STI	STI	2

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
29	Java J2EE + Spring MVC + Maven + AngularJS + Hibernate	Suíte de <i>frameworks</i> Java e Javascript para o desenvolvimento de aplicações corporativas em ambiente Web.	STI	STI	2
30	Glassfish	Servidor de aplicações Java	STI	STI	4
31	Diárias e Passagens	Módulo Integra para automação de cálculos de diárias e registros de passagens emitidas no âmbito da ESMPU.	STI	SEDUC	4
32	Redmine	Aplicativo para gerenciamento de projetos de desenvolvimento baseados em <i>Scrum</i> .	STI	STI	2
33	Comprovante Rendimentos IRPF	Viabiliza acesso aos rendimentos recebidos por pessoa física em razão do exercício de atividades acadêmicas da ESMPU. Utilizado para declaração anual de ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF	STI	SA	3

Siglas:

1. ASCOM - Assessoria de Comunicação Social,
2. SA - Secretaria de Administração,
3. SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Projetos,
4. SEDUC - Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional,
5. STI - Secretaria de Tecnologia da Informação,
6. STIC/PGR - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Procuradoria-Geral da República,
7. SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados,
8. TRF4 - Tribunal Regional Federal – 4ª Região.

Quadro 50 - Nível de criticidade de sistemas STI

Nível de Criticidade	Descrição do impacto na ESMPU
1	Sistema não interfere na qualidade e segurança dos serviços prestados pela escola.
2	Sistema pode interferir na qualidade e segurança dos serviços prestados pela escola.
3	Sistema contribui, mas não determina exposição a risco. Se inoperante, interfere na qualidade ou segurança dos serviços prestados pela escola.
4	Sistema determina exposição a risco. Se inoperante, impacta a qualidade ou segurança dos serviços prestados pela escola.
5	Se inoperante, sistema inviabiliza o funcionamento da escola.

Observação: (1) Sistema *Ocomon* foi descontinuado. *Sistema Microsoft System Center* implantado em substituição ao *Ocomon*.

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A ESMPU instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação por meio da Portaria nº 118, de 14 de outubro de 2015. A primeira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) ocorreu em 10 de novembro de 2015, ocasião em que foram discutidos temas relacionados à Estratégia de Tecnologia da Informação, Indicadores de TI e Políticas de Tecnologia da Informação.

Em 2017, o CTI reuniu-se em 22/03/2017 e 05/09/2017. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação, PDTI 2017-2018 foi aprovado pela Portaria nº 01021, de 16 de maio de 2017, publicado no portal da ESMPU na Internet e disponível em <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2017-2018>

O PDTI relaciona projetos, investimentos e treinamentos voltados para a equipe técnica de TI. As ações de treinamento do pessoal de TI são lançadas no PDTI a partir do documento denominado Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT. Por meio da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP), a Secretaria de Administração (SA) faz a gestão das necessidades de treinamento, participa do processo de contratação dos treinamentos que foram priorizados e autorizados, acompanha a execução do treinamento, instrui o processo de pagamento do treinamento e procede averbação do mesmo nos assentamentos funcionais dos servidores. Os treinamentos e eventos de TI realizados em 2017 encontram-se descritos no *Quadro IV) Relação de Treinamentos em 2017*.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A ESMPU, atenta as mais atuais discussões sobre gestão ambiental e sustentabilidade, tem reforçado o seu compromisso com a sustentabilidade e procurado implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta. Diante desse compromisso, a Escola fez incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 – 2019) a meta específica “Implantar ações de sustentabilidade organizacional”, dentro do Critério Sociedade.

Em atenção a esta meta a ESMPU promoveu, em 2017, diversas ações voltadas para promover o uso racional dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na execução de suas atividades. Dentre as atividades do Projeto de Sustentabilidade, destacam-se: Calendário de Descarte Inteligente de Materiais para programar o recolhimento de materiais tais como: esponjas, pilhas, baterias, água que sobram dos copos e jarras,

medicamentos vencidos, borra de café, jornais velhos, garrafas tipo Pet, disquetes e eletrônicos. Por meio de produção de materiais informativos agiu-se para sensibilizar, informar e ensinar aos servidores, estagiários e membros formas e locais de descarte inteligente. Produziu-se, ainda, oficinas para demonstrar a utilização dos materiais como nova matéria prima.

A ESMPU utilizou-se também de indicadores de desempenho para acompanhar a evolução do consumo de diversos recursos, como água, energia elétrica, papel, água mineral e copos descartáveis, além da destinação para reciclagem de papelão, papel, plástico e lâmpadas fluorescentes. As informações coletadas por esses indicadores são compartilhadas com o Ministério do Meio Ambiente – MMA através da plataforma RESSOA.

Ainda em 2017 a ESMPU recebeu o selo de sustentabilidade da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O selo é resultado da adesão ao programa do MMA de boas práticas ambientais na Administração Pública.

Os documentos correlatos à Sustentabilidade organizacional da Escola podem ser acessados pelo link: <http://escola.mpu.mp.br/sustentabilidade>.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras


A ESMPU vem incluindo, desde meados do ano de 2016, critérios de sustentabilidade, em cláusulas gerais e específicas em seus termos de referência, editais e contratos. Dentre esses critérios, cita-se a exigência de observância a alguns atos normativos, como a Lei nº 10.257/2001; a Lei nº 12.187/2009; a Lei nº 12.305/2010; a Lei nº 12.349/2010; o Decreto nº 7.404/2010; o Decreto nº 7.746/2012; e a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG.

Vale ressaltar que a ESMPU participa de um sistema de compras e contratações compartilhadas entre os órgãos federais ligados ao Ministério Público, em especial entre o Conselho Nacional do Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República, a Procuradoria Regional da República da 1ª Região e a Procuradoria da República no Distrito Federal. Esse sistema vem colaborando com a sustentabilidade, à medida que consegue obter melhores preços no mercado, por meio de compras mais volumosas, ao mesmo tempo em que reduz os gastos com processos de licitações para cada órgão, otimizando a logística da Administração Pública e do mercado.

Com relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras a Divisão de Engenharia vem atuando:

- ✓ Na elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos ou Executivos, buscando-se sempre avaliar quais critérios de sustentabilidade são pertinentes ao objeto contratado.
- ✓ Em parceria com a Assessoria de Sustentabilidade da ESMPU foi criado o Plano de Descarte de Resíduos que documenta a destinação de resíduos provenientes da execução de obras, reformas e execução de serviços técnicos, conforme modelo a seguir.

Figura 2 - Formulário de Plano de descarte de resíduos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Plano de descarte de Resíduos*				
Empresa:			CNPJ: 00.000.000/0000-00	
Endereço:				
Representante legal: <NOME> - <CARGO>				
Materiais	Destinação (Nome / CNPJ / CPF)	Data	Assinatura do Recebedor	Telefone
Classe A: Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados.				
A.1) Oriundos de demolição e reparo de edificação: argamassa e concreto		/ /		
Classe B: Resíduos recicláveis para outras destinações.				
B.1) Plástico		/ /		
B.2) Papel		/ /		
B.3) Papelão		/ /		
B.4) Metal		/ /		
B.5) Vidro		/ /		
B.6) Madeira		/ /		
B.7) Gesso		/ /		
Classe C: Resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação.				
C.1)		/ /		
Classe D: Resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes e óleos.				
D.1) Tinta				
D.2) Solvente				
D.3) Óleo				

* Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 e alterações.

Brasília, __ de _____ de 201__.

 <nome da empresa>
 <nome do representante legal>

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMAS
Página 1/1

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) tem como atividade principal a realização da comunicação externa e interna da ESMPU. Ela atua para dar publicidade às atividades-fim da instituição (atividades acadêmicas e editora), contribuindo para projetar a imagem do órgão como modelo de referência entre as Escolas de Governo.

No âmbito da comunicação externa, o trabalho do setor é informar o público-alvo (membros e servidores do MPU) e a sociedade sobre os serviços prestados pela instituição. Tendo em vista que uma das principais funções da ESMPU é a realização de atividades de capacitação para membros e servidores, a ASCOM se comunica com esse público de forma direta (envio de notícias/*releases* via *e-mails*, grupo privado no *Facebook* para membros e servidores e mensagens no *WhatsApp* – apenas para membros) e pelo *site* da instituição. As informações ainda são enviadas para as Assessorias de Comunicação dos órgãos ligados ao MPU.

Já a comunicação interna atua perante os colaboradores da própria ESMPU (servidores, estagiários e terceirizados). Atualmente ela é realizada por meio da divulgação de notícias internas, notas e comunicados por *e-mail* e publicação na Intranet.

Além dessas funções, a ASCOM é responsável pela gestão do Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>) e da Intranet, pela atualização do Portal da Transparência, pela cobertura de eventos e pela produção de conteúdo (em texto, áudio e vídeo).

Relatório de atividades

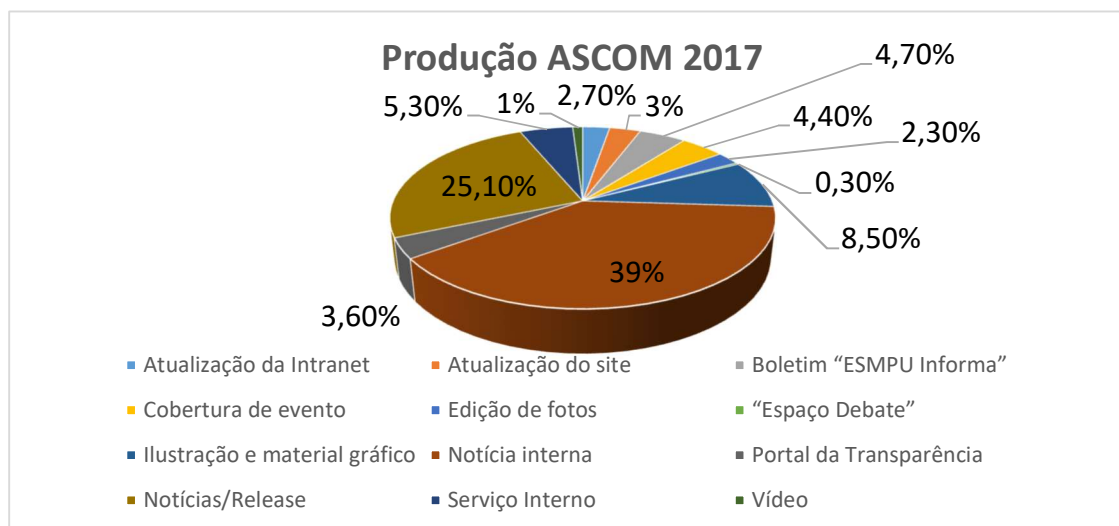
Ao longo de 2017, a equipe da ASCOM foi responsável pela produção de 908 produtos, divididos entre atualização da Intranet e do *site*, boletim “**ESMPU Informa**”, cobertura de evento, edição de fotos, produção do programa “**Espaço Debate**”, ilustração, material gráfico, notícia interna, Portal da Transparência, *releases*/notícias, serviço interno e gravação e edição de vídeos. Nessa coleta de dados não foram incluídas as publicações em mídias sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Youtube*).

Quadro 51 - Produção ASCOM 2017

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atualização da Intranet	24
Atualização do <i>site</i>	28
Boletim “ESMPU Informa”	43
Cobertura de evento	40
Edição de fotos	21
“Espaço Debate”	3

Ilustração e material gráfico	77
Notícia interna	354
Portal da Transparência	33
Notícias/Release	228
Serviço Interno	48
Vídeo	9
Total	908

Gráfico 4 - Produção ASCOM 2017



As atividades elencadas, também podem ser subdivididas entre produtos direcionados a membros e servidores e produtos direcionados à sociedade em geral.

▪ Produtos direcionados a membros e servidores:

- ✓ Publicação de notícias/releases no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>);
- ✓ Envio de informações para os e-mails dos membros;
- ✓ Produção do boletim semanal "ESMPU Informa";
- ✓ Envio de notícias/releases para as Assessorias de Comunicação dos órgãos do MPU;
- ✓ Envio de mensagens via WhatsApp para membros dos quatro ramos do MPU;
- ✓ Publicação no grupo privado no Facebook (membros e servidores do MPU).

▪ Produtos direcionados à sociedade em geral:

- ✓ Publicação de notícias no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>);
- ✓ Produção do programa de entrevista "Espaço Debate";
- ✓ Publicação em redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube);

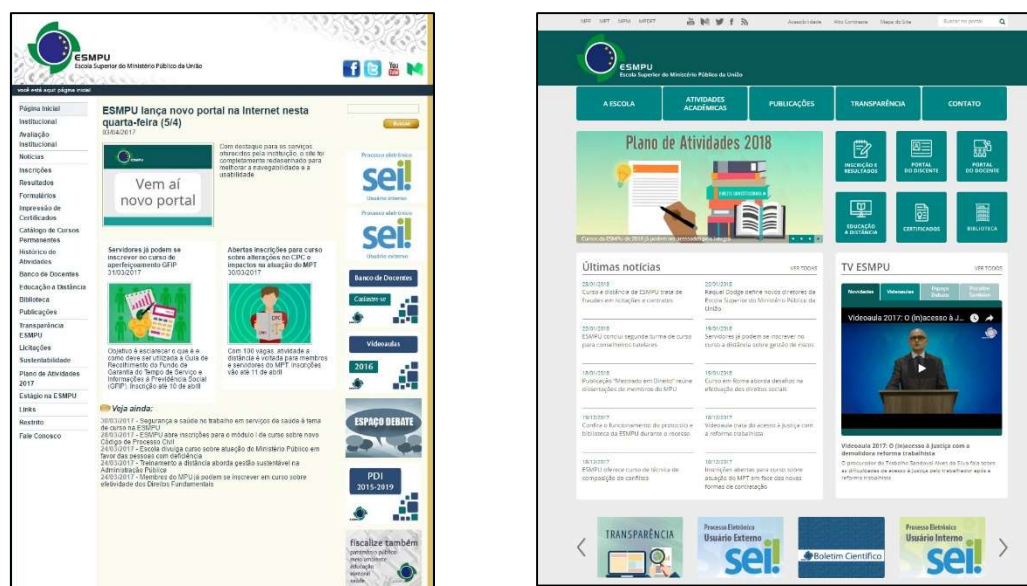
- ✓ Divulgação de Videoaulas; e
- ✓ Divulgação de vídeos curtos para a série “Você Sabia?”.

Modernização

Em 2017, foi concluído o projeto "Novos Portais da ESMPU, cujo objetivo era o desenvolvimento do novo portal da Internet e da nova Intranet. Os novos portais foram construídos em doze meses (início em 8 de julho de 2016) por servidores da própria ESMPU, por meio de um grupo de trabalho intersetorial. A atividade contou com a participação de representantes de todas as secretarias.

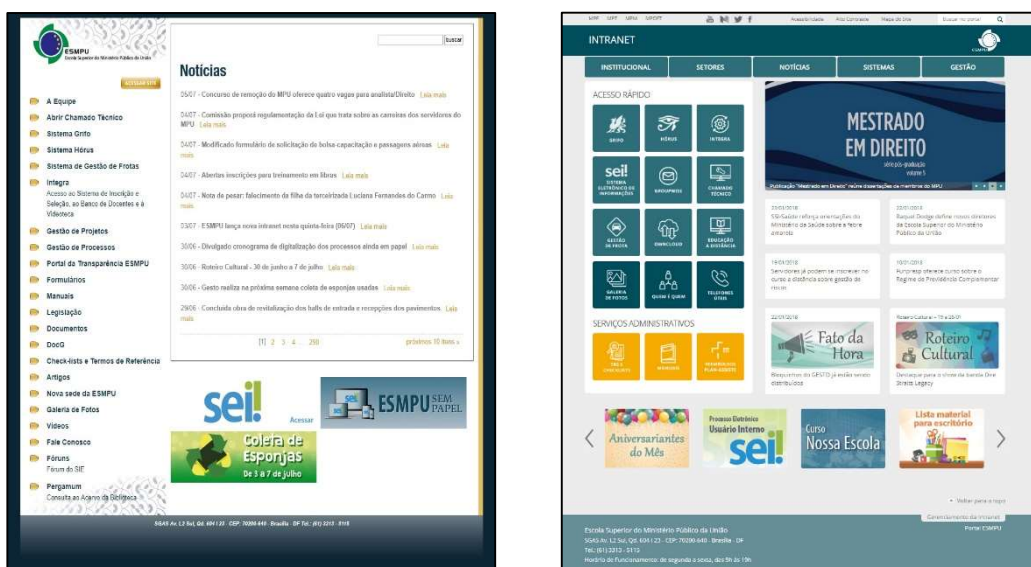
❖ **Portal da ESMPU na Internet:** lançado em abril de 2017, o novo portal (<http://escola.mpu.mp.br/>) deu destaque aos serviços oferecidos pela ESMPU. Ele foi completamente redesenhado para melhorar a navegabilidade e a usabilidade, sendo desenvolvido em consonância com as diretrizes de acessibilidade. Com um layout moderno e responsivo (adaptável a qualquer dispositivo de acesso, como smartphone, notebook, computador e *tablet*), o portal tem linguagem acessível e fácil navegação. As informações foram hierarquizadas e reorganizadas para facilitar a localização e a visualização dos conteúdos pelo usuário, principalmente aqueles relacionados a atividades acadêmicas, publicações, discentes e docentes. Também foi feita a reestruturação do “Portal da Transparência” da ESMPU para atender ao Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Figura 3 - Portal da ESMPU na internet (antes e depois)



❖ **Intranet:** lançada em julho de 2017 e desenvolvida em harmonia com o Portal da ESMPU, a arquitetura da informação da Intranet buscou destacar e facilitar o acesso às ferramentas de trabalho utilizadas pelos servidores da Casa. A página deu destaque para um menu de acesso rápido com *links* para os serviços mais utilizados. As notícias internas ganharam mais visibilidade e foram criadas novas áreas, como a de “Gestão Estratégica” e a de “Setores”.

Figura 4 - Intranet da ESMPU (antes e depois)



5.1 Canais de acesso do cidadão

A ESMPU também tem buscado ampliar o contato com a sociedade, realizando atividades de extensão (como seminários, congressos, colóquios e simpósios) e produzindo conteúdos (vídeos, entrevistas, artigos). Essas ações de interesse coletivo são noticiadas no *site* e nos perfis do *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*.

No ano passado, foi dada continuidade à produção de **Videoaulas** sobre temas jurídicos, com a participação de membros e servidores do MPU, e à divulgação no canal da ESMPU no *YouTube* (www.youtube.com/escolampu). No total, foram disponibilizadas seis **Videoaulas** em 2017.

Quadro 52 - Vídeos Aulas Divulgadas em 2017

TÍTULO	INSTRUTOR
Trabalho escravo contemporâneo	Débora Tito, Procuradora do Trabalho
Proibição do trabalho infantil em lixões e aterros sanitários	Valdir Pereira, Procurador do Trabalho
Terceirização, uma opção de gestão?	Vanessa Patriota da Fonseca, Procuradora do Trabalho
A reforma trabalhista e os limites da negociação coletiva	Alberto Oliveira, Procurador do Trabalho
A tarifação dos bens extrapatrimoniais com a reforma trabalhista.	Tiago Cavalcanti, Procurador do Trabalho
O (in)acesso à Justiça com a demolidora reforma trabalhista	Sandoval Alves da Silva Lopes, Procurador do Trabalho

Também foi retomado o programa de entrevistas “**Espaço Debate**”, publicado no *YouTube* e no *Facebook*. Criado em 2015, o programa aborda a cada edição um tema da agenda nacional. O objetivo é discutir os assuntos em pauta na sociedade sob a perspectiva do MPU. Em 2017, foram divulgadas três entrevistas.

Quadro 53 - Edições Do Programa “Espaço Debate” Divulgadas Em 2017

TEMA	ENTREVISTADO
Caixa 2	Douglas Fischer, Procurador Regional da República
Cooperação Internacional	Vladimir Aras, Procurador Regional da República
Impactos da Reforma Trabalhista	Ronaldo Fleury, Procurador-Geral do Trabalho

5.2 Carta de Serviços ao Usuário

Pelo fato de a principal competência da ESMPU ser a capacitação de membros e servidores do MPU, a instituição não possui *Carta de Serviços ao Usuário*.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O corpo acadêmico da ESMPU (corpo docente, discente e técnico administrativo e ao público externo) aprovou a atuação da instituição no primeiro semestre de 2017. No Relatório Parcial de Auto avaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Escola, a instituição obteve 57% de aprovação (Ótimo e Bom), levando em consideração a média dos resultados obtidos em cinco eixos avaliativos (Planejamento e Desenvolvimento Institucional – 60%; Gestão Institucional – 68%; Corpo Social – 54%; Desenvolvimento Profissional – 50%; e Infraestrutura – 53%).

Dentro do eixo Gestão Institucional, o destaque ficou para a comunicação da ESMPU com a comunidade interna e externa, principalmente em relação ao site e à divulgação das atividades acadêmicas oferecidas pela Escola. Com relação à comunicação da ESMPU (interna e externa), 73%

a consideraram ótima ou boa (*Quadro 55*); 88% consideraram o site ótimo ou bom (*Quadro 56*); e 83% avaliaram positivamente a divulgação das atividades (*Quadro 57*).

Quadro 54 - Enquete: Como você avalia a comunicação da ESMPU (interna ou externa)?

	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	27%	50%	13%	1%	1%	7%
Corpo discente	31%	52%	14%	0%	1%	1%
Corpo técnico administrativo	20%	35%	20%	10%	10%	5%
Público externo	39%	40%	12%	0%	0%	10%
MÉDIA	29%	44%	15%	3%	3%	6%

Quadro 55 - Enquete: Como você avalia o site da ESMPU, em termos de forma, conteúdo e acesso?

	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	38%	42%	12%	2%	0%	6%
Corpo discente	36%	50%	12%	1%	0%	0%
Corpo técnico administrativo	35%	55%	0%	0%	10%	0%
Público externo	59%	35%	6%	1%	0%	0%
MÉDIA	42%	46%	8%	1%	3%	2%

Quadro 56 - Enquete: Como você avalia a divulgação das atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão oferecidas pela ESMPU?

	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	29%	51%	7%	1%	0%	13%
Corpo discente	43%	48%	8%	1%	0%	1%
Corpo técnico administrativo	20%	50%	25%	5%	0%	0%
Público externo	46%	45%	7%	1%	0%	1%
MÉDIA	35%	48%	12%	2%	0%	4%

Ainda, a fim de mensurar a efetividade dos canais de comunicação e divulgação perante o público-alvo prioritário dos serviços oferecidos pela ESMPU (membros e servidores), foi criada uma enquete *online* na plataforma de inscrições a ser respondida por todos aqueles que se cadastram nas atividades acadêmicas da Escola.

De acordo com dados referentes a 2017, 54% das pessoas que se inscreveram em alguma atividade acadêmica na ESMPU obtiveram a informação sobre o curso pelos *e-mails* enviados e pelo boletim “**ESMPU Informa**” (*Quadro 58 e Gráfico 9*). O boletim “**ESMPU Informa**” é enviado todas as segundas-feiras para os *e-mails* de todos os membros e servidores do MPU. O informativo

apresenta um consolidado de todos os cursos com inscrições abertas; *links* de acesso para os principais serviços oferecidos pela Escola (inscrições, plataforma de educação a distância, calendário letivo e a publicação *Boletim Científico*); e notícias sobre outras atividades desenvolvidas pela instituição (Gráfico 5).

Quadro 57 - Enquete: Como você ficou sabendo do curso?

	meio de informação sobre o curso	
E-mail encaminhado pela ASCOM e Boletim “ESMPU Informa”	7509	54,50%
Página da ESMPU na Internet	3330	24,20%
Indicação de colegas	1121	8,10%
Outros	686	5%
Página do órgão de origem	564	4%
WhatsApp	361	2,60%
Facebook	218	1,60%
TOTAL	13.789	100%

Gráfico 5 - Enquete: Como você ficou sabendo do cursos?

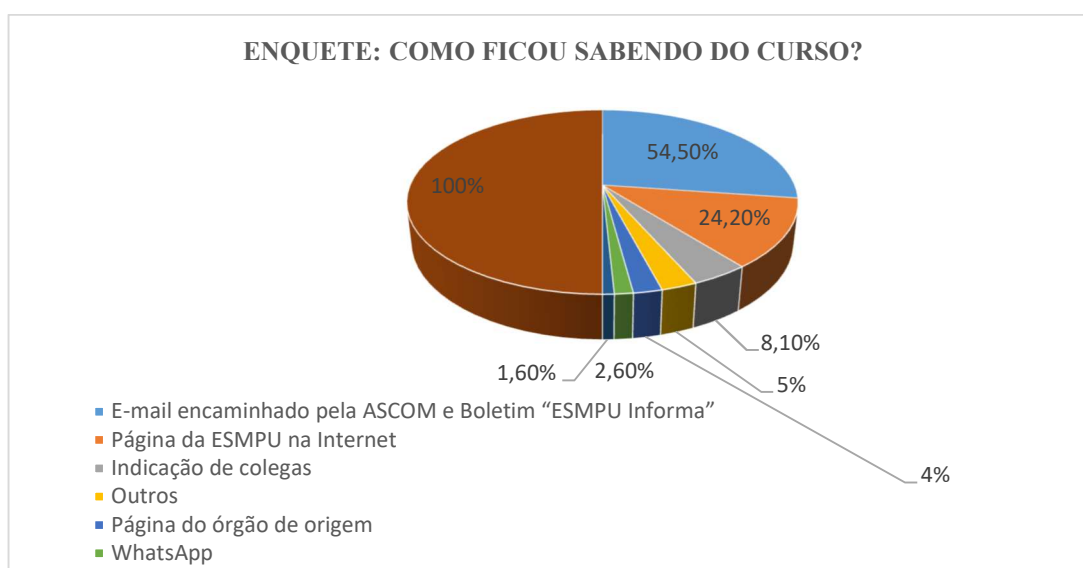


Figura 5 - Notícias sobre outras atividades desenvolvidas pela instituição

Informativo n. 90, 19 de fevereiro de 2018

Atividade com inscrições abertas

Inscrições: Educação a Distância
Calendário: Boletim Científico

Enfrentamento à improbidade administrativa e acordo de leniência
Inscrição: até 05 de março, às 12h
Data/local: de 10 a 12 de abril, em Brasília
Público-alvo: membros do MPU

Recurso de Revista PRT/Belém (PA)
Inscrição: até 28 de fevereiro, às 12h (prorrogação)
Data/local: de 19 a 21 de março, em Belém
Público-alvo: membros e servidores da PRT Belém (PA)

Segurança institucional – básico (EaD)
Inscrição: até 21 de fevereiro, às 12h
Data: de 19/03/2018 a 04/05/2018
Público-alvo: servidores do MPU

Dica da semana



SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
CURSO PRÁTICO

PUBLICAÇÃO: “Saúde e Segurança do Trabalho: curso prático” é a nova publicação lançada pela ESMPU. O guia é dirigido a procuradores, auditores, juízes, sindicatos, empregadores e trabalhadores e pretende servir de ferramenta prática de consulta. Dividida em seções temáticas, o exemplar aborda as mais graves situações de risco causadoras de agravos e mortes aos trabalhadores brasileiros: com estatísticas, fotos, quadros, ilustrações e abordagem simples, a obra permite que o leitor tenha condições de identificar as situações de risco e saiba quais medidas devem ser adotadas. Acesse a [íntegra da publicação](#).

Quarta etapa do XI CIV - MPF abre ano letivo da ESMPU



A ESMPU abriu oficialmente o seu ano letivo, na tarde desta segunda-feira (19/02), com o início da quarta e última fase do XI Curso de Ingresso e ~~Vestibular~~ **Vestibular** (CIV) para Procuradores da República (XI CIV – MPF).

Presente na solenidade, a procuradora-geral da República, Raquel Erías Ferreira Dodge, deu as boas-vindas aos 35 procuradores da República que estão na turma 1, afirmando que o Ministério Público é uma instituição que tem feito a diferença na vida dos brasileiros.

Dodge ainda convidou os colegas para que vejam a ESMPU como um espaço de reflexão do próprio trabalho. “Precisamos pensar se nosso trabalho está indo pelo caminho certo, se estamos transformando concretamente a realidade que atuamos, se não estamos apenas cumprindo prazos processuais”, frisou.

Também estiveram presentes no evento o secretário-geral do MPU, Alexandre **Camargo** de Assis; o diretor-geral, João Akira **Guizzo**, e o diretor-geral adjunto da ESMPU, Alberto Bastos **Balduino**; e o orientador pedagógico do XI CIV – MPF, Jefferson Aparecido Dias. [Leia mais](#).

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Aproveitando o desenvolvimento do novo Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>), também foi feita a reestruturação do “Portal da Transparência” para atender ao Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foi criada no site a área “Transparência”, subdividida em:

1. “Serviço de Informação ao Cidadão” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/sic>);
2. “Licitações” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/licitacoes>);
3. “Membros em Conselhos” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/transparencia/membros-em-conselhos/membros-em-conselhos.pdf>);
4. “Concursos” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/concursos>); e
5. “Portal da Transparência” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia>).

O “Portal da Transparência” reúne informações referentes a execução orçamentária e financeira, licitações contratos e convênios, gestão de pessoas, atividade-fim, planejamento estratégico, contracheque, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), publicação anual do SIC, sustentabilidade e contato.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O novo portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>) foi desenvolvido em consonância com as diretrizes de acessibilidade. Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se

encontram atalhos de navegação para os ramos do Ministério Público da União e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Também foram incluídos atalhos para as seções do portal da ESMPU. As informações estão disponíveis na página sobre acessibilidade (<http://escola.mpu.mp.br/acessibilidade>), a qual ainda constam informações de leis e decretos a acessibilidade.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Escola Superior do Ministério Público da União obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), do Manual SIAFI.

Em cumprimento ao disposto nos normativos supracitados e na Orientação Contábil nº 50/2010, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, foi realizada a depreciação dos bens móveis registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, observando os prazos de vida útil econômica do ativo e de valor residual, por conta contábil, definidos na referida Macrofunção.

Por sua vez, a depreciação dos bens imóveis da UPC, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, foi registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Quanto ao cálculo da amortização de ativo intangível, informamos que foi utilizado o método das cotas constantes, observando-se a vigência contratual. Portanto, não foram amortizadas as aquisições de licenças de uso de software com vida útil indefinida, ou seja, que não possuem prazo contratual, em observância ao estabelecido no MCASP e na Orientação Contábil nº 20/2015, da AUDIN-MPU.

As avaliações e mensurações das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível, são efetuadas de acordo com o disposto na NBC T 16.10 e no MCASP, em especial, na Parte II (tópico 3 - Mensuração de Ativos e Passivos).

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2017, destacamos as seguintes variações patrimoniais e seus respectivos valores:

Tabela 7 - Variação Patrimonial Diminutiva

<i>Variação Patrimonial Diminutiva</i>	<i>Valor R\$</i>
Depreciação de Bens Móveis	624.736,35
Depreciação de Bens Imóveis	53.672,18
Amortização de Intangível	19.058,66
Total	697.467,19

Tabela 9 - Variação Patrimonial Aumentativa

<i>Variação Patrimonial Aumentativa</i>	<i>Valor R\$</i>
Reavaliação de bens Imóveis	2.878.666,00
Total	2.878.666,00

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A unidade não possui sistemática para apuração de custos.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Segundo as normas de regência da matéria, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, (art. 101 da Lei nº 4.320/64 e Portaria STN nº 438/2012)

Tabela 8 - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/01/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-

Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			27.316.606,19	27.316.606,19
TOTAL	-	-	27.316.606,19	27.316.606,19
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	28.117.573,00	27.171.276,00	26.029.489,22	24.297.625,38	24.296.843,26	1.141.786,78
Pessoal e Encargos Sociais	8.509.015,00	8.910.015,00	8.909.015,00	8.479.231,79	8.479.231,79	1.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.608.558,00	18.261.261,00	17.120.474,22	15.818.393,59	15.817.611,47	1.140.786,78
DESPESAS DE CAPITAL	1.824.000,00	2.224.000,00	1.287.116,97	374.018,13	374.018,13	936.883,03
Investimentos	1.824.000,00	2.224.000,00	1.287.116,97	374.018,13	374.018,13	936.883,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	29.941.573,00	29.395.276,00	27.316.606,19	24.671.643,51	24.670.861,39	2.078.669,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	29.941.573,00	29.395.276,00	27.316.606,19	24.671.643,51	24.670.861,39	2.078.669,81
TOTAL	29.941.573,00	29.395.276,00	27.316.606,19	24.671.643,51	24.670.861,39	2.078.669,81

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	337.658,24	1.499.340,51	966.153,43	966.153,43	749.681,83	121.163,49
Pessoal e Encargos Sociais	26.347,62	139.550,74	90.626,31	90.626,31	25.990,23	49.281,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	311.310,62	1.359.789,77	875.527,12	875.527,12	723.691,60	71.881,67
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.415.120,99	1.054.018,64	1.054.018,64	361.102,35	-
Investimentos	-	1.415.120,99	1.054.018,64	1.054.018,64	361.102,35	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	337.658,24	2.914.461,50	2.020.172,07	2.020.172,07	1.110.784,18	121.163,49

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53.557,44	-	-	-	53.557,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53.557,44	-	-	-	53.557,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	53.557,44	-	-	-	53.557,44

6.3.1 Balanço Financeiro

Tabela 9 - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/01/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	27.316.606,19	24.824.001,84
Ordinárias	-	-	Ordinárias	27.266.606,19	24.824.001,84
Vinculadas	-	-	Vinculadas	50.000,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	50.000,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	27.957.656,77	24.322.198,10	Transferências Financeiras Concedidas	28.029,71	8.399,10
Resultantes da Execução Orçamentária	27.957.656,77	24.321.264,15	Resultantes da Execução Orçamentária	19.667,00	-
Sub-repasse Recebido	27.957.656,77	24.321.264,15	Sub-repasse Devolvido	19.667,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	933,95	Independentes da Execução Orçamentária	8.362,71	8.399,10
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	933,95	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.362,71	8.399,10
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.696.499,95	3.148.694,60	Despesas Extraorçamentárias	2.045.237,79	1.810.834,79
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	782,12	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.644.962,68	2.914.461,50	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.020.172,07	1.590.117,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.065,72	220.717,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.065,72	220.717,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	25.689,43	13.515,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	125,00	-			
Arrecadação de Outra Unidade	25.564,43	13.515,44			
Saldo do Exercício Anterior	4.733.946,56	3.906.289,59	Saldo para o Exercício Seguinte	5.998.229,59	4.733.946,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.733.946,56	3.906.289,59	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.998.229,59	4.733.946,56

TOTAL	35.388.103,28	31.377.182,29	TOTAL	35.388.103,28	31.377.182,29
--------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	----------------------

6.3.2 Balanço Patrimonial

Tabela 10 - Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PÚBLICO DA UNIAO
 ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/01/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	6.200.064,08	4.956.427,79	PASSIVO CIRCULANTE	54.464,56	53.557,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.998.229,59	4.733.946,56	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	19.124,93	3.192,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	782,12	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	182.709,56	219.288,61	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	53.682,44	53.557,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	25.348.444,20	21.705.731,76	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-

(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	54.464,56	53.557,44
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	24.710.382,29	21.098.498,39	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	4.164.863,79	3.377.973,71	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	6.936.575,98	5.845.409,42	Resultados Acumulados	31.494.043,72	26.608.602,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.771.712,19	-2.467.435,71	Resultado do Exercício	4.916.089,94	2.033.183,79
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	26.608.602,11	26.160.776,89
Bens Imóveis	20.545.518,50	17.720.524,68	Ajustes de Exercícios Anteriores	-30.648,33	-1.585.358,57
Bens Imóveis	20.628.182,32	17.749.516,32	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-82.663,82	-28.991,64	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.494.043,72	26.608.602,11
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	638.061,91	607.233,37			

Softwares	638.061,91	607.233,37		
Softwares	684.418,47	607.233,37		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-46.356,56	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	31.548.508,28	26.662.159,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.548.508,28 26.662.159,55

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	5.998.229,59	4.733.946,56	PASSIVO FINANCEIRO	2.820.590,73	3.305.677,18
ATIVO PERMANENTE	25.550.278,69	21.928.212,99	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	28.727.917,55	23.356.482,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.179.674,08	1.368.354,56
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.179.674,08	1.368.354,56
Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contra garantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.179.674,08	1.368.354,56
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.179.674,08	1.368.354,56

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	3.167.821,17
Recursos Vinculados	9.817,69
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.817,69
TOTAL	3.177.638,86

Tabela 11 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/01/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.692.319,80	1.514.239,09
INGRESSOS	28.008.286,92	24.556.431,20
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	28.008.286,92	24.556.431,20
Ingressos Extraorçamentários	25.065,72	220.717,66
Transferências Financeiras Recebidas	27.957.656,77	24.322.198,10
Arrecadação de Outra Unidade	25.564,43	13.515,44
DESEMBOLSOS	-25.315.967,12	-23.042.192,11
Pessoal e Demais Despesas	-24.200.816,69	-21.804.376,92
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-24.200.941,69	-21.804.376,92

Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	125,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.062.055,00	-1.008.698,43
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.062.055,00	-1.008.698,43
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-53.095,43	-229.116,76
Dispêndios Extraorçamentários	-25.065,72	-220.717,66
Transferências Financeiras Concedidas	-28.029,71	-8.399,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.428.036,77	-686.582,12
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.428.036,77	-686.582,12
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.350.851,67	-560.174,88

Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-77.185,10	-126.407,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.264.283,03	827.656,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.733.946,56	3.906.289,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.998.229,59	4.733.946,56

6.3.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Tabela 12 - Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/01/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31.225.152,83	25.735.416,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	299,00	251,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	299,00	251,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	28.107.656,77	24.322.468,10
Transferências Intragovernamentais	27.957.656,77	24.322.198,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	150.000,00	270,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.091.931,63	1.399.433,39
Reavaliação de Ativos	2.878.666,00	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	213.265,63	127.717,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	1.271.715,41
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	25.265,43	13.264,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	25.265,43	13.264,44

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	26.309.062,89	23.702.233,14
Remuneração a Pessoal	9.170.001,55	8.148.284,41
Encargos Patronais	7.484.950,92	6.538.621,75
Benefícios a Pessoal	1.065.747,30	1.001.847,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	619.303,33	592.979,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	14.835,40
Aposentadorias e Reformas	-	591,32
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	591,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.940.928,15	15.385.609,01
Uso de Material de Consumo	435.007,95	328.962,58
Serviços	15.808.453,01	14.434.477,37
Depreciação, Amortização e Exaustão	697.467,19	622.169,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	135.551,28	119.619,00
Transferências Intragovernamentais	28.029,71	8.399,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	107.521,57	111.219,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	470,88	925,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	470,88	925,17
Tributárias	37.672,68	21.189,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.270,06	724,74
Contribuições	36.402,62	20.465,03
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.438,35	26.014,46

Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24.438,35	26.014,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.916.089,94	2.033.183,79

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.735.416,93	21.737.091,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-

Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	251,00	153,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	251,00	153,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	24.322.468,10	20.393.403,85
Transferências Intragovernamentais	24.322.198,10	20.393.403,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	270,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.399.433,39	1.324.233,86
Reavaliação de Ativos	-	541.216,64
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	127.717,98	229.839,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.271.715,41	553.177,42
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.264,44	19.300,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.264,44	19.300,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23.702.233,14	19.457.177,77
Pessoal e Encargos	8.148.284,41	3.660.552,70
Remuneração a Pessoal	6.538.621,75	2.821.392,89
Encargos Patronais	1.001.847,69	428.476,35
Benefícios a Pessoal	592.979,57	277.751,85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	14.835,40	132.931,61

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	591,32	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	591,32	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.385.609,01	14.423.813,02
Uso de Material de Consumo	328.962,58	566.712,47
Serviços	14.434.477,37	13.360.752,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	622.169,06	496.348,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	119.619,00	3.967,48
Transferências Intragovernamentais	8.399,10	3.967,48
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	111.219,90	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	925,17	1.271.974,21
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	220,00
Incorporação de Passivos	-	1.271.715,41
Desincorporação de Ativos	925,17	38,80
Tributárias	21.189,77	24.959,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	724,74	855,04
Contribuições	20.465,03	24.104,04
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.014,46	71.911,28
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-

Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	26.014,46	71.911,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.033.183,79	2.279.913,91

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017 não houve recomendações do TCU para esta UPC.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2017, a Auditoria Interna do Ministério Público da União – AUDIN/MPU realizou, entre os dias 11 a 14 de setembro, trabalhos de auditoria nas dependências da ESMPU. Da análise dos dados e informações levantadas originou-se o Relatório de Auditoria nº 55/2017. Em atenção ao citado relatório, que apontou alguns achados de auditoria, a Escola encaminhou o ofício nº 1631/2017 – SA/ESMPU à unidade de auditoria interna com as devidas justificativas, as quais foram consideradas satisfatórias depois de análise pela equipe de auditoria, nos termos da Nota de Auditoria SEAUD/AUDIN – MPU nº 68/2017, que pode ser acessada no site www.auditoria.mpu.mp.br.

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

No exercício de 2017 não foram identificadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, condiciona seus pagamentos à entrega dos bens e/ou serviços de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecido em cada contrato firmado entre esta e seus fornecedores.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No tocante a desoneração prevista no Decreto n.7.828/92/2012, com as alterações efetivadas pelo decreto 7.877/2012, foram levantados os contratos firmados pela ESMPU, verificou-se que não existem contratos vigentes beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A ESMPU não realiza ações de publicidade e propaganda.

9 ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Metas e ações para 2017

Anexo 2 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019.

10 APÊNDICES

Rol De Responsáveis - Conforme Orientações do Tribunal de Contas da União, os dados do Rol dos Responsáveis serão inseridos diretamente no Sistema E-Contas.

Parecer ou relatório da unidade de auditoria interna – O arquivo será inserido em área específica no sistema. Relatório de Auditoria Interna Nº 55/2017, que trata dos exames dos atos de gestão praticados no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União, bem como Nota de Auditoria SEAUD/AUDIN-MPU Nº 68/2017, considerando SATISFATÓRIAS as justificativas apresentadas pela unidade anexados ao presente relatório.

Relatório de instância ou área de correição - O arquivo será em área específica no sistema.

Declarações de integridade – Os arquivos serão inseridos em área específica no sistema.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESMPU vem aprimorando seus processos internos para que membros e servidores possam atingir o seu máximo como agentes públicos por meio de ações de capacitação como processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais.

Em busca desse aprimoramento, pode-se destacar as seguintes realizações institucionais do ano de 2017:

Gestão de Projetos: Com base na Resolução CONAD nº 06/2016 que regulamenta a Gestão de Projetos no âmbito da ESMPU e utilizada como um instrumento de planejamento institucional e para padronização de metodologia de trabalho, foram priorizados como de especial interesse da Administração e entregues os seguintes projetos estratégicos: ESMPU Sem Papel; Novos Portais; Expresso: registro eletrônico de frequência; e Automação do Processo de Emissão de Informes de Rendimentos.

Capacitações: Foram realizadas 150 atividades acadêmicas, sendo 136 cursos de aperfeiçoamento, das quais 85 presenciais e 51 na modalidade EAD, 1(uma) oficina e 3(três) atividades de extensão. Ademais foram realizadas 10 atividades de longa duração, sendo 3(três) Cursos de Ingresso e Vitaliciamento (MPF, MPT e MPDFT), 5 (cinco) especializações e 2 (duas) turmas de mestrado em Direito. Essas ações resultaram em aproximadamente 6.705 pessoas capacitadas em 2017.

Pesquisa Científica Aplicada: A Escola espera maximizar a sua produção científica nos próximos anos, devido a formação de turmas no mestrado profissional em Direito que ocorreram em 2016 e 2017, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.

A ESMPU não concluiu nenhuma pesquisa no ano de 2017, porém 6 pesquisas foram iniciadas e serão concluídas em 2018.

Publicações: Foram publicadas as seguintes obras em 2017: A prisão civil do devedor de alimentos: constitucionalidade e eficácia; Manual prático de actuação – Direitos fundamentais – Moçambique (coedição ABC/MRE); Boletim Científico n. 49; Série Capacitar v. 3: Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Promotores de Justiça Militar; Temas relevantes da atuação do Ministério Público do Trabalho; Saúde e segurança do trabalho: curso prático; Série Pós-Graduação v. 5: Mestrado em Direito (5 tomos).

Fortalecimento Institucional: Foram firmados 4 novos Acordos de Cooperação, totalizando 36 acordos em vigor.

Comunicação Institucional: Nessa seara, buscou-se o aperfeiçoamento da comunicação institucional e da comunicação direcionada a membros e servidores, por meio de 43 edições do boletim semanal “ESMPU Informa” – enviado para todos os membros e servidores do MPU, 3 edições do Programa Espaço Debate, desenvolvimento do Novo portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>), gravação de 06 vídeo-aula sobre temas jurídicos e divulgados no canal da ESMPU no *YouTube* (www.youtube.com/escolampu).

Melhoria da Infraestrutura: Foram realizadas diversas reformas no edifício-sede, como climatização dos ambientes de trabalho e salas de aula, que proporcionaram melhoria na qualidade de vida aos servidores e colaboradores e melhor atendimento aos docentes, discentes e público externo.

Melhorias na tecnologia da informação: Implantação da nova central telefônica em parceria com o MPF; Aquisição de bens de TI, como 108 microcomputadores, 08 servidores de rede, 2 switches topo de rack (ToR), 10 switches de acesso, 15 ultrabooks, 72 monitores de vídeo;

Implementação de armazenagem centralizada (storage) e rede de fibras óticas de alta velocidade (SAN - Storage Area Network); padronização de aplicativos de escritório – Microsoft Office e implantação de sistemas, como Gestão de Frotas e Informe de Rendimentos.

Gestão Documental: Foram organizadas e disponibilizadas na Intranet todas as portarias produzidas pela ESMPU de 2014 a 2017. Está sendo finalizado o projeto “Gestão Arquivística de Documentos FASE I”, o qual contemplou o tratamento da documentação do Núcleo de Documentação Acadêmica (NUDAC) – especificamente quanto à documentação de Pós-Graduação -, da Diretoria Geral (DIRGE), do Conselho Administrativo (CONAD), da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP) e da Secretaria de Planejamento e Projetos (SEPLAN). Todas as ações empreendidas o foram de acordo com as regulamentações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Ministério da Educação (MEC).

Sustentabilidade: Em 2017, a ESMPU recebeu o selo A3P, como reconhecimento de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade na Administração Pública. Como destaque foi realizada a palestra “Ética e Sustentabilidade”, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Gestão de Pessoas: Foi realizado o curso líder coach e os Workshops *Competências conversacionais e Gestão de relacionamentos*, como parte do projeto Desenvolvimento de Lideranças. Foram desenvolvidas diversas ações no projeto de Qualidade de Vida da ESMPU, buscando o bem-estar e a integração dos colaboradores.

Tais realizações foram possíveis devido a priorização do gasto do orçamento destinado à ESMPU, e são apenas parte de macroatividades em realização pela Escola no horizonte temporal de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que em 2019 a possibilitarão alcançar as metas com as quais se comprometeu desde 2015.

Brasília, 26 de março de 2018.

SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL
Secretária de Administração da ESMPU

Aprovo o presente relatório e determino o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 26 de março de 2018.

JOÃO AKIRA OMOTO
Diretor-Geral da ESMPU

Metas e indicadores (fonte: PDI 2015-2019)

Critério 1 - LIDERANÇA		Responsável DIRETORIA-GERAL			
Meta					
1 - Capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Escolher os cursos a serem feitos.	X	X	X		
- Montar agendas de capacitação.	X	X	X		
- Elaborar e aplicar o cronograma de treinamento.		X	X		
- Aplicar avaliação de impacto.		X	X		
Justificativa					
Liderança refere-se ao conjunto de práticas, de natureza humana ou comportamental, que assegura a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam: pessoas íntegras, capacitadas, competentes, responsáveis e motivadas ocupando os principais cargos das organizações e liderando os processos de trabalho. Esses líderes são responsáveis por conduzir o processo de estabelecimento da estratégia, considerando, para isso, aspectos como: escuta ativa de demandas, necessidades e expectativas das partes interessadas; avaliação do ambiente interno e externo da organização; avaliação e prospecção de cenários; definição e alcance da estratégia; definição e monitoramento de objetivos de curto, médio e longo prazo; alinhamento de estratégias e operações das unidades de negócio e organizações envolvidas ou afetadas.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Otimização dos resultados organizacionais. • Definição e avaliação dos controles internos que mitigarão o risco de mau uso do poder delegado. • Alinhamento de suas ações com as expectativas das partes interessadas. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de capacitação.	Realização de capacitações de liderança.	Positivo	100%	Semestral
Observações:					
<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma agenda de capacitação em liderança específica para os Secretários. • O mesmo indicador pode ser utilizado para monitorar a capacitação para as chefias intermediárias. 					

Critério 2 – ESTRATÉGIAS e PLANOS				Responsável SEPLAN	
Meta					
1 - Elaborar instrumentos para acompanhamento da gestão institucional.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Levantar as necessidades de informação do Diretor-Geral.	X				
- Desenhar os instrumentos de coleta, em conjunto com a TI.	X	X			
- Elaborar indicadores e rotina de coleta de dados.		X	X		
- Testar e readaptar os instrumentos, se necessário.		X	X		
Justificativa					
Para dar eficácia ao processo de tomada de decisões, o Órgão deve dispor de sistemas estruturados de informação adequados às suas atividades e desenvolver formas de obtenção e uso sistemático de informações comparativas. O Órgão será eficaz quando for capaz de gerar e monitorar resultados e riscos para os colaboradores, fornecedores e sociedade.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Processo de decisão apoiado em informações atualizadas. • Segurança na tomada de decisão. • Controle e acompanhamento mensuráveis. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Quantidade de indicadores estratégicos elaborados (1 por Secretaria/biênio).	Quantidade de elaboração de indicadores estratégicos.	Positiva	2	Elaboração bienal
2	Quantidade de indicadores táticos elaborados (1 por Divisão/biênio).	Quantidade de elaboração de indicadores táticos.	Positiva	2	Elaboração bienal
3	Quantidade de Indicadores Operacionais elaborados (1 por Núcleo/biênio).	Quantidade de elaboração de indicadores operacionais.	Positiva	2	Elaboração bienal

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS				Responsável DIRETORIA-GERAL		
Meta						
2 – Elaborar os cenários do MPU.						
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019	
- Aprovar a proposta.		X				
- Indicar os integrantes da Câmara de Desenvolvimento Científico.		X				
- Produzir relatórios semestrais.		X	X			
Justificativa						
A tomada de decisão, em todos os níveis da organização, deve apoiar-se na análise de fatos, dados e informações dos ambientes interno e externo, abrangendo todas as partes interessadas. As medições devem refletir as necessidades e estratégias da organização e fornecer informações confiáveis sobre processos e resultados. Essas análises atualizadas também alimentarão o planejamento das ações educacionais.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento e desenvolvimento dos servidores atualizados continuamente. • Escolha de temas para pesquisas aplicadas que criem o saber necessário. • Gestão adequada à realidade e ações conduzidas de maneira proativa. • Decisões criativas tomadas considerando as forças externas. • Estratégias revisadas e benefícios para a organização maximizados. • Redução das crises e, por consequência, do desperdício de recursos e tempo. 						
Indicador de desempenho						
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade	
1	Elaboração de Cenários.	Elaboração de cenários estratégicos.	Positivo	Um cenário para cada ramo do MPU, podendo ser desdobrada em cenários temáticos.	Anual	

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS				Responsável STI		
Meta						
3- Aprimorar a estrutura interna de TI.						
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019	
- Designar Comitê de TI.	X					
- Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	X					
- Estabelecer políticas / indicadores.	X					

- Alinhar as propostas à estratégia e à Missão.	X				
- Aprovar e publicar o PDTI.	X				
- Avaliar de monitorar políticas.	X	X	X		

Justificativa

O alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais é fator fundamental para que a estratégia delineada no planejamento possa ser implementada. Assim, o planejamento estratégico de TI tem que estar alinhado com os planos de negócio da organização para o estabelecimento das prioridades e das ações a serem realizadas na área de TI (Acórdão 1.603/2008-Plenário TCU).

Resultados esperados

- Riscos mitigados e mantidos em patamares aceitáveis.
- Controle da Governança Corporativa de TI estabelecido.
- Planejamento estratégico de TI estabelecido e executado.
- Priorização de ações e gastos de TI estabelecida em contexto estratégico.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Cumprimento do PDTI.	Aplicação das políticas do PDTI.	Positivo	100%	Anual
2	Índice de aderência às estratégias de TI.	Percentual de metas da estratégia de TI alcançadas.	Positivo	100%	Anual

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS				Responsável: SEPLAN		
Meta						
4 – Aprimorar a qualidade na aplicação dos recursos para capacitação.						
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019	
- Elencar os critérios para preencher o formulário de avaliação.	X					
- Divulgar as informações, nas reuniões gerenciais.	X	X	X			
- Proceder aos ajustes indicados pelos participantes, nas avaliações.	X	X	X			
Justificativa						
Necessidade de extrair informações estratégicas dos dados apurados dos instrumentos de avaliação aplicados.						

Resultado esperado					
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento de atividades e necessidades operacionais retroalimentadas. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Índice de satisfação.	Satisfação em relação aos itens medidos na avaliação de reação existente.	Positiva	Média >=7	Semestral
2	Índice de aderência da aprendizagem.	Aderência da aprendizagem medida na avaliação de impacto existente.	Positiva	Média >=7	Semestral
3	Índice de evasão.	Desistência da participação nas atividades.	Negativa	A definir, com análise histórica existente na ESMPU.	

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS				Responsável: SEPLAN	
Meta					
5 – Implantar a autoavaliação institucional na ESMPU.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Elaborar instrumentos de avaliação institucional.	X				
- Sistematizar os processos de avaliação institucional.	X	X	X		
- Analisar os resultados da avaliação institucional.		X	X		
- Prestar informações anual sobre a avaliação aos órgãos competentes, considerando as dimensões previstas na Lei 10.861/2004 ou em outra que a substituir.		X	X		
Justificativa					
Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), as instituições educacionais deverão constituir Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar informações aos órgãos competentes.					
Resultado esperado					
<ul style="list-style-type: none"> Processos de avaliação institucional sistematizados. Informações sobre avaliação institucional analisadas e relatadas. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade

1	Cumprimento do PDI.	Monitoramento da execução das metas do PDI.	Positivo	25% ano	Anual
2	Acompanhamento da autoavaliação.	Elaboração dos relatórios de autoavaliação institucional.	Positivo	4	Anual

Critério 2 - ESTRATÉGIAS e PLANOS			Responsável DIRETORIA-GERAL		
Meta					
6 – Negociar com o Conselho Superior de cada ramo a inclusão de capacitação na ESMPU como item para promoção na carreira de membros e servidores MPU.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Levantar quantos e quais são os maiores clientes das atividades da Escola.	X				
- Desenhar estratégia de ação e marcar reuniões.	X	X	X		
- Acompanhar o desenrolar da aplicação do acordado.		X	X		
Justificativa					
A busca de tornar a Escola um instrumento que catalise mudanças e contribua para a evolução do MPU também passa pela expansão da quantidade de participantes nas atividades acadêmicas e de extensão que oferece. Essa ampliação também contribuirá para fortalecer os laços entre entes do mesmo órgão e para a consecução da Missão da Escola.					
Resultado esperado					
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento na quantidade de participantes nas atividades oferecidas pela ESMPU. • Fortalecimento do elo entre entes do mesmo órgão. • Consecução da Missão da Escola. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Quantidade de acordos fechados.	Número de acordos fechados pela Escola.	Positivo	>1 a.a.	Anual

Critério 3 - CIDADÃOS			Responsável: SA		
Meta					
1 – Adaptar mobiliário e equipamentos compatíveis para uso de portadores de necessidades especiais.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019

- Aprovar o projeto do mobiliário.		X			
- Cotar e adquirir teclados e porta-teclados para baixa visão.		X			
- Colocar piso tátil nas áreas comuns do prédio conjunto.		X			
- Realizar previsão orçamentária.		X			
- Implantar o projeto.		X			
Justificativa					
Dar continuidade à política de inclusão, com maior acessibilidade à informação.					
Resultado esperado					
<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade garantida. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de execução do projeto de criação de cabines PNE para a biblioteca.	Implantação de acessibilidade à informação.	Positivo	100%	Anual

Critério 4 - SOCIEDADE			Responsável: Diretoria- Geral			
Meta						
1 - Fomentar a pesquisa científica aplicada na ESMPU.						
Macroatividades		2015	2016	2017	2018	2019
- Formar pesquisadores.		X	X	X		
- Aprovar tema de interesse da Instituição.		X	X	X		
- Receber relatório e divulgar resultados.		X	X	X		
Justificativa						
A ESMPU tem compromisso com a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico em que a pesquisa se inclui, direcionando o levantamento de novos saberes e práticas relacionadas à atuação do membro do MPU.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos científicos mapeados. • Atendimento da Missão do MPU. • Novos saberes e práticas levantados. 						

Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de incremento de pesquisas.	Acompanhamento do percentual de incremento no número de pesquisas científicas.	Positivo	20%/ano	Anual

Critério 4 - SOCIEDADE				Responsável: Diretoria-Geral		
Meta						
2 - Avaliar o impacto das pesquisas científicas aplicadas da ESMPU.						
Macroatividades		2015	2016	2017	2018	2019
- Acompanhar a pesquisa.		X	X	X		
- Analisar relatório final.		X	X	X		
- Avaliar o impacto, de acordo com os objetivos da pesquisa.		X	X	X		
Justificativa						
Considerando a transparência esperada da administração pública, é importante que a ESMPU divulgue, no <i>site</i> , o impacto das pesquisas financiadas com recursos do orçamento.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de recursos públicos acompanhada e avaliada. • Transparência das ações da ESMPU. • Otimização dos esforços e recursos aplicados em pesquisas. 						
Indicador de desempenho						
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade	
1	Índice de impacto das pesquisas científicas por acordo firmado.	Impacto das pesquisas científicas.	Positivo	>2	Anual	

Critério 4 - SOCIEDADE				Responsável: SA		
Meta						
3 – Implantar ações de sustentabilidade organizacional.						
Macroatividades		2015	2016	2017	2018	2019

- Fazer levantamento das ações dispersas pela ESMPU.	X				
- Ver a legislação e regulamentos sobre compras públicas sustentáveis.	X				
- Estruturar o Plano de ação com o GESTO.		X			
- Implantar o projeto, em parceria com o quadro da Escola.		X	X		
- Acompanhar as ações e proceder a ajustes.		X	X		

Justificativa

Seguindo o preconizado pela CF/88, art. 225, *caput*, sobre o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e ciente de que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e sua preservação, a ESMPU decidiu por organizar em um projeto de sustentabilidade organizacional algumas ações dispersas, conferindo a ele o peso merecido.

Resultados esperados

- Maximizar a eficiência nas contratações e aquisições da ESMPU.
- Adequar os contratos de serviços gerais, obras e manutenção predial.
- Aperfeiçoar as rotinas de trabalho, com vistas a reduzir os impactos nos recursos ambientais e ecossistemas.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Número de ações de sustentabilidade implantadas.	Quantitativo de ações de sustentabilidade organizacional	Positivo	5	Anual

Critério 4 - SOCIEDADE	Responsável: SEPLAN
-------------------------------	----------------------------

Meta

4 – Incrementar as atividades decorrentes de parcerias e acordos de cooperação

Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Estabelecer parcerias.	X	X	X		
- Formar turmas.	X	X	X		
- Divulgar resultados.	X	X	X		

Justificativa

A ESMPU tem compromisso com a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, em que a pesquisa se inclui, direcionando o levantamento de novos saberes e práticas relacionadas à atuação do quadro de agentes públicos do MPU.

Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Parceria, capacitação e intercâmbio de conhecimento e de material. • Imagem do MPU consolidada. • Novos saberes e práticas levantados. • Pesquisadores formados. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Manutenção das atividades com Instituições estrangeiras.	Quantitativo de atividades realizadas.	-	Manutenção de 5 acordos ativos e 100 participantes atendidos/ano.	
2	Percentual de incremento de pesquisas.	Crescimento do número de pesquisas científicas.	Positivo	20%/ano	Anual

Critério 5 - INFORMAÇÕES e CONHECIMENTO					Responsável: SEPLAN	
Meta						
1 - Implantar a Gestão do Conhecimento						
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019	
- Estabelecer a política de gestão do conhecimento (sistemas, política cultural corporativa etc.).			X			
- Elaborar manuais de descrição de atividades (rotinas de trabalho da ESMPU).	X	X	X			
- Criar o sistema que permita a gestão do conhecimento.			X			
- Implantar e acompanhar o processo.			X			
Justificativa						
<p>A informação é a base para os processos de decisão e a fonte do conhecimento, ferramenta de formulação de estratégias e de gestão, sendo a gestão de Sistemas de Informação um fator-chave na criação de valor agregado. Essa gestão apoia os gestores na tomada de decisões; torna mais eficaz o conhecimento do meio envolvente; e ajuda a formar uma imagem da organização, do seu projeto e dos seus produtos, através da implantação duma estratégia de comunicação interna e externa. A criação e a implantação de processos que gerem, armazenem, gerenciem e disseminem o conhecimento representam o mais novo desafio a ser enfrentado pelas empresas. Termos como “capital intelectual”, “capital humano”, “capacidade inovadora”, “ativos intangíveis” ou inteligência empresarial” já fazem parte do dia a dia de muitos executivos.</p>						

Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Modelagem dos processos corporativos a partir do conhecimento gerado. • Sistemas articulados e eficiência no acesso ao conhecimento. • Gestores apoiados por informações. • Segurança na tomada de decisão. • Uniformização da linguagem, economia de tempo na execução das tarefas. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Número de manuais elaborados.	Quantitativo de rotinas de trabalho.	Positiva	100%	Anual
2	Percentual de implantação do Sistema de Gestão do Conhecimento.	Implantação de um sistema de gestão do conhecimento na ESMPU.	Positiva	100%	-

Critério 5 - INFORMAÇÕES e CONHECIMENTO				Responsável: SEDUC	
Meta					
2 - Aprimorar a estrutura interna de biblioteca.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Aprovar o projeto da biblioteca digital (monografias, pesquisas, cursos eventuais, palestras, pesquisas etc.).		X			
- Divulgação da assinatura com a VLex, biblioteca virtual.	X		X		
- Ampliar o acervo físico, inclusive em Braille.			X		
- Realizar previsão orçamentária.		X	X		
- Implantar um Centro de Documentação.			X		
- Tratar do isolamento acústico.	X	X	X		
Justificativa					
A disponibilização de acesso a documentos acadêmicos produzidos pelo quadro do MPU em atividades da Escola valoriza os esforços e orçamento dispendidos. Caminha na mesma linha de valorização das atividades da ESMPU a manutenção do acervo físico da biblioteca atualizado, especialmente no que tange à bibliografia indicada para as especializações.					
Resultados esperados					

- Atender o público a distância com acesso aos documentos na íntegra.
- Maior difusão da informação.
- Condições de acessibilidade para PNE.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de criação da biblioteca digital.	Execução do projeto da biblioteca digital para obras ESMPU.	Positiva	100%	Anual
2	Percentual de expansão dos títulos VLex.	Expansão dos títulos em biblioteca digital.	Positiva	20%/ano	Anual
3	Percentual de expansão do acervo físico.	Expansão dos títulos na biblioteca física.	Positiva	15%/ano	Anual
4	Percentual de isolamento acústico na biblioteca da ESMPU.	Isolamento acústico na biblioteca da ESMPU, de acordo com a NBR 10152 (ABNT, 1987).	Igual (faixa)	Entre 35 e 45 decibéis	Anual

Critério 5 - INFORMAÇÕES e CONHECIMENTO			Responsável: SEDUC		
Meta					
3 – Manter a quantidade e a periodicidade de edição das publicações da ESMPU.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Elaborar plano de ação anual para a área de publicações	X	X	X		
- Garantir previsão orçamentária	X	X	X		
- Divulgar as publicações da ESMPU	X	X	X		
- Indexar o Boletim Científico no Portal SciELO		X			
Justificativa					
As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para os ramos MPU, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores. Assim, publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações, teses acadêmicas, com ênfase na área jurídica. Além de constituir referência para profissionais e estudantes, as publicações atestam a seriedade de propósitos que a Escola tem nesse campo de produção.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Disseminar conhecimentos relevantes para os ramos MPU. 					

- Maior difusão da informação.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Quantidade de títulos publicados.	Publicação de títulos por ano.	Positiva	>+10	Anual

Critério 5 - INFORMAÇÕES e CONHECIMENTO				Responsável: SA	
Meta					
4 – Tratamento e organização do acervo arquivístico da ESMPU.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Fazer o diagnóstico institucional.	X	X			
- Elaborar e implementar projeto piloto.	X				
- Implementar modularmente a gestão documental em todas as áreas da ESMPU.	X	X	X		
- Adequar as instalações físicas e do mobiliário destinados ao arquivamento intermediário.	X	X			
- Elaborar e aprovar Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (CCTDD).		X	X		
- Conectar esta iniciativa ao projeto de Gestão do Conhecimento.			X		
Justificativa					
De acordo com a Lei n. 8.159/1991, “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Assim, os acervos arquivísticos devem ser organizados de acordo com as disposições legais que regem a matéria para, dessa forma, apoiarem a tomada de decisão, serem a prova legal dos direitos e do cumprimento dos deveres da Escola e perpetuarem sua memória e história organizacional.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos arquivos correntes nos próprios setores produtores. • Estruturação do arquivo intermediário. • Aprovação e implementação da CCTDD da Escola. • Eliminação de documentos destituídos de valor organizacional. • Geração de eficiência administrativa e de economia de espaço físico. • Identificação, preservação e difusão de documentos de valor histórico ou informativo • Gestão do Conhecimento apoiada. 					

Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de implantação do projeto.	Execução do projeto de tratamento e organização do acervo arquivístico.	Positiva	100%	Semestral

Critério 6 - PESSOAS				Responsável: SEDUC		
Meta						
1 - Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola a membros e servidores do MPU.						
Macroatividades		2015	2016	2017	2018	2019
- Elaborar plano de atividades em sintonia com os interesses e necessidades dos membros e servidores do MPU.		X				
- Estabelecer parcerias.		X				
- Acompanhar os resultados.		X	X	X		
- Proceder a ajustes na estratégia.		X	X	X		
Justificativa						
A ESMPU vem aprimorando os seus processos internos para que membros e servidores possam atingir o seu máximo enquanto agentes públicos. Faz parte desses trabalhos da Escola um refinamento na elaboração dos projetos pedagógicos e a capacitação em planejamento de ensino e didática para orientadores pedagógicos, capacitadores e tutores. A elaboração do Plano de Atividades considera o planejamento estratégico e o fará também quanto mapeamento de competências dos ramos.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro MPU mais bem preparado para a atuação nas várias áreas. • ESMPU fortalecida. 						
Indicador de desempenho						
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade	
1	Percentual de participantes em atividades presenciais realizadas.	Aumento no quantitativo de participantes em atividades presenciais realizadas.	Positiva	15%/ano	Anual	
2	Percentual de participantes em atividades a distância realizadas.	Aumento no quantitativo de participantes em atividades a distância realizadas.	Positiva	15%/ano	Anual	

3	Percentual de participantes em atividades de especialização realizadas.	Aumento no quantitativo de participantes em atividades de especialização realizadas.	Positiva	15%/ano	Anual
4	Percentual de participantes em atividades em parceria realizadas.	Aumento no quantitativo de participantes em atividades em parceria realizadas.	Positiva	10%/ano	Anual
5	Percentual de videoaulas gravadas/divulgadas.	Aumento no quantitativo de videoaulas gravadas e divulgadas.	Positiva	10%/ano	Anual

Critério 6 - PESSOAS		Responsável: SA				
Meta						
2 - Criar ambiente favorável à criatividade e à inovação.						
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019	
- Programa de qualidade de vida no trabalho.	X	X	X			
- Projeto Escola Cultural.		X	X			
- Preparar a chefia para conduzir essas novas equipes.		X	X			
- Fazer seminários e oficinas periódicas para despertar a criatividade e fortalecer laços interpessoais.		X	X			
Justificativa						
A inovação é vital em um mundo de constantes mudanças. Assim como a inteligência é distribuída nos sistemas vivos, a inovação deve permear toda a organização, além de suas redes internas e externas. Ela floresce em culturas onde haja confiança, propensão ao risco e tolerância com o erro bem-intencionado. As organizações inovadoras têm 3 características: excelência operacional, senso de missão e foco na inovação.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção de estresse e doenças ocupacionais. • Melhoria do relacionamento interpessoal. • Redescoberta em termos de novos produtos/serviços. • Aproximação com a sociedade por meio das artes e cultura. 						
Indicador de desempenho						
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade	
1	Percentual de implantação das macroatividades.	Percentual de criação de um ambiente favorável à criatividade e inovação pelo	Positiva	100%	Anual	

		desdobramento das macroatividades propostas.			
--	--	--	--	--	--

Critério 6 - PESSOAS		Responsável: SEPLAN			
Meta					
3 - Capacitar servidores e membros do MPU que atuam como orientadores pedagógicos, capacitadores ou tutores na ESMPU.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Planejar a capacitação dos docentes.	X	X	X		
- Fazer o cronograma de treinamento.	X	X	X		
- Acompanhar a atividade dos capacitados.	X	X	X		
- Mensurar a avaliação de reação das atividades desenvolvidas pelos docentes capacitados.	X	X	X		
Justificativa					
A ESMPU não possui quadro de docentes. Portanto, faz-se necessário a capacitação dos profissionais do MPU em didática e metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem para que atinjam patamares elevados em termos de efetividade perante os discentes, em situação de ensino-aprendizagem.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na atuação dos docentes no processo de ensino-aprendizagem. Eficácia nos resultados condizentes com o planejamento da atividade. Atendimento à formação para fins profissionalizantes. Disponibilização de metodologias inovadoras de ensino a serem utilizadas conforme os objetivos instrucionais da atividade. Melhoria na interatividade e no papel dos docentes nas atividades da Escola. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de capacitação dos orientadores pedagógicos.	Realização de capacitações aos tutores do MPU que atuam nas atividades da ESMPU.	Positivo	100%	Semestral
2	Percentual de capacitação dos capacitadores.	Realização de capacitações aos capacitadores do MPU que atuam nas atividades da ESMPU.	Positivo	100%	Semestral
3	Percentual de capacitação dos tutores.	Realização de capacitações aos tutores do MPU que atuam nas atividades a distância da ESMPU.	Positivo	100%	Semestral
Observações: 1- Criar uma agenda de capacitações em didática e metodologias inovadoras de ensino aos docentes do MPU que atuam nas atividades ofertadas pela ESMPU.					

Critério 6 - PESSOAS				Responsável: SEPLAN		
Meta						
4 - Possibilitar aos membros do MPU a conclusão de pós-graduação <i>stricto sensu</i> entre 5 e 15 anos de admissão no MPU.						
Macroatividades		2015	2016	2017	2018	2019
- Firmar parceria com instituições de ensino superior, nacionais ou internacionais.		X	X	X		
- Planejar o projeto piloto (Inserir disciplina obrigatória sobre estatística / amostragem em todas as pós-graduações).		X				
- Implementar o Mestrado em parceria e acompanhar a primeira turma.			X	X		
- Avaliar o curso e readequar.			X	X		
Justificativa						
Ênfase nos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício de inovação, com a valorização da experiência profissional. Capacitar o quadro para o exercício da prática profissional avançada e transformadora, bem como transferir conhecimento para a sociedade.						
Resultados esperados						
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro mais bem preparado para a atuação nas várias áreas. • Quadro preparado para que venham a ser doutores em suas áreas de atuação. 						
Indicador de desempenho						
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade	
1	Percentual de Integrantes do MPU que adquiriram titulação de mestre.	Percentual de integrantes do MPU que adquiriram o título de mestre.	Positiva	5% do quadro/ano	Bienal	
2	Percentual de Integrantes do MPU que adquiriram titulação de doutor.	Percentual de integrantes do MPU que adquiriram o título de doutor.	Positiva	5% do quadro/ano	Quadrienal	

Critério 6 - PESSOAS		Responsável: SEPLAN			
Meta					
5 – Promover cultura de orientação para resultados.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Capacitar em elaboração, análise e acompanhamento de indicadores de desempenho.		X	X		
- Divulgar a Missão da Escola, as metas estratégicas, indicadores e processos do trabalho.	X	X	X		
- Elaborar plano de ação e instrumento gerencial por área.		X	X		
- Envolver os colaboradores no processo de tomada de decisão.		X	X		
- Premiar as inovações que signifiquem ganhos em termos de qualidade, tempo e/ou imagem da Escola.		X	X		
Justificativa					
A governança na Administração Pública indica que todos os agentes públicos são responsáveis pela aplicação de boas práticas para bem aplicar os recursos públicos e atender às demandas do cidadão.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento da motivação. • Ganhos em produtividade. • Controle de riscos, transparência. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de capacitação.	Percentual de capacitados.	Positivo	100%	Anual
2	Percentual de cumprimento das ações e instr. gerencial planejados por área.	Execução do instrumento gerencial por área.	Positivo	100%	Anual
3	Quantidade de inovações premiadas.	Quantidade de inovações analisadas e testadas com impacto em qualidade, tempo ou imagem.	Positivo	>=6	Anual

Critério 6 - PESSOAS				Responsável: SEPLAN	
Meta					
6 - Melhorar a estrutura e o conteúdo dos projetos educacionais, atentando para a formalidade dos documentos.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Criar grupo técnico para a revisão do material.	X		X		
- Estabelecer critérios para a elaboração.	X	X	X		
- Revisar e aprovar o material das atividades.	X	X	X		
- Capacitar docentes para a elaboração dos projetos educacionais nos termos aprovados.	X	X	X		
Justificativa					
Adequar os objetivos e a justificativa dos cursos da ESMPU, incrementando a qualidade das atividades e tornando mais visível aos participantes os quesitos para avaliação de reação e de impacto. No caso de cursos de pós-graduação, contribuir para preparar documentação a ser apresentada ao MEC.					
Resultados esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Justificativas e objetivos dos cursos escritos de maneira conforme e clara. • Melhoria da qualidade dos momentos de ensino-aprendizagem na ESMPU. • Melhoria da qualidade das avaliações, que retroalimentarão o processo. 					
Indicador de desempenho					
Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de projetos educacionais adequados.	Percentual de projetos educacionais.	Positiva	100%	Anual

Critério 6 - PESSOAS				Responsável: SA	
Meta					
7 - Implantar o Programa de Gestão por Competências.					
Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Partir da Missão da ESMPU.		X			
- Estabelecer os requisitos que os servidores ESMPU devem possuir para atenderem a estratégia.		X			
- Determinar o modelo de Gestão de Competências.		X			

- Implementar o processo.		X	X		
---------------------------	--	---	---	--	--

Justificativa

Competência é a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitação a eles. Gestão por competência é a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição. As organizações estão entendendo que somente a avaliação técnica de uma pessoa, baseada nos conhecimentos e habilidades que possui, não é suficiente para dizer se ela será um profissional que atende a todas as exigências de um determinado cargo. É importante conhecer o perfil comportamental, as atitudes, completando o CHA (comportamento, habilidades e atitudes) das pessoas. A busca deve ser a adequação das competências dos servidores aos objetivos da ESMPU, tendo como referência o PPA e o Planejamento Estratégico. Esta gestão atende o contido no Decreto n. 5.707/2006, que Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal. Cabe à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desenvolver o Programa de Gestão por Competências.

Resultados esperados

- Capital intelectual alinhado com a estratégia da ESMPU.
- Quadro ESMPU desenvolvido profissionalmente.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Índice de implantação da gestão por competências.	As ações de implantação do programa de Gestão por Competências.	Positiva	100%	Anual

Critério 6 - PESSOAS	Responsável: SEPLAN
-----------------------------	----------------------------

Meta

8 - Publicar, na intranet, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto.

Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Depurar os dados das avaliações de reação aplicadas.		X			
- Depurar os dados das avaliações de impacto aplicadas.		X			
- Formatar e publicar.		X			

Justificativa

Dar continuidade à política de transparência de informações da ESMPU.

Resultado esperado

- Servidores informados.
- Imagem positiva da ESMPU reforçada.

Indicador de desempenho

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Quantidade de atividades cuja avaliação foi publicada.	Quantidade de avaliações publicadas.	Positiva	100%	Mensal

Critério 7 - PROCESSOS	Responsável: SEPLAN
-------------------------------	----------------------------

Meta

1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.

Macroatividades	2015	2016	2017	2018	2019
- Constituir grupo com servidores das três secretarias da ESMPU.	X				
- Definir e mapear os processos estratégicos.	X				
- Analisar mapeamento e sugerir melhorias.	X	X	X		
- Aprovar, implantar melhorias.	X	X	X		
- Acompanhar periodicamente os processos implantados.	X	X	X		

Justificativa

O funcionamento de uma organização baseia-se em um conjunto de atividades inter-relacionadas. Assim, para agregar valor ao negócio, é fundamental mapear e padronizar as atividades em processos e conhecer as necessidades e expectativas das partes interessadas. Isso permite planejar e executar as atividades, pela definição adequada de responsabilidades; uso dos recursos de modo mais eficiente; realização da prevenção e solução de problemas; eliminação de atividades redundantes e sobreamento, e aumento da produtividade.

Resultados esperados

- Trabalhos uniformizados, sem etapas supérfluas e nem repetitivas.
- Atividades feitas em menos tempo.
- Tarefas executadas de maneira segura.
- Planejamento, desenvolvimento, organização e controle das atividades realizadas.
- Dimensionamento adequado do quadro de pessoal.

Indicadores de desempenho do projeto de mapeamento de processos

Nº	Nome	O que mede	Polaridade	Meta	Periodicidade
1	Percentual de	Aderência com o cronograma. Fórmula:	Positiva	100%	Mensal

	cumprimento dos prazos.	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ de atividades no prazo}) * 100}{\text{Total de atividades}}$			
2	Percentual de Produtividade nas entregas do projeto.	Aderência com o cronograma. Fórmula: $\frac{(\text{N}^\circ \text{ de entregas no prazo}) * 100}{\text{Total de atividades}}$	Positiva	100%	Mensal
3	Índice de mudanças no projeto.	Causa do atraso nas entregas. Fórmula: $\frac{\text{N}^\circ \text{ de mudanças} * \text{n}^\circ \text{ de ativid. impactadas}}{\text{Total de atividades}}$	Negativa	0	Mensal
4	Quantidade de riscos não relacionados no planejamento.	Quantidade de riscos ao projeto não relacionados no plano do projeto. Fórmula: $\text{N}^\circ \text{ de riscos não relacionados} * \text{probabilidade} * \text{impacto}$	Negativa	0	Mensal



ESMPU

Escola Superior do Ministério Público da União

Acompanhamento da Execução do
PDI 2015 - 2019
Situação em dezembro de 2017



Carlos Henrique Martins Lima
Diretor-Geral



Sandra Lia Simón
Diretora-Geral Adjunta



Volker Egon Bohne
Secretário de
Planejamento
e Projetos



Nelson de Sousa Lima
Secretário de
Infraestrutura
e Logística Educacional

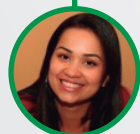


Sônia Fernandes Amaral
Secretária de
Administração



Moisés Jacobino de Morais
Secretário de
Tecnologia
da Informação

Equipe técnica



Renata Souza Mendes
Coordenação



Gabriel Nunes Oliveira
Coordenação



Fabiane Elisa Gurgel



Elisa Suheth Sad

APRESENTAÇÃO

O planejamento estratégico é uma das mais importantes funções administrativas, por meio do qual são estabelecidos os caminhos que a instituição percorrerá para alcance dos resultados almejados.

Acompanhar o plano estratégico da instituição é atividade fundamental para a eficácia da gestão. Além de permitir o controle e retroalimentação do planejamento, torna possível a verificação dos resultados com a

linha estratégica adotada ou visualizar o quão longe ainda se está do objetivo pretendido.

Em razão disso, a SEPLAN elaborou o Relatório do Acompanhamento da Execução do **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**, que reúne as informações coletadas das áreas responsáveis pelas ações que levarão ao alcance das metas estabelecidas no Plano e demonstra como está a execução física do plano estratégico.

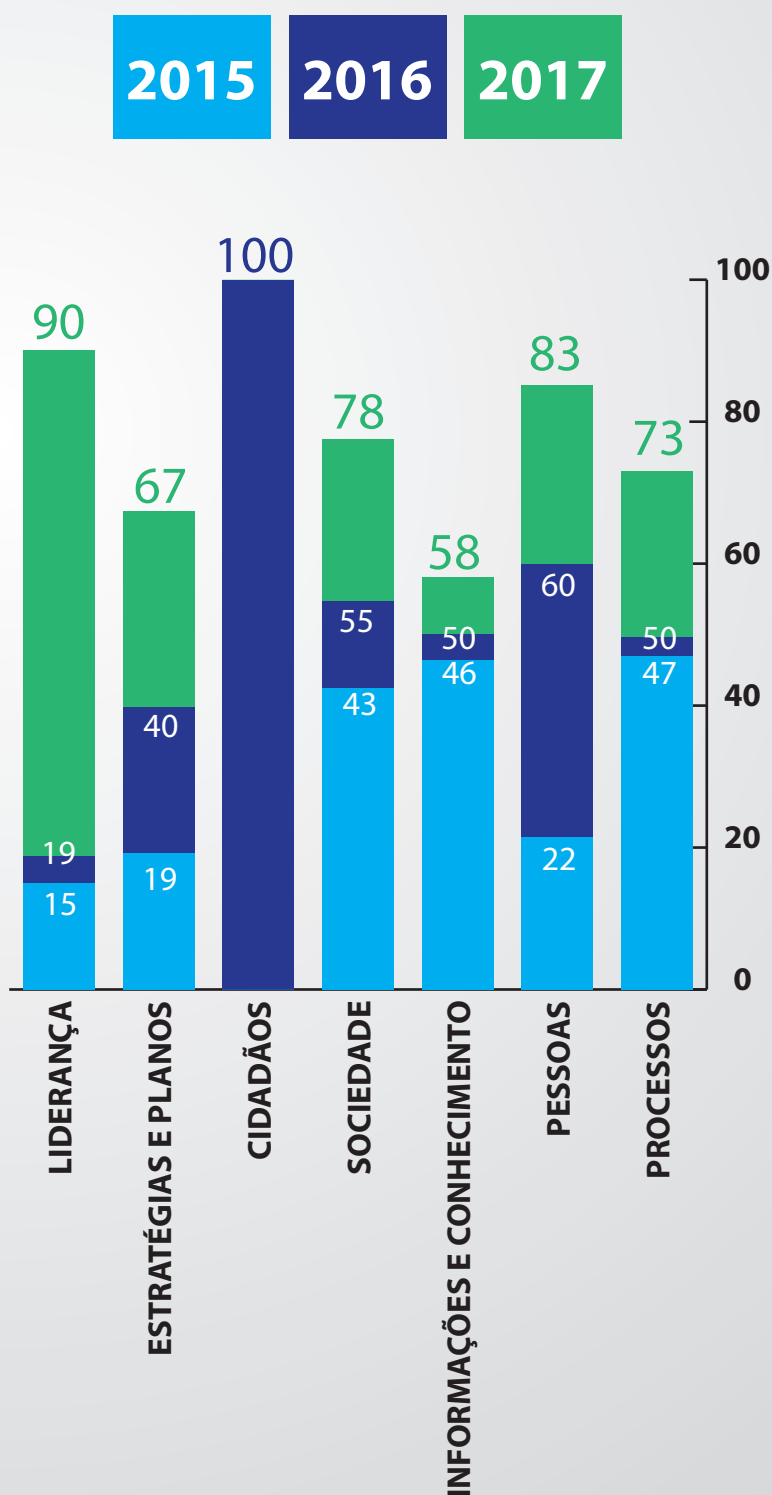


Desenvolvimento dos **Critérios de Excelência** durante os anos de 2015 a 2017:

2015 : Ênfase no desenvolvimento dos critérios Processos, Informações e Conhecimento e Sociedade;

2016: Ênfase no desenvolvimento dos critérios Cidadãos e Pessoas;

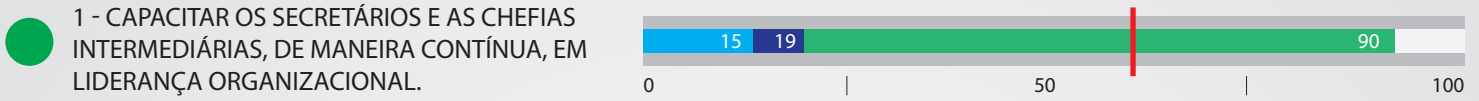
2017 :Ênfase no desenvolvimento dos critérios Liderança, Estratégia e Planos, Sociedade, Pessoas e Processos ;



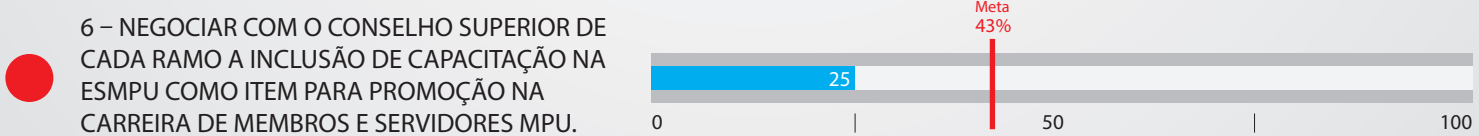
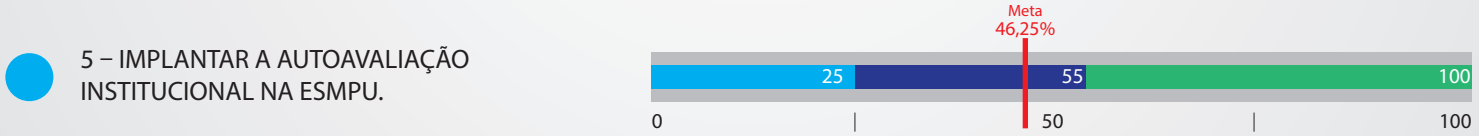
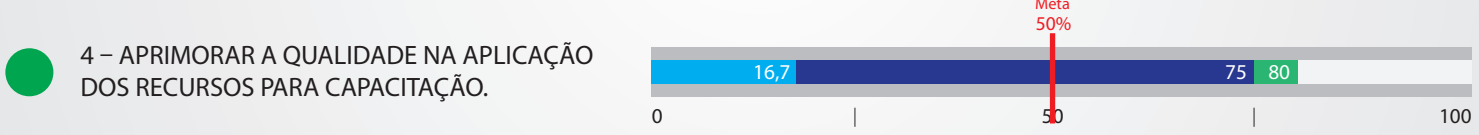
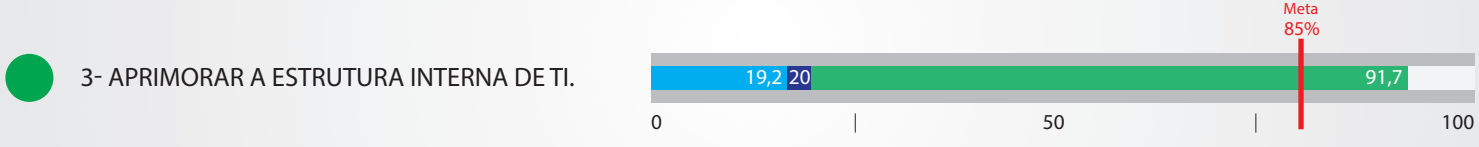
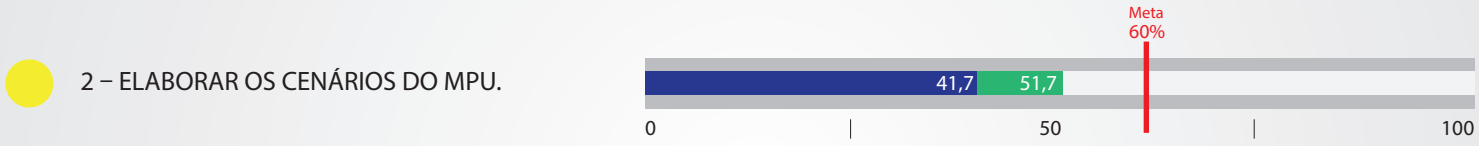
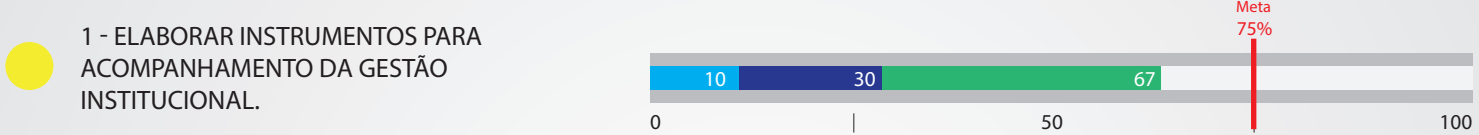
- CONCLUÍDO
- EXCELENTE
- RAZOÁVEL
- ATENÇÃO

2015
2016
2017

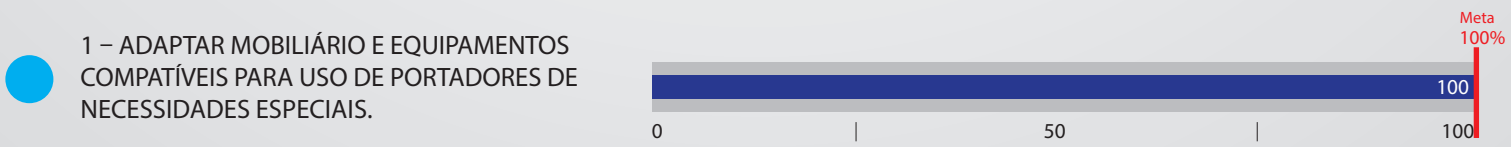
LIDERANÇA



ESTRATÉGIAS e PLANOS



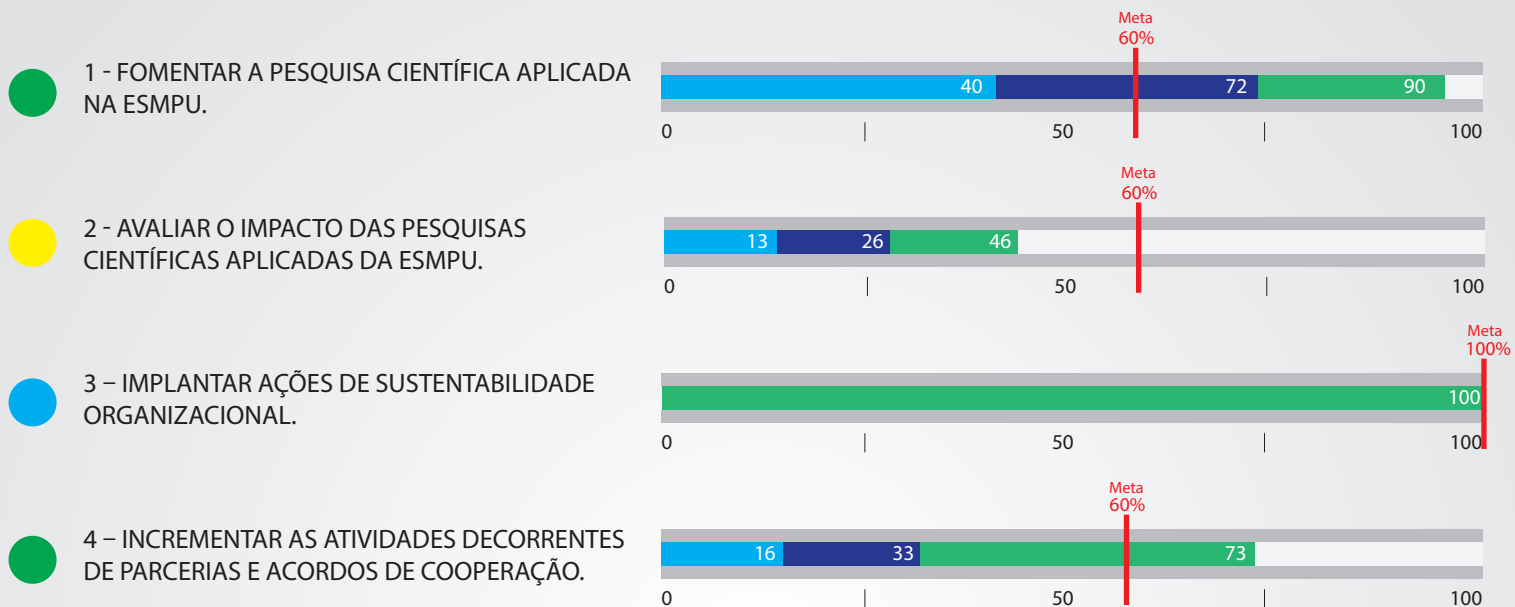
CIDADÃOS



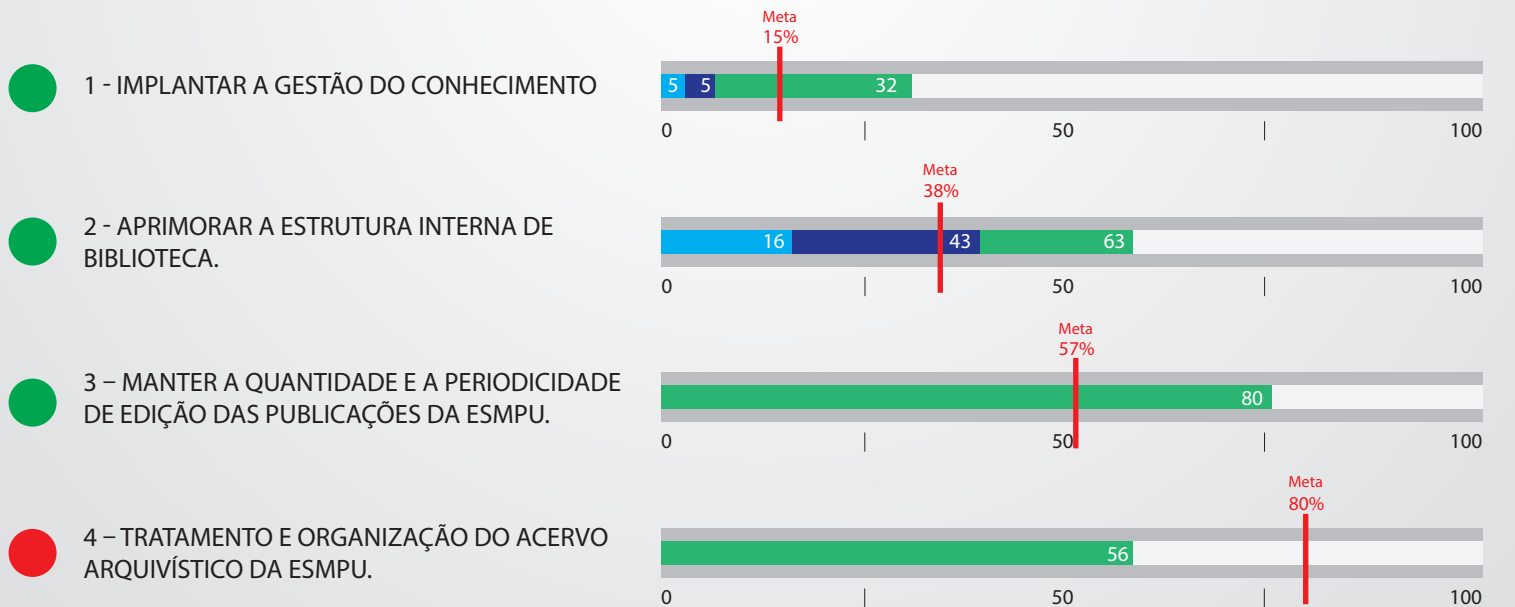
- CONCLUÍDO
- EXCELENTE
- RAZOÁVEL
- ATENÇÃO

2015 **2016** **2017**

SOCIEDADE



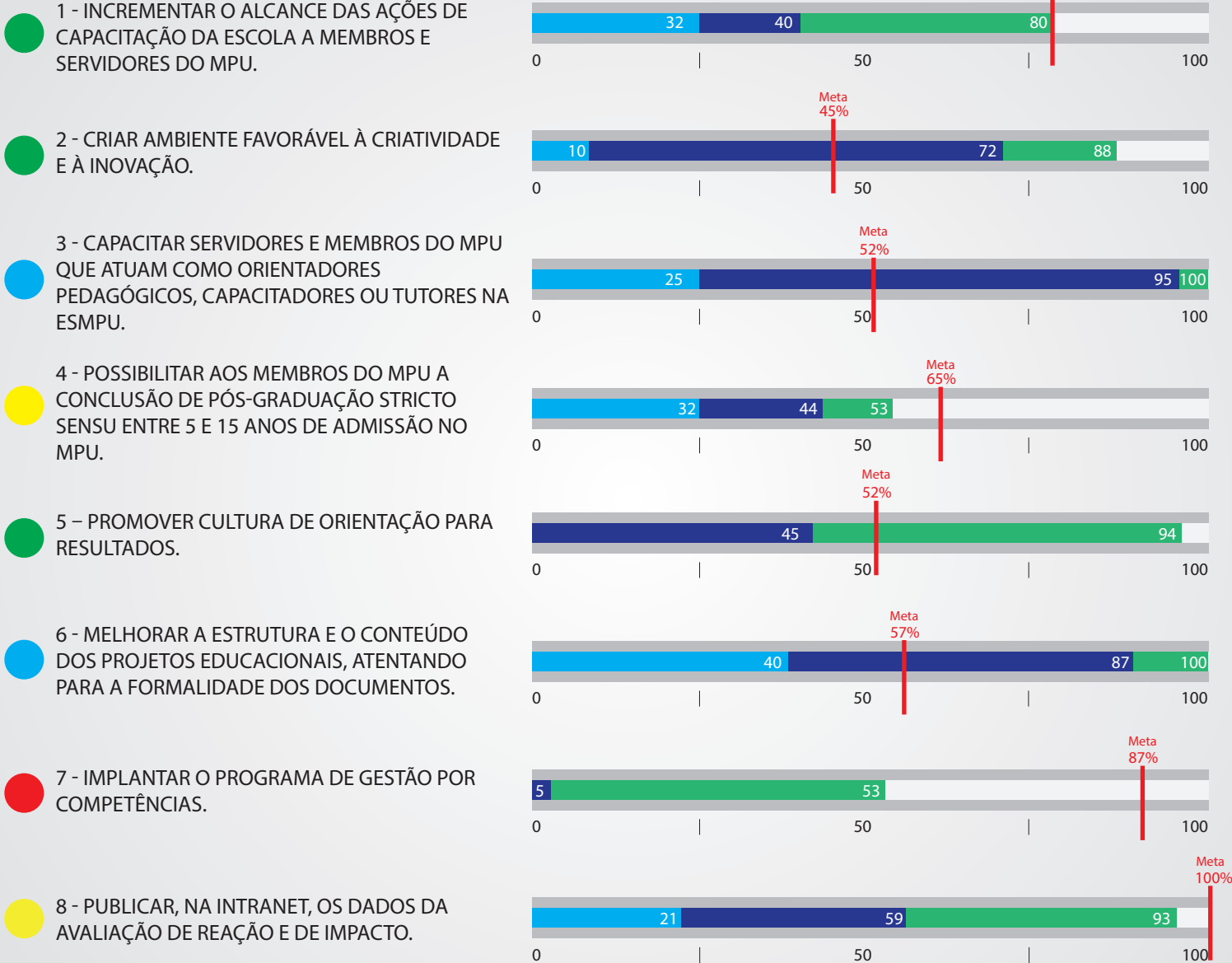
INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO



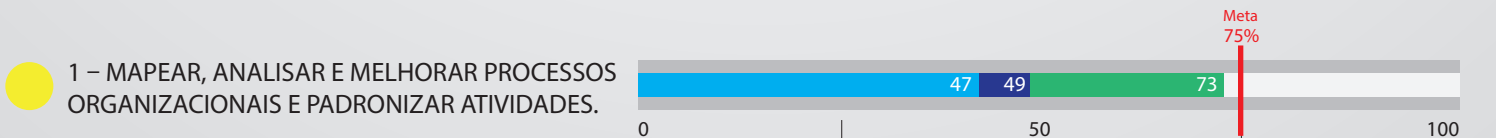
- CONCLUÍDO
- EXCELENTE
- RAZOÁVEL
- ATENÇÃO

2015
2016
2017

PESSOAS



PROCESSOS



LIDERANÇA

Aborda processos gerenciais relativos à cultura organizacional e desenvolvimento da gestão, governança, exercício da liderança e análise do desempenho da organização.



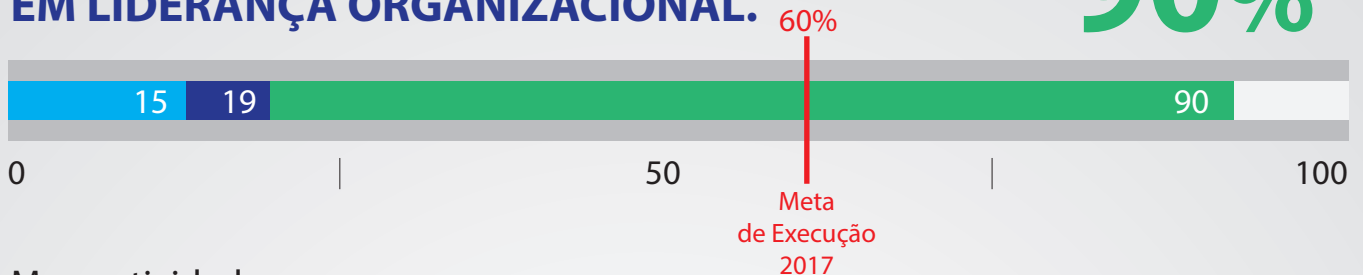
1

LIDERANÇA

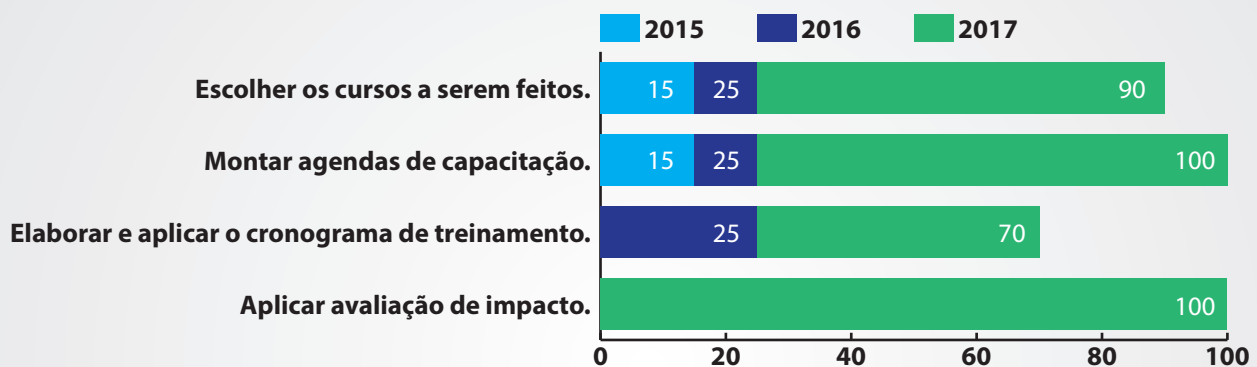
Meta

1 - CAPACITAR OS SECRETÁRIOS E AS CHEFIAS INTERMEDIÁRIAS, DE MANEIRA CONTÍNUA, EM LIDERANÇA ORGANIZACIONAL.

90%



Macroatividades



Otimização dos resultados organizacionais.

Definição e avaliação dos controles internos que mitigarão o risco de mau uso do poder delegado.

Alinhamento de suas ações com as expectativas das partes interessadas.

ESTRATÉGIAS e PLANOS

aborda processos
gerenciais relativos à formulação
e implementação das estratégias



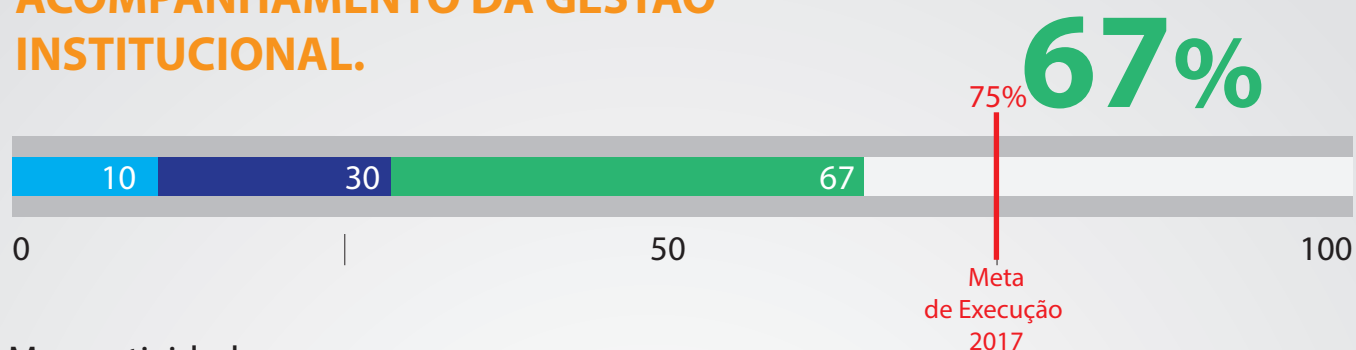
2

ESTRATÉGIAS E PLANOS

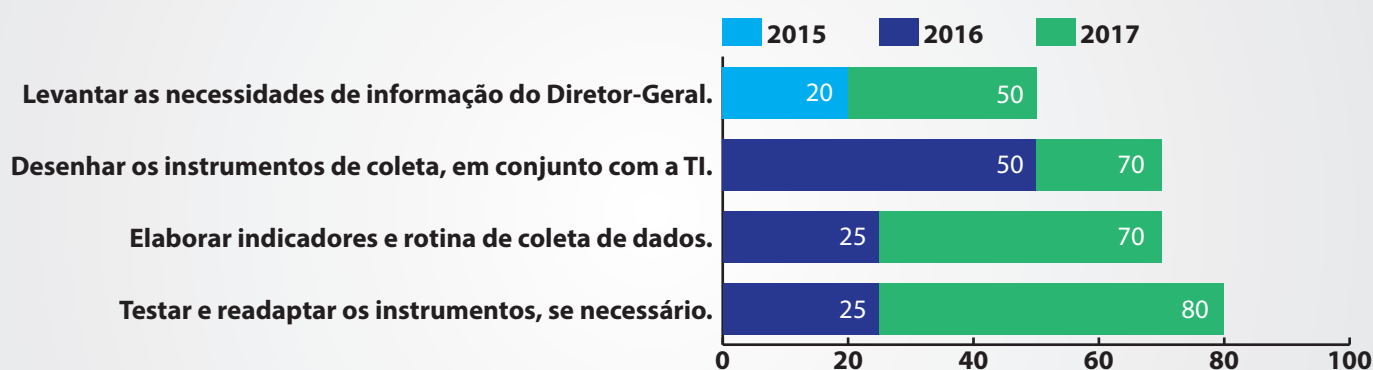
Responsável
SEPLAN

Meta

1 - ELABORAR INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL.



Macroatividades

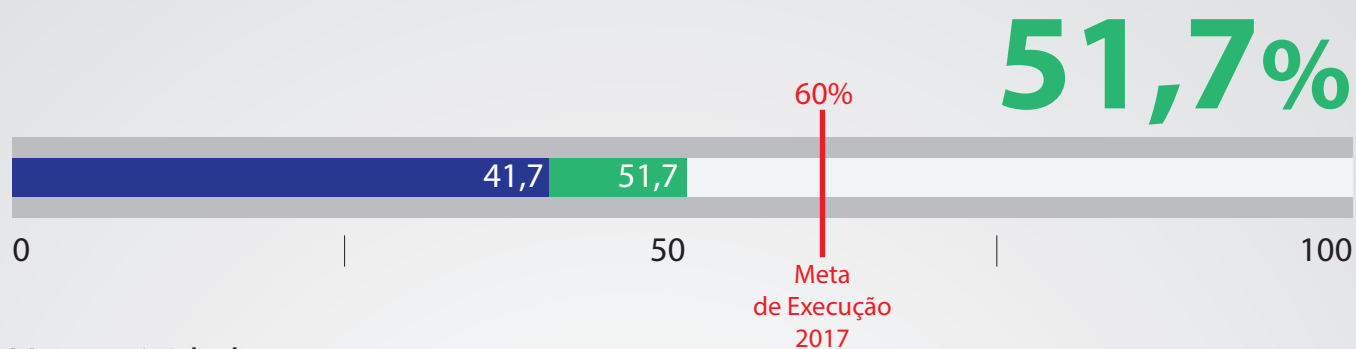


O Instrumento de Autoavaliação da ESMPU foi aplicado a uma amostra composta por parte dos corpos docentes, discentes e técnicos da ESMPU. Os dados foram tratados e divulgados ao público interno e externo da Escola. Foi possível a validação dos itens do instrumento.

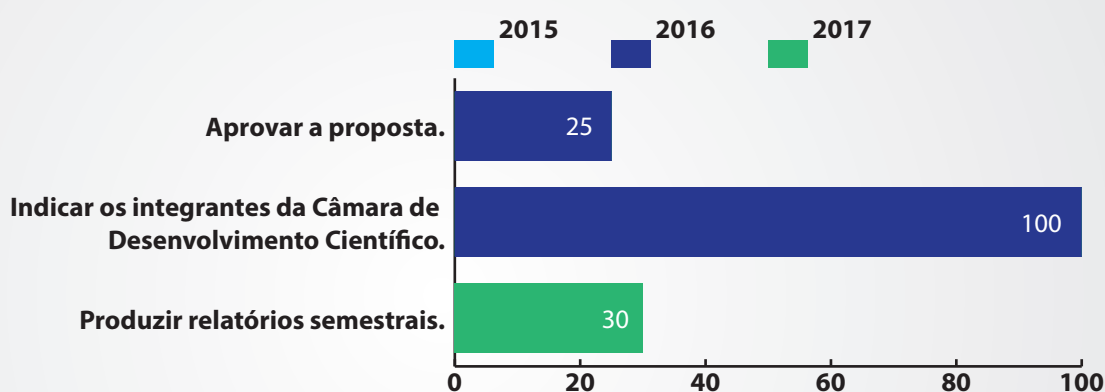
ESTRATÉGIAS E PLANOS

Meta

2 – ELABORAR OS CENÁRIOS DO MPU.



Macroatividades

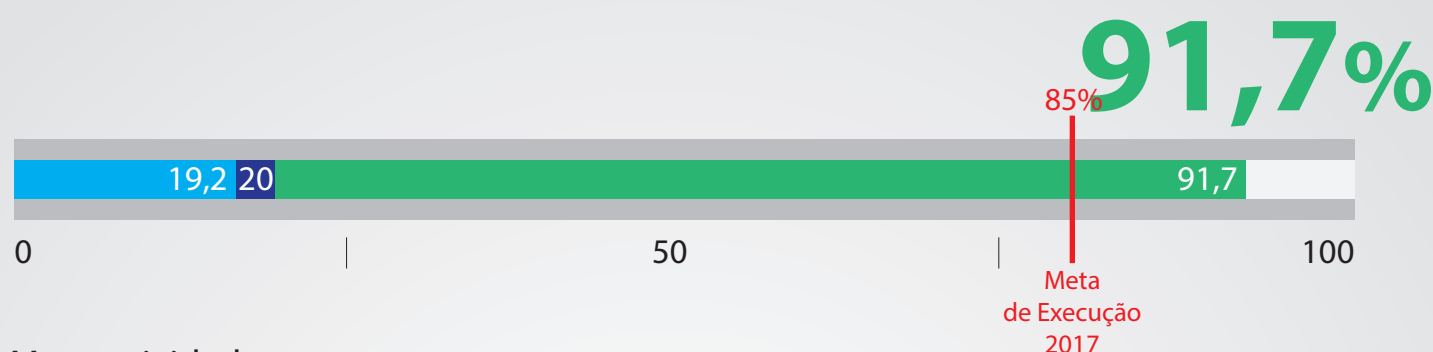


Fomento à pesquisa pela Câmara de Desenvolvimento Científico.
Pesquisas em desenvolvimento sobre temas que são/serão objeto de atuação do MPU.

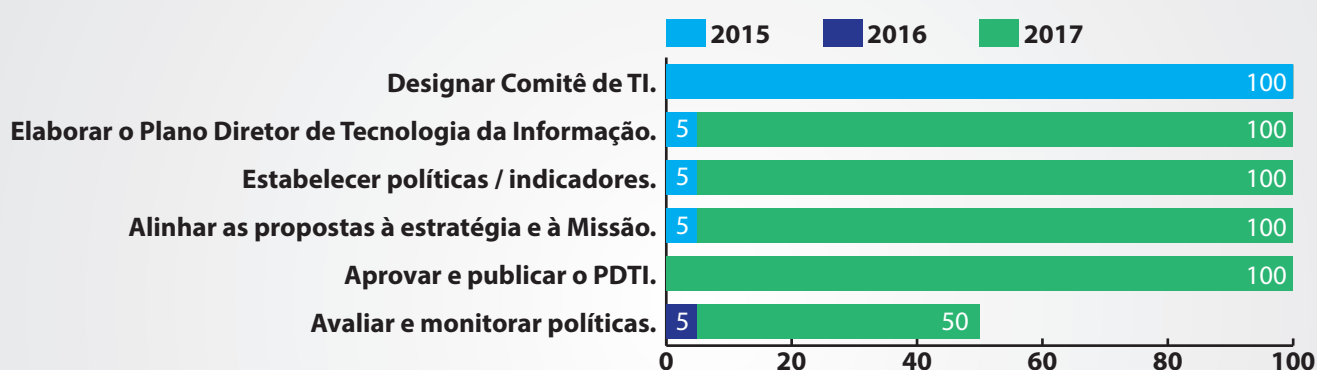
ESTRATÉGIAS E PLANOS

Meta

3- APRIMORAR A ESTRUTURA INTERNA DE TI.



Macroatividades



Comitê de TI criado pela Portaria ESMPU nº 118, de 14 de outubro de 2015
PDTI 2017-2018 aprovado pela Portaria ESMPU nº 01021, de 16 de maio de 2017.

Criadas as seguintes Políticas de TI (PDTI 2017-2018, item 13. Anexo I):

Política de TI nº 01/2017 - estabelece regras para aquisição, renovação e alocação do parque de computadores desktop.

Política de TI nº 02/2017 - estabelece regras para aquisição, renovação e alocação do parque de equipamentos portáteis: notebooks, netbooks e tablets.

Política de TI nº 03/2017 - estabelece regras para aquisição, renovação e alocação do parque de equipamentos de infraestrutura de rede local de computadores e data center.

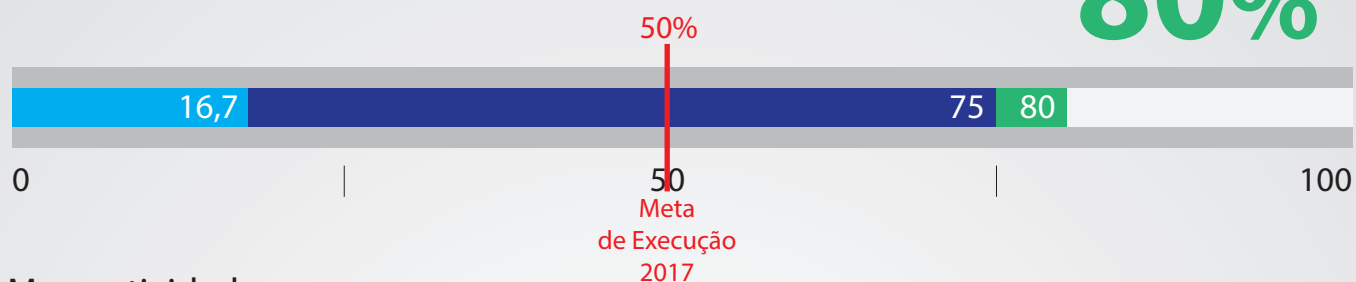
PDTI 2017-2018 aprovado e publicado

ESTRATÉGIAS E PLANOS

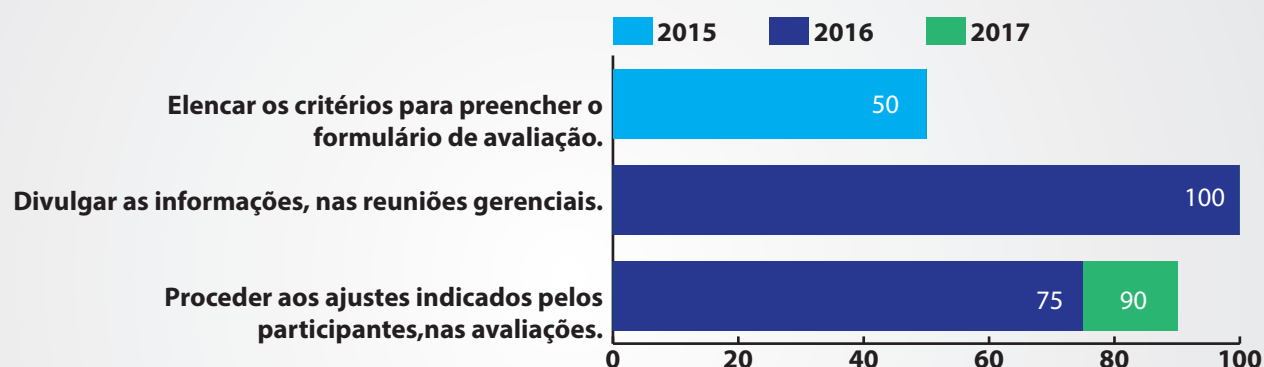
Meta

4 – APRIMORAR A QUALIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA CAPACITAÇÃO.

80%



Macroatividades



Ação parcialmente implementada, em razão da rotatividade de servidores no Núcleo de Acompanhamento Orçamentário da SEPLAN, e da ausência de sistemas confiáveis para o devido acompanhamento orçamentário. Contudo, em 2017 já houve melhoria na rotina de expedição de relatórios de orçamento e diminuição de conflitos de informações entre as áreas.

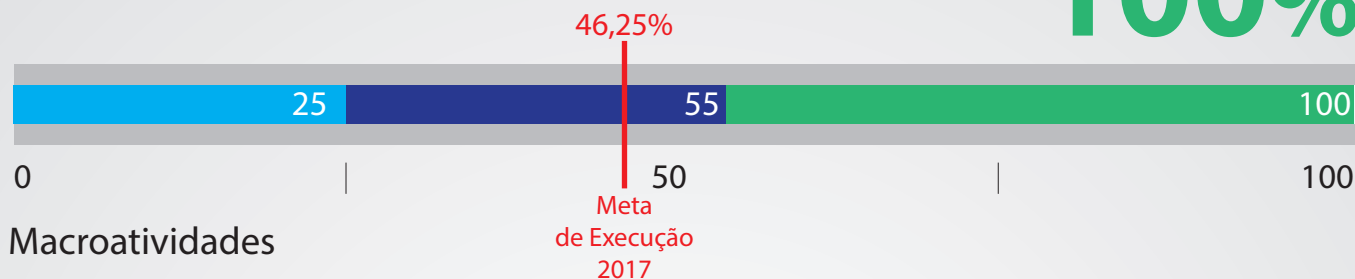
Expedição de recomendações pela CPA à Administração Superior. Disponibilização no portal da ESMPU na internet de relatórios de avaliação gerados automaticamente e para consulta a qualquer tempo.

ESTRATÉGIAS E PLANOS

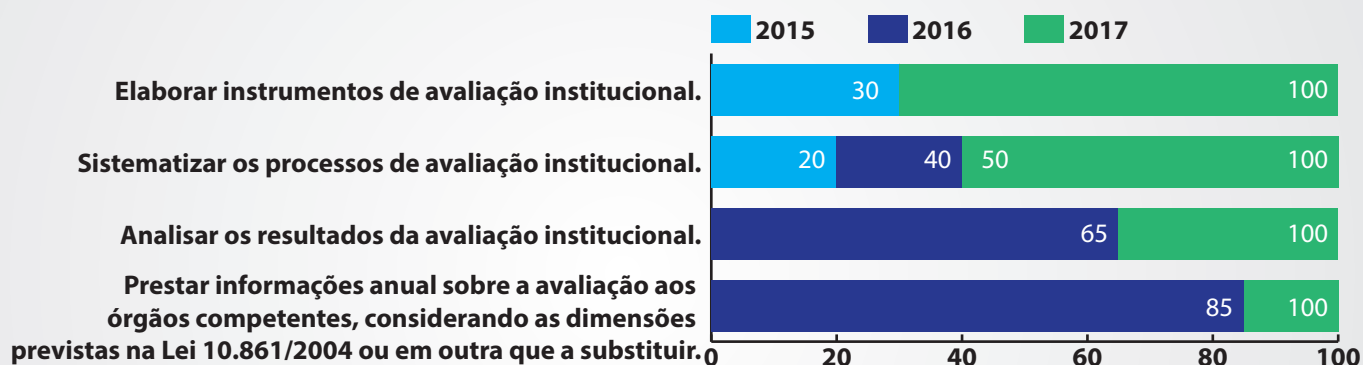
Meta

5 – IMPLANTAR A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ESMPU.

100%



Macroatividades



A primeira aplicação do instrumento de avaliação ocorreu em julho de 2017. A CPA/ESMPU identificou as frentes que precisam ser avaliadas, e definir a metodologia de avaliação.

Relatório de resultados divulgado ao público interno e externo da ESMPU

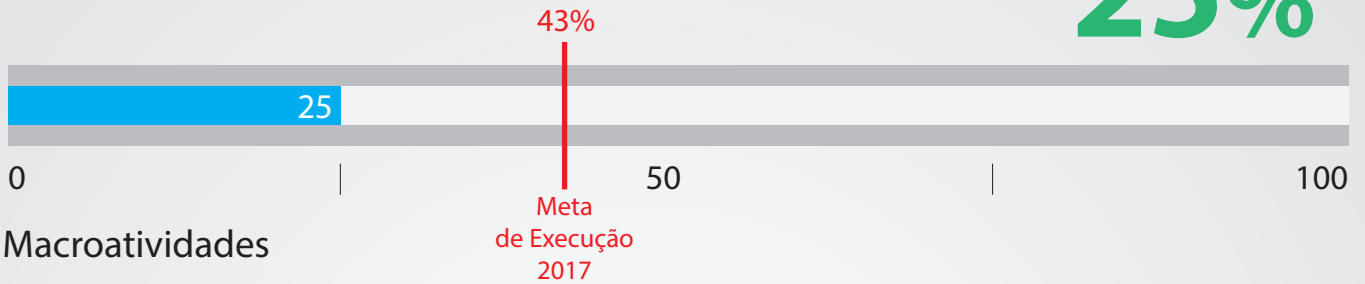
Informações prestadas devidamente. (Macroatividade cíclica)

ESTRATÉGIAS E PLANOS

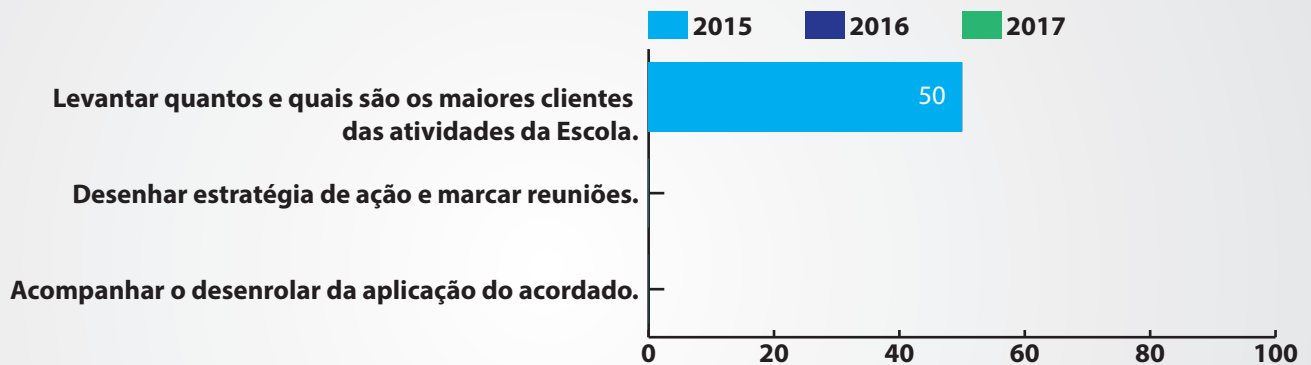
Meta

6 – NEGOCIAR COM O CONSELHO SUPERIOR DE CADA RAMO A INCLUSÃO DE CAPACITAÇÃO NA ESMPU COMO ITEM PARA PROMOÇÃO NA CARREIRA DE MEMBROS E SERVIDORES MPU.

25%



Macroatividades



Não há ações planejadas

Ação não priorizada em razão das novas orientações do CNMP para as unidades de capacitação do Ministério Público.

CIDADÃOS

aborda processos gerenciais relativos à análise e desenvolvimento de mercado e ao relacionamento com os cidadãos



A

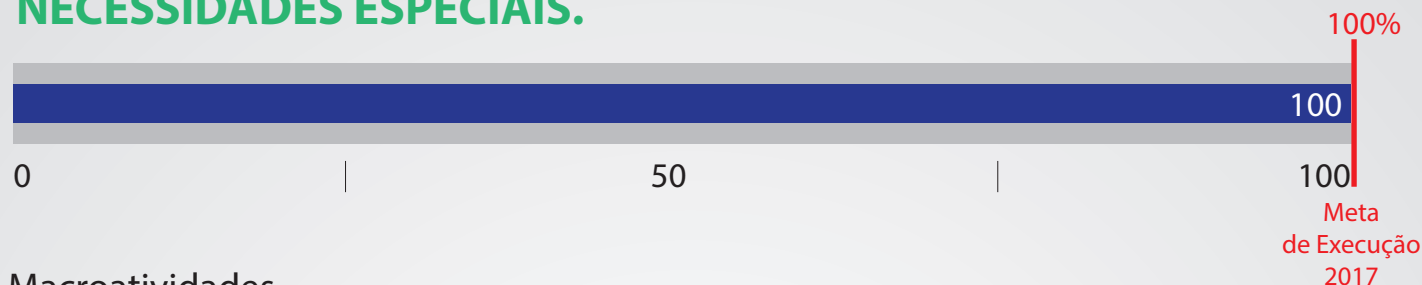
3

CIDADÃOS

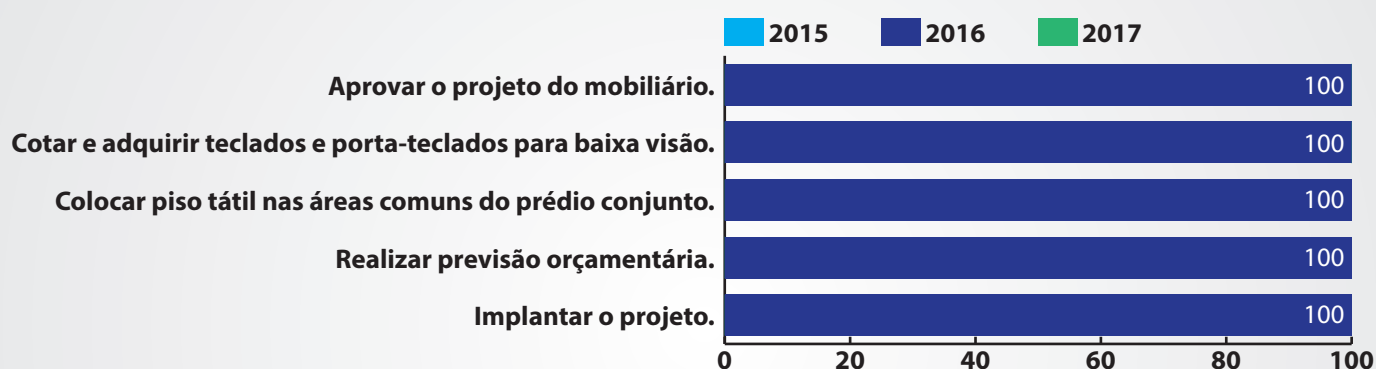
Meta

1 – ADAPTAR MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS PARA USO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

100%



Macroatividades



Acessibilidade garantida.

SOCIEDADE

aborda processos gerenciais relativos à responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento social.



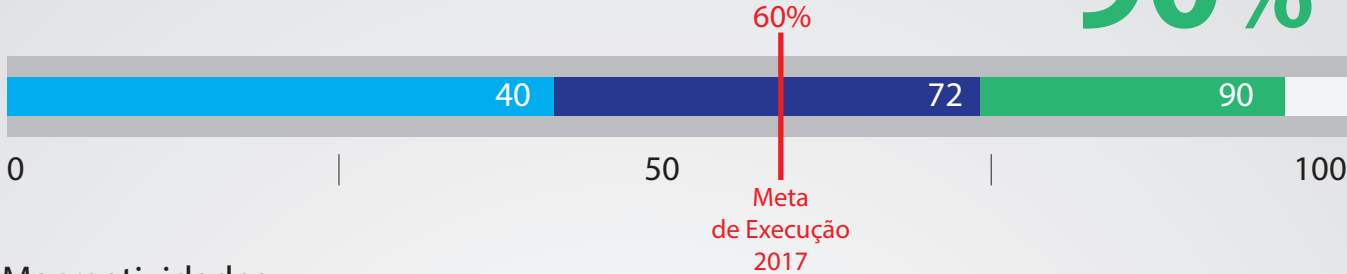
4

SOCIEDADE

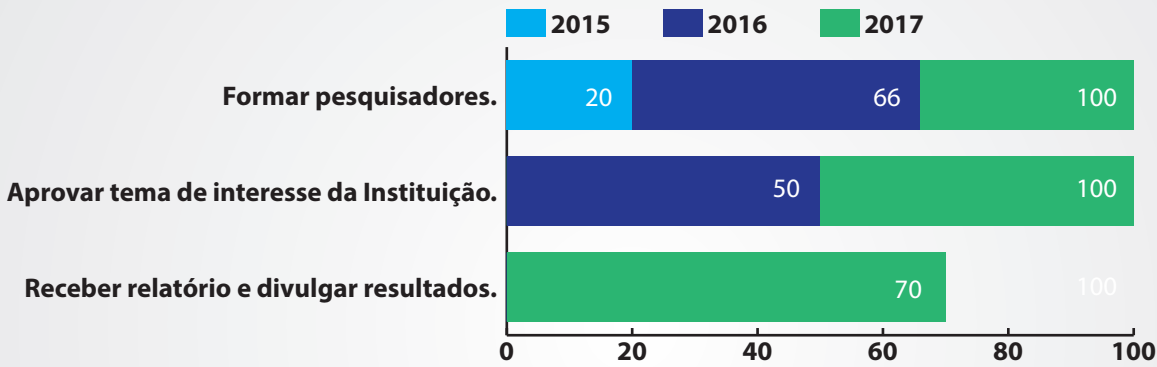
Meta

1 - FOMENTAR A PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA NA ESMPU.

90%



Macroatividades



Oferta da quarta turma de membros do MPU no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica A ESMPU já formou cerca de 40 pesquisadores por meio de Programa de Mestrado em parceria com a Universidade Católica, cerca de 40 pesquisadores estão em processo de formação.

Lançamento de Edital de chamada de projetos de pesquisa.

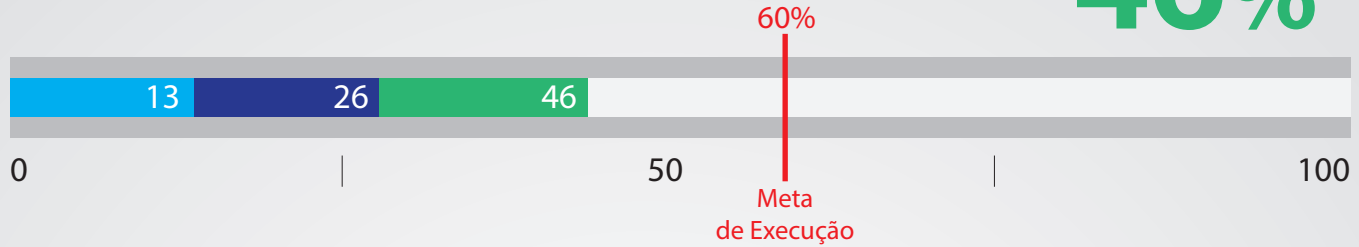
Aprovação de propostas de pesquisa que contemplam temas priorizados pela CDC. Pesquisas em execução.
Estruturação do processo de acompanhamento de pesquisas pela CDC e DIPROP/SEPLAN
Recebimento de relatórios dos pesquisadores, em formato pré-definido pela ESMPU, propiciando maior acompanhamento das pesquisas .

SOCIEDADE

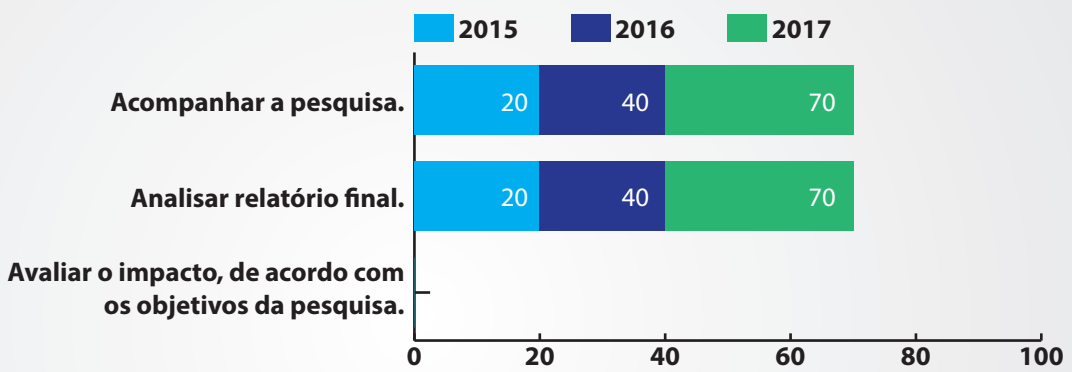
Meta

2 - AVALIAR O IMPACTO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS APLICADAS DA ESMPU.

46%



Macroatividades



Estruturação do processo de acompanhamento de pesquisas pela CDC e DIPROP/SEPLAN
Recebimento de relatórios dos pesquisadores, em formato pré-definido pela ESMPU, propiciando maior acompanhamento das pesquisas .

Estruturação de área específica responsável pelo acompanhamento das pesquisas e mapeamento do processo de trabalho.

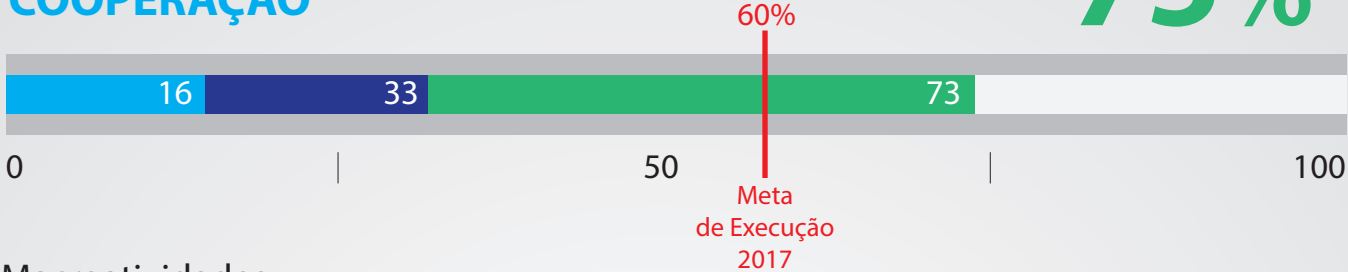
Não haverá encerramento de pesquisas em 2017, apenas em 2018.

SOCIEDADE

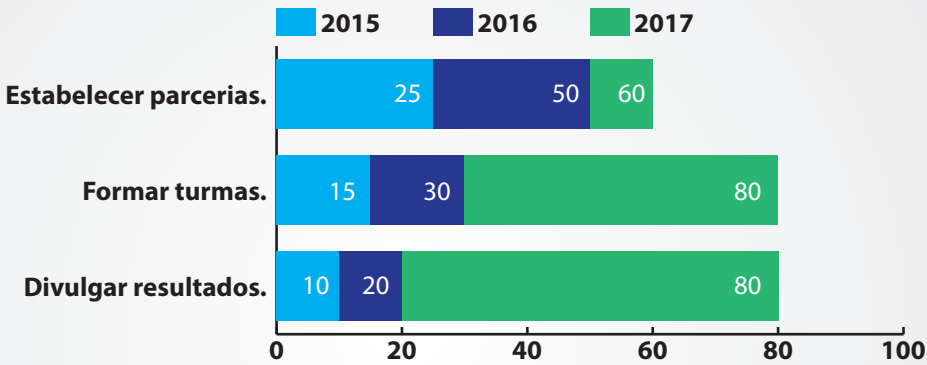
Meta

4 – INCREMENTAR AS ATIVIDADES DECORRENTES DE PARCERIAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

75%



Macroatividades



Ainda há a necessidade de maior organização e acompanhamento dos acordos de cooperação. Criação de instrumento de análise de proposta, ainda em estudo.

Acordo de cooperação firmado com a Syracuse University College of Law.

Disponibilização de vagas para membros em cursos nas Universidades de Syracuse e de Roma Tor Vergata, decorrentes de acordos de cooperação.

Divulgação de vagas decorrentes de acordo de cooperação.

INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

aborda processos gerenciais relativos às informações da organização e ao conhecimento organizacional.



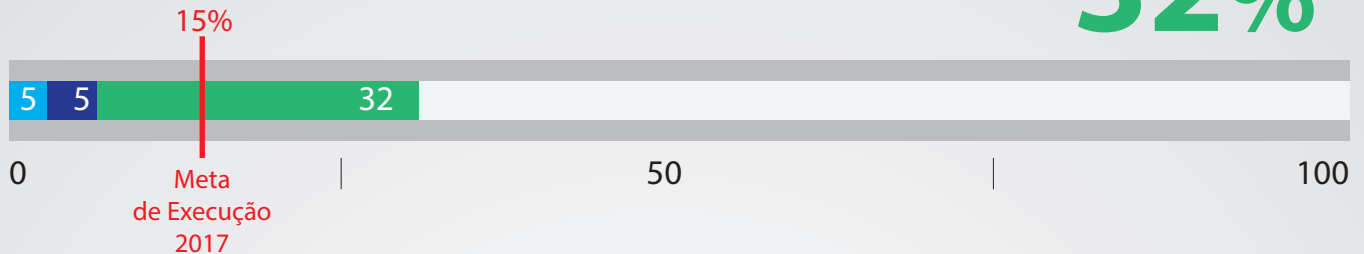
5

INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

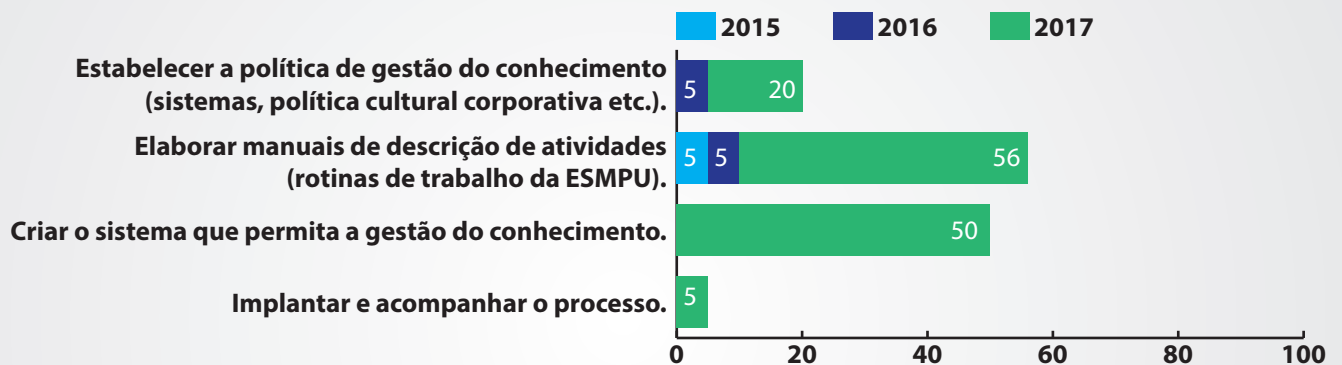
Meta

1 - IMPLANTAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO

32%



Macroatividades



Plano de Projeto em elaboração

A elaboração de manuais será realizada após o mapeamento, remodelagem e validação dos processos organizacionais prioritários. O Projeto de Mapeamento de Processos está em execução.

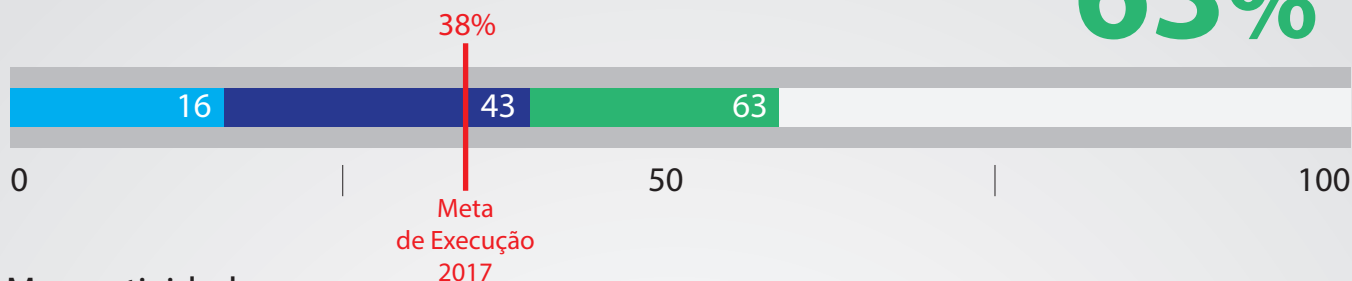
A criação de sistema está contemplado no Plano de Projeto. Implementação do SEI.

INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

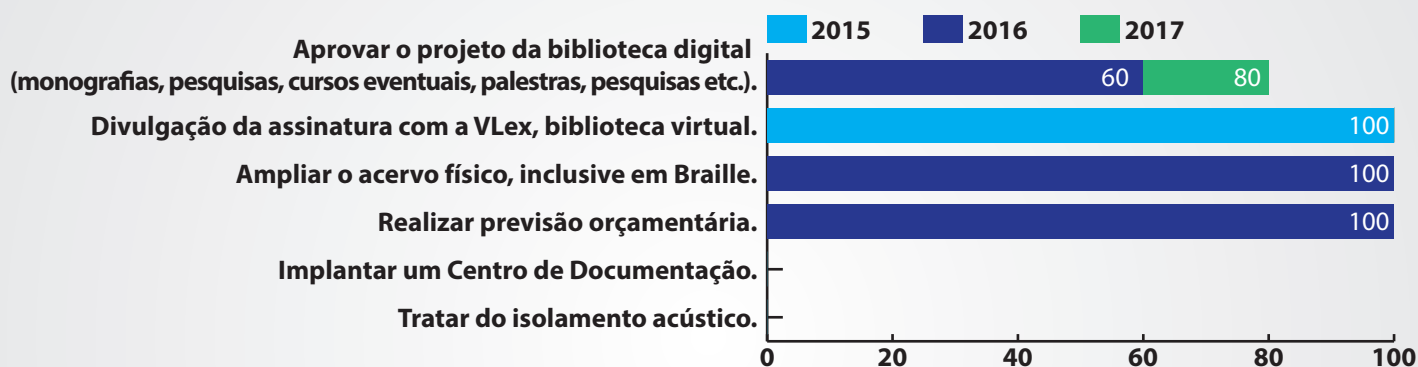
Meta

2 - APRIMORAR A ESTRUTURA INTERNA DE BIBLIOTECA.

63%



Macroatividades



Manutenção do uso efetivo da base com 1.780 usuários cadastrados. Mantido a porcentagem de incremento no uso da base.

Executado 95% da previsão orçamentária de R\$ 30.000,00 para a aquisição de materiais bibliográficos para o ano letivo de 2017.

As reuniões de ajustes e de definição de responsabilidades não ocorreram devido prioridade em outras metas.

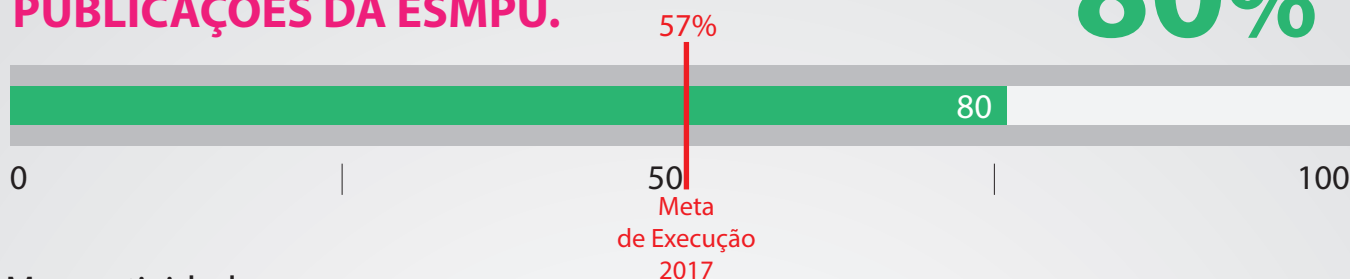
O Tratamento de isolamento acústico foi considerado inviável pelos engenheiros devido ao tempo de inatividade da Biblioteca.

INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

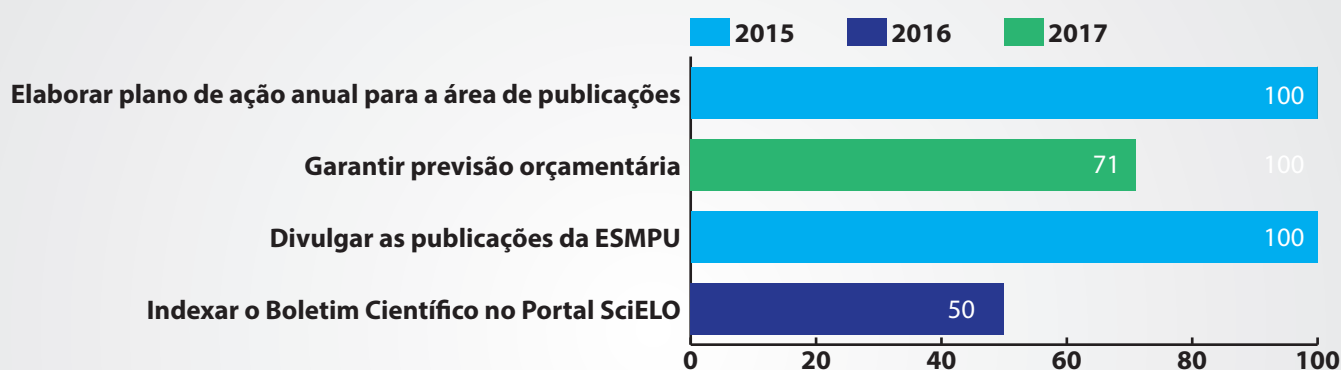
Meta

3 – MANTER A QUANTIDADE E A PERIODICIDADE DE EDIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DA ESMPU.

80%



Macroatividades



Publicação de editais de chamamento de artigos científicos para Boletim Científico e para as demais publicações.

Cumprimento dos prazos regulamentares para execução das obras aprovadas.

Publicadas, no total, dez obras. Em razão da grande quantidade de artigos e projetos de publicação recebidos, o que demandou mais tempo de análise, feita em pares, houve dilatação do prazo de publicação do periódico. Assim, a edição do Boletim Científico referente ao segundo semestre de 2017 será publicada em março de 2018. Dos cinco volumes previstos da Série Manuais de Actuação de Moçambique, apenas dois foram entregues pela coordenação do projeto. A publicação do segundo manual está prevista para o primeiro semestre de 2018. Os volumes das séries Capacitar e Pós-Graduação receberam prioridade de publicação, determinada pela Diretoria-Geral. Com isso, a previsão de publicação de obras avulsas foi alterada.

Por decisão da Câmara Editorial da ESMPU, reduziu-se a tiragem das obras produzidas em 2017. Ao todo, foram executados R\$ 190.906,22 da previsão orçamentária de R\$ 270.000,00 para a impressão gráfica das obras aprovadas na modalidade impressa, o que representa cerca de 71% do orçamento. Orçamento executado em conformidade.

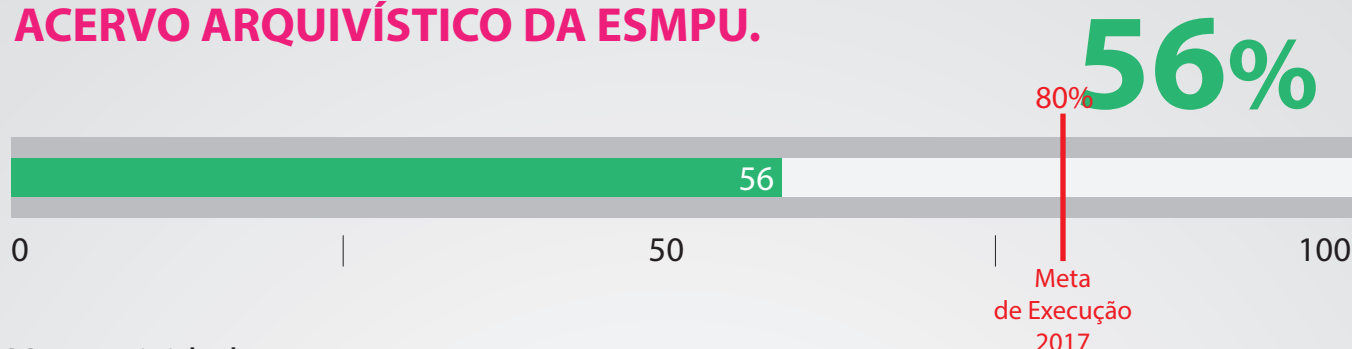
Encaminhamento à Assessoria de Comunicação de editais para divulgação, os PDFs das publicações para disponibilização na página da Escola e preparação de releases para divulgação.

A divulgação de edital de chamamento de artigos para o Boletim Científico foi eficiente, resultando na captação de 38 textos, número satisfatório para compor até duas edições do periódico.

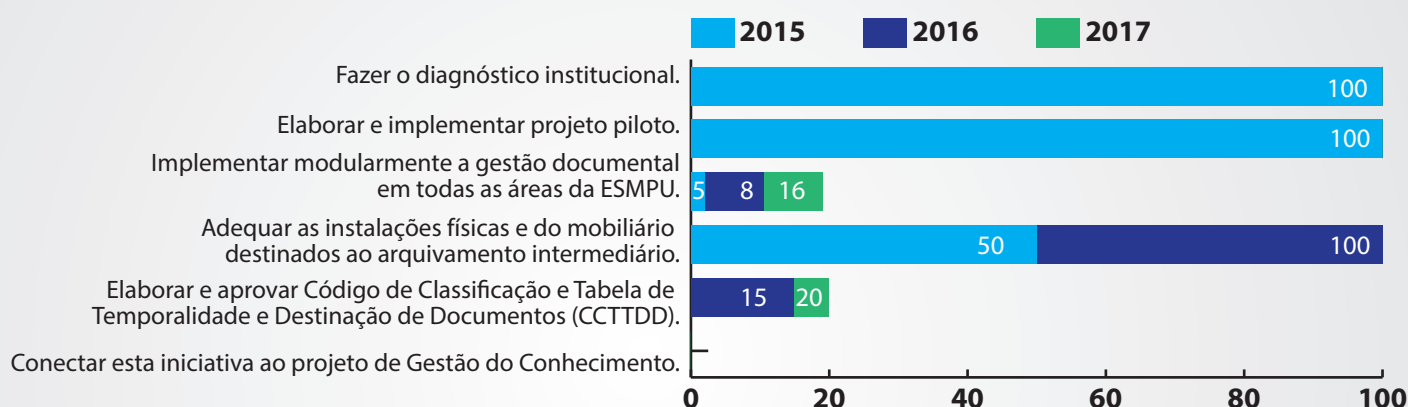
INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

Meta

4 – TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DA ESMPU.



Macroatividades



Dividiu-se a ESMPU em 26 setores a terem seus documentos tratados. Já foram tratados DIRA, CONAD e DIRGE, o que equivale a 11,53%. Mais 5% referentes à elaboração do projeto: 16,53%.

Quanto à área-fim, concluiu-se o tratamento da documentação de Pós-Graduação Lato Sensu. De acordo com a disponibilidade de recursos humanos do Núcleo de Documentação Acadêmica, iniciou-se o tratamento da documentação referente à Pós-Graduação Stricto Sensu. Quanto à área-meio, foram tratadas as documentações do Conselho de Administração (CONAD) e da Diretoria-Geral (DIRGE). Frise-se que esta macroatividade é executada por meio do Projeto de Gestão Arquivística de Documentos, o qual foi despriorizado em julho/2016 em virtude do projeto "ESMPU Sem Papel" e repriorizado em Abril/2017. Ainda em decorrência dos trabalhos de implantação e atualização do processo eletrônico na ESMPU, o tratamento das documentações da SEPLAN e da DGP foi repriorizado para o primeiro semestre de 2018.

Foram classificados e avaliados a totalidade dos documentos do Conselho de Administração (CONAD) e da Diretoria-Geral (DIRGE). Os códigos aplicáveis da Tabela do CONARQ e/ou MPF foram devidamente mapeados, assim como aqueles que precisam ser criados/adaptados para atender às especificidades da ESMPU. Atribuiu-se o percentual de 5% à classificação desses dois setores porque esta é uma atividade que exige a atribuição de pesos: a documentação proveniente destes setores, embora volumosa, é especialmente repetitiva e, portanto, utiliza poucos códigos de classificação. Assim, a concretização desse trabalho não implica em grande elevação do percentual de conclusão desta macroatividade. Ressalte-se, ainda, que em decorrência dos trabalhos de implantação e atualização do processo eletrônico na ESMPU, a classificação e avaliação das documentações da SEPLAN e da DGP foram repriorizadas para o primeiro semestre de 2018.

PESSOAS

aborda processos gerenciais relativos aos sistemas de trabalho, à capacitação e desenvolvimento e à qualidade de vida.

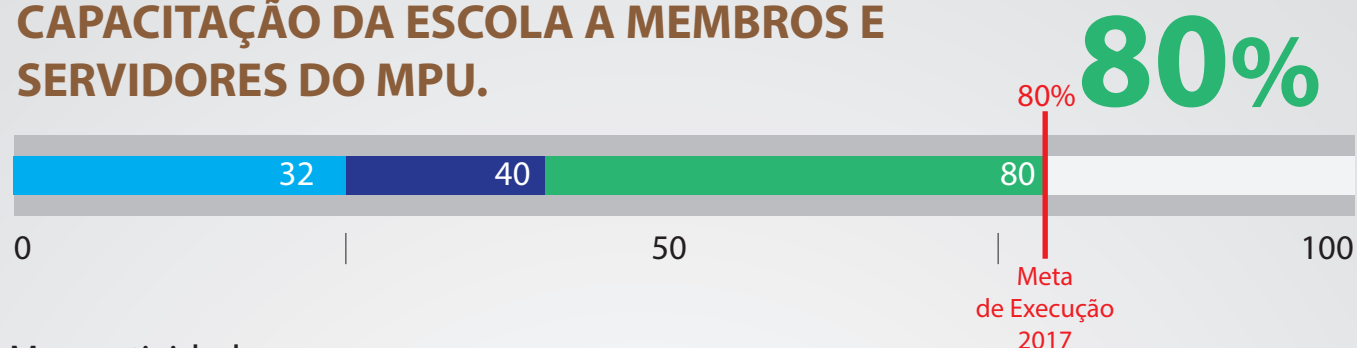


6

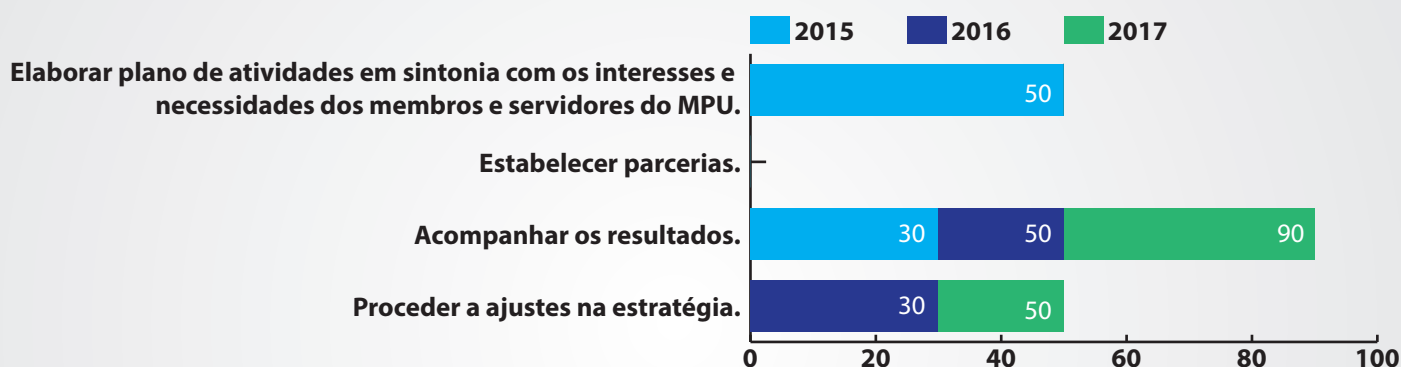
PESSOAS

Meta

1 - INCREMENTAR O ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA ESCOLA A MEMBROS E SERVIDORES DO MPU.



Macroatividades



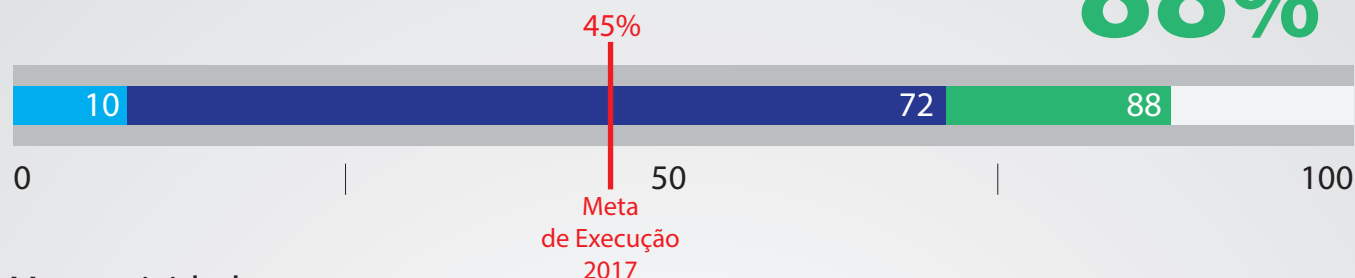
Incremento na quantidade de respondentes da avaliação de impacto que verifica se o curso que atende à necessidade de capacitação e contribui para a melhoria do desempenho profissional do egresso. Ainda há a necessidade de melhorar a avaliação de impacto atualmente aplicada, que já é um projeto da CPA para 2018.

PESSOAS

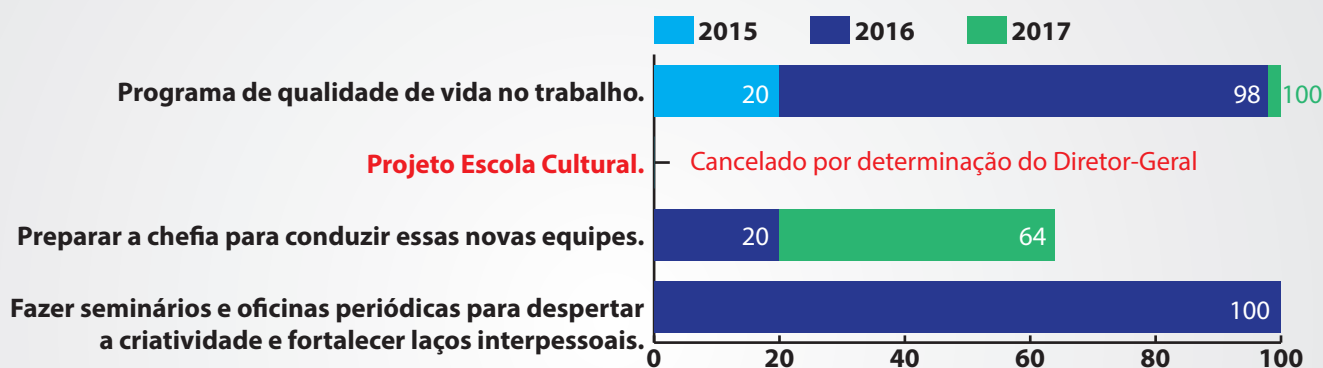
Meta

2 - CRIAR AMBIENTE FAVORÁVEL À CRIATIVIDADE E À INOVAÇÃO.

88%



Macroatividades



As ações desenvolvidas em relação à Qualidade de Vida e preparação para a chefia conduzir as novas equipes, resultaram em um ambiente institucional fortalecido no quesito integração, proporcionado o sentimento de pertencimento à instituição, bem como, no tocante à saúde física, emocional e financeira, enfatizando o bem-estar de forma geral, tendo em vista que, muitas vezes, a saúde financeira deteriorada impacta diretamente a saúde física e emocional das pessoas. Ao mesmo tempo, o investimento em capacitação das chefias proporcionou o desenvolvimento de habilidades de relacionamento, de comunicação assertiva, de feedback e de motivação.

PESSOAS

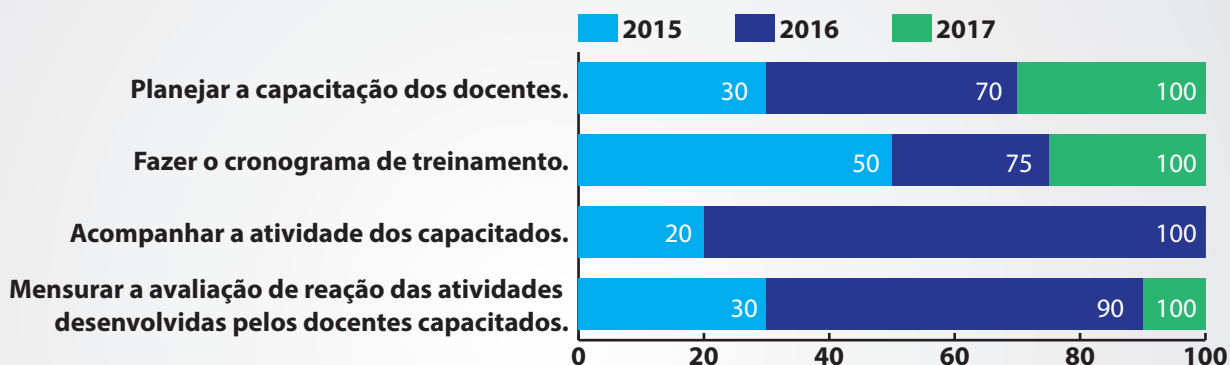
Meta

3 - CAPACITAR SERVIDORES E MEMBROS DO MPU QUE ATUAM COMO ORIENTADORES PEDAGÓGICOS, CAPACITADORES OU TUTORES NA ESMPU.

100%



Macroatividades



Oferta de turmas do curso "Metodologias para aprendizagem" para Orientadores Pedagógico. Inclusão de ações de capacitação de docentes da rotina de planejamento do Plano de Atividades. Inclusão, no calendário de elaboração do Plano de Atividades, de cursos de capacitação de orientadores pedagógicos, para elaboração de projetos pedagógicos, considerando-se os métodos pedagógicos participativos como alternativa para o aprimoramento do exercício profissional de membros e servidores do MPU.

Solicitação de Planos de Aula/Roteiros de capacitadores presenciais e EAD, onde a equipe pedagógica da SEPLAN pode verificar o emprego de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e prestar a devida assessoria pedagógica ao docente.

Aumento do número de docentes que adotam metodologias participativas no processo de ensino-aprendizagem. Planos de Aula/Roteiros disponibilizados no edital da atividade, para que o discente tenha ciência do planejamento docente.

Equipe de avaliação buscou maior rigor nos prazos para fornecimento de feedback sobre os resultados das avaliações do cursos aos envolvidos.

Automação da disponibilização de relatórios de resultados da avaliação de reação por meio do Projeto Expresso.

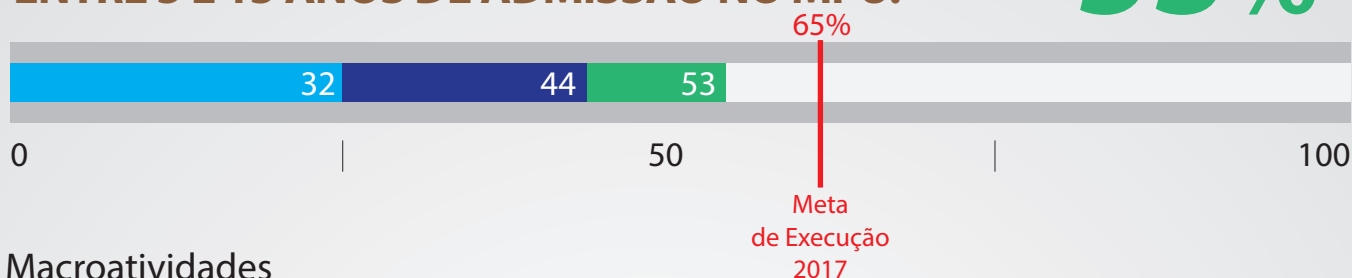
Relatórios de resultados da avaliação de reação por docente, disponibilizado no portal da ESMPU na Internet.

PESSOAS

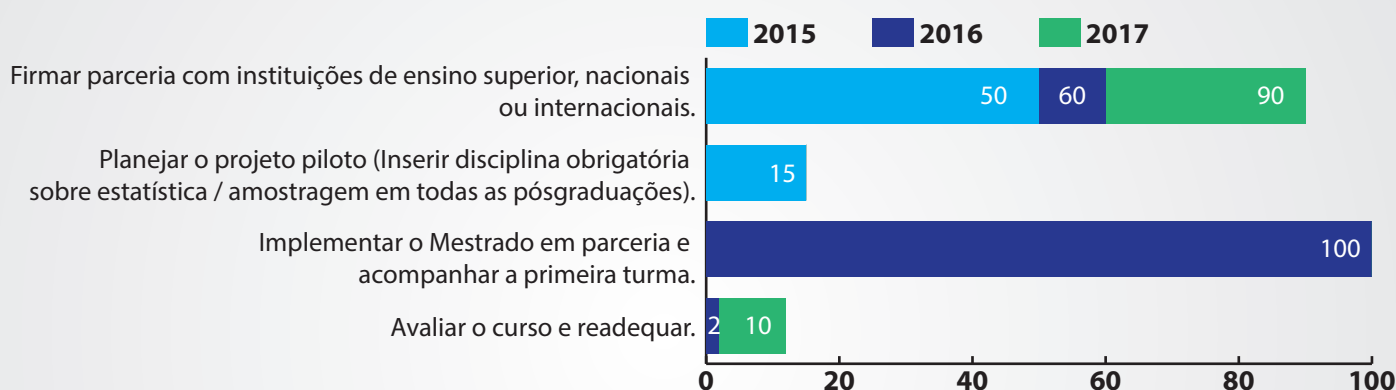
Meta

4 - POSSIBILITAR AOS MEMBROS DO MPU A CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU ENTRE 5 E 15 ANOS DE ADMISSÃO NO MPU.

53%



Macroatividades



Parceria firmada com a *Syracuse University College of Law*. Manutenção da parceria celebrada com a Universidade Católica de Brasília, Univeridade de Roma - Tor Vergata e Universidade de Sevilha. Dessas parcerias, decorreram turmas de membros do MPU no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica; vagas para membros no curso "*Máster en Derecho Constitucional*", na Universidade de Sevilha; vagas para membros no curso "*Sistemas Jurídicos Contemporâneos*", na Universidade de Roma - tor Vergata; e vagas para membros no curso "*Master of Laws*", da Universidade de Syracuse. Pendente o controle por tempo de admissão.

São necessárias mais ações para alcançar a meta, que não se fizeram possíveis em razão de contingenciamento orçamentário.

Oferta, em 2017, da 4ª turma de membros do MPU para o Programa de Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica.

A oferta de 4 turmas (1 turma por ano) em Programa de Mestrado em Direito proporcionou a institucionalização da oferta de ações em nível de pós-graduação stricto sensu pela ESMPU.

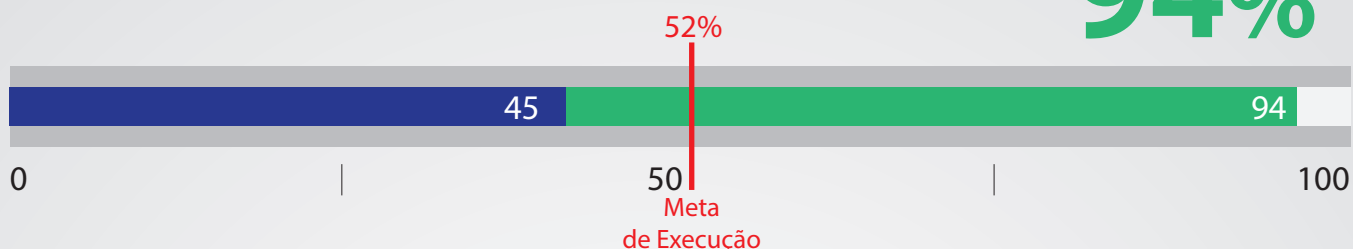
Primeiras discussões sobre os instrumentos possíveis para avaliar esse tipo de oferta educacional. Discussões inconclusivas. Como é uma ação realizada por instituição parceira, a avaliação está na verificação da consecução das cláusulas contratuais. Metodologias de avaliação em estudo.

PESSOAS

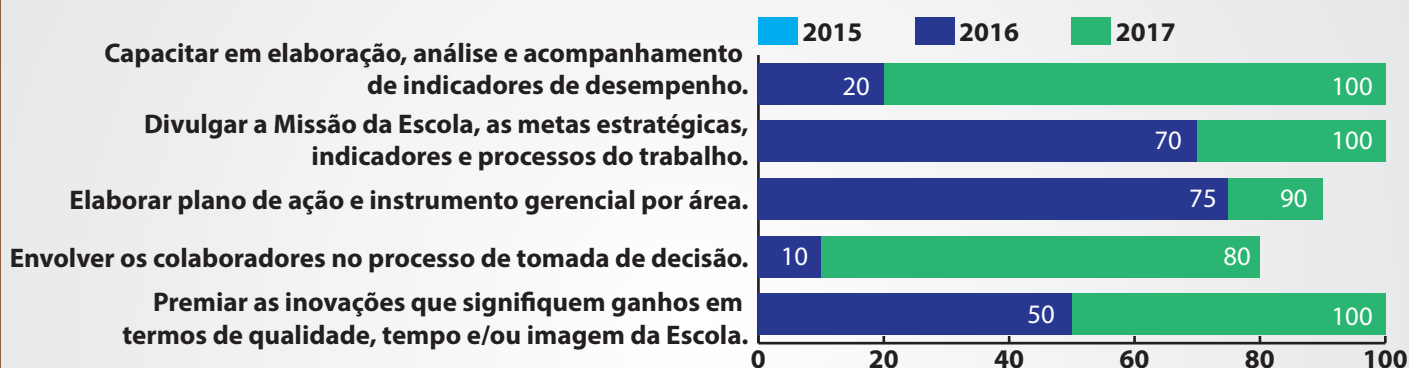
Meta

5 – PROMOVER CULTURA DE ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS.

94%



Macroatividades



Oferta de cursos sobre Indicadores de Desempenho, Servidores capacitados no tema.

Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU. Disponibilização de relatórios de acompanhamento do PDI

Plano de Ação elaborado e distribuído entre os secretários

Disseminação da cultura de gestão de projetos na ESMPU. Envolvimento dos servidores nos principais projetos estratégicos da Escola.

Elaboração de Regulamento da Gestão de Projetos, que orienta sobre o pagamento da Gratificação de Projetos na ESMPU.

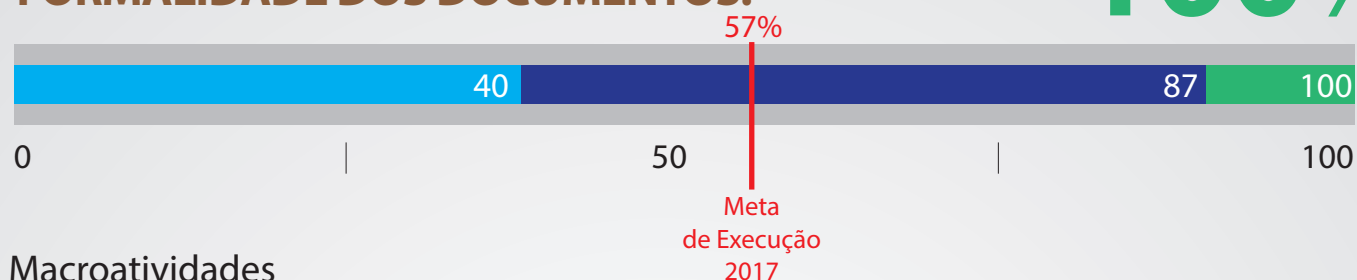
Regulamento expedido pelo CONAD (Resolução 6/2016). Pagamento de gratificação a servidores integrantes de equipes de Projetos Estratégicos em desenvolvimento na ESMPU, indicados pelo Comitê Consultivo de Projetos Estratégicos.

PESSOAS

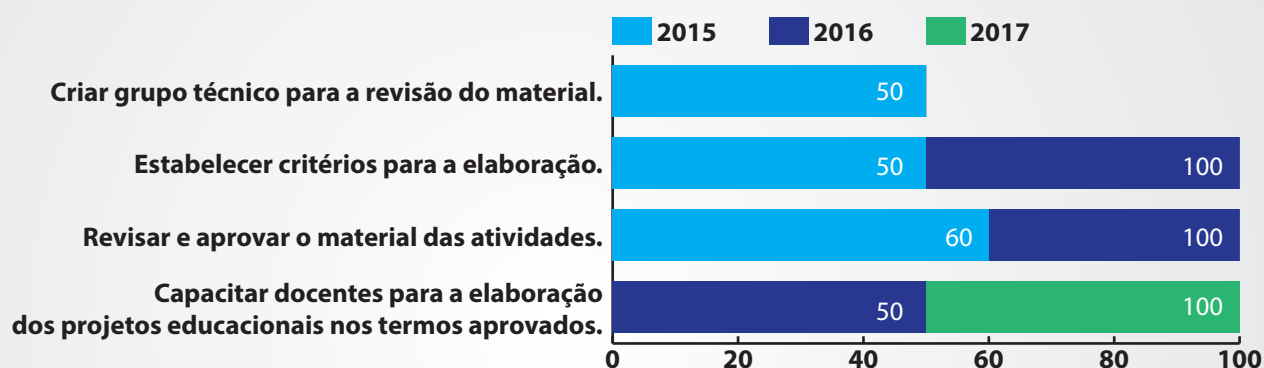
Meta

6 - MELHORAR A ESTRUTURA E O CONTEÚDO DOS PROJETOS EDUCACIONAIS, ATENTANDO PARA A FORMALIDADE DOS DOCUMENTOS.

100%



Macroatividades



Equipe técnica da SEPLAN revisa os projetos pedagógicos e os planos de aula das atividades, indicando ao docente aspectos a melhorar. Criação de banca de acompanhamento e orientação do docente, para elaboração de projeto pedagógico e seleção de capacitadores.

Inclusão, no calendário de elaboração do Plano de Atividades, de cursos de capacitação de orientadores pedagógicos, para elaboração de projetos pedagógicos, considerando-se os métodos pedagógicos participativos como alternativa para o aprimoramento do exercício profissional de membros e servidores do MPU.

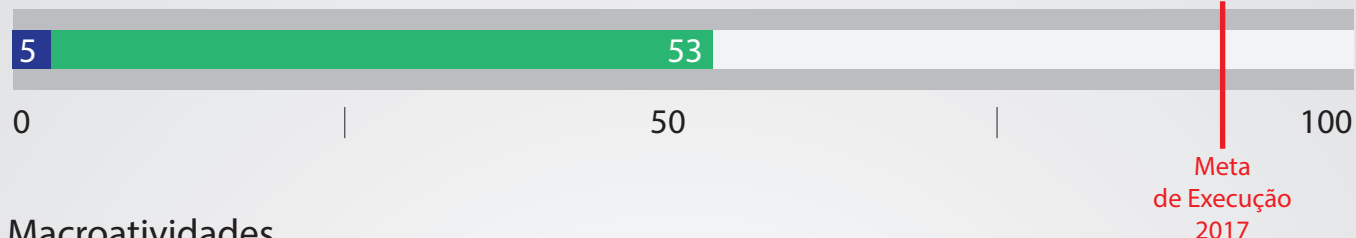
Manuais de elaboração de projeto pedagógico (presencial e EAD) elaborados e divulgados.

PESSOAS

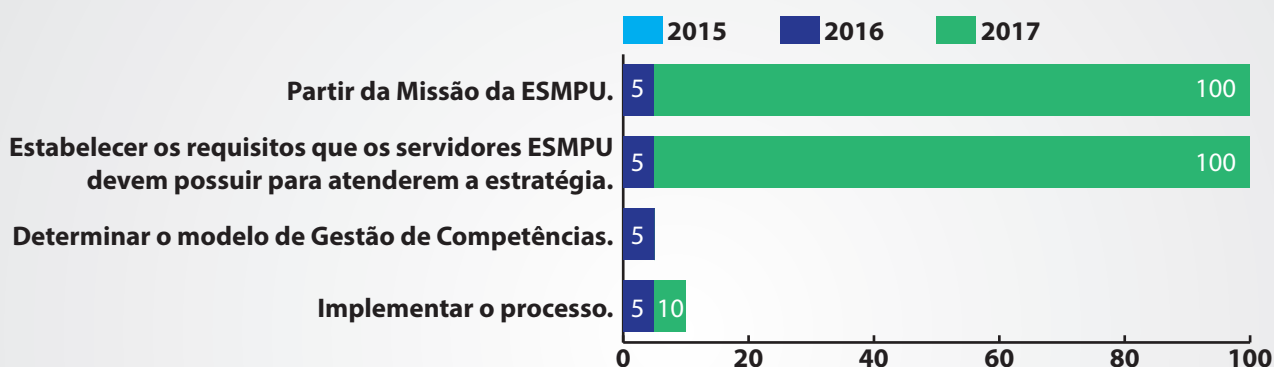
Meta

7 - IMPLANTAR O PROGRAMA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.

53%



Macroatividades



O Projeto Gestão por Competências tem o propósito de contribuir para a motivação contínua dos servidores da ESMPU, diminuindo, conseqüentemente, os índices de rotatividade e absenteísmo. A partir da efetiva implantação do Projeto acredita-se que as políticas de gestão de pessoas sejam atualizadas, valorizando a meritocracia para fins de promoção de pessoal, por meio da definição e adoção de processos contínuos de recrutamento, seleção, identificação, mapeamento, avaliação e desenvolvimento de competências.

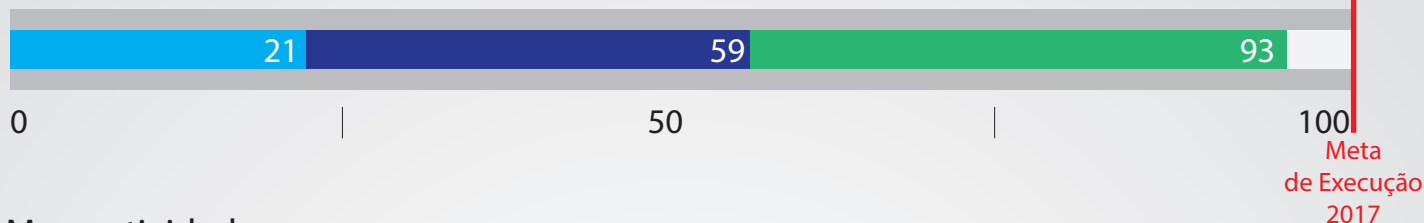
Os benefícios da implantação do Projeto serão percebidos a longo prazo por todas as áreas envolvidas no processo, gerando capital intelectual para a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.

PESSOAS

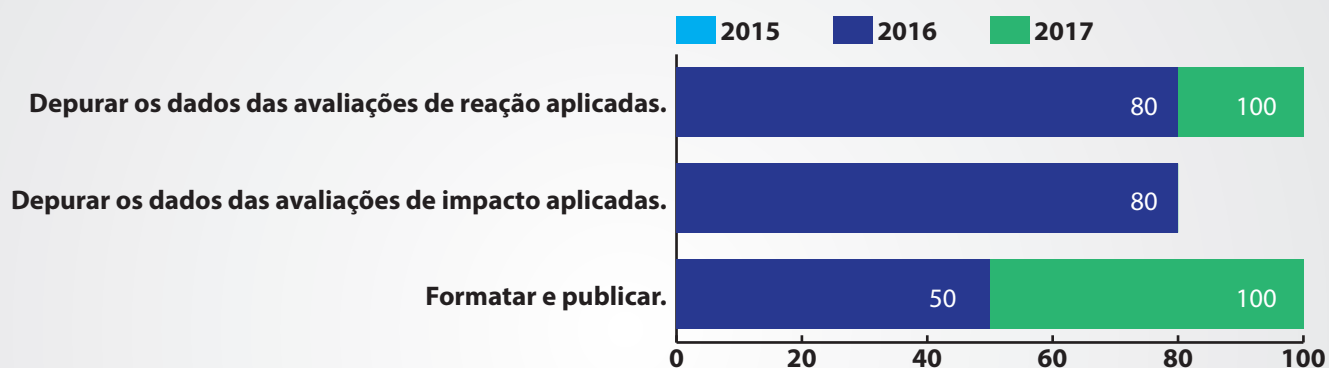
Meta

8 - PUBLICAR, NA INTRANET, OS DADOS DA AVALIAÇÃO DE REAÇÃO E DE IMPACTO.

93%



Macroatividades



Automação do processo de tratamento de dados de avaliação

Processo automatizado.

Realização de análises estatísticas dos dados coletados.

Elaboração de relatório de avaliação por atividade, com apresentação de análises estatísticas, aspectos positivos e a melhorar.

O respeito aos prazos de feedback da avaliação acadêmica melhorou em relação a 2015, mas ainda é necessário maior clareza quantos aos aspectos indicados como "a melhorar" e o acompanhamento das ações decorrentes, pela CPA.

Dados de reação automaticamente disponíveis em forma de relatório na internet e na intranet, por meio do Projeto Expresso.

PROCESSOS

aborda processos gerenciais relativos aos processos da cadeia de valor, processos relativos a fornecedores e processos econômico-financeiros.



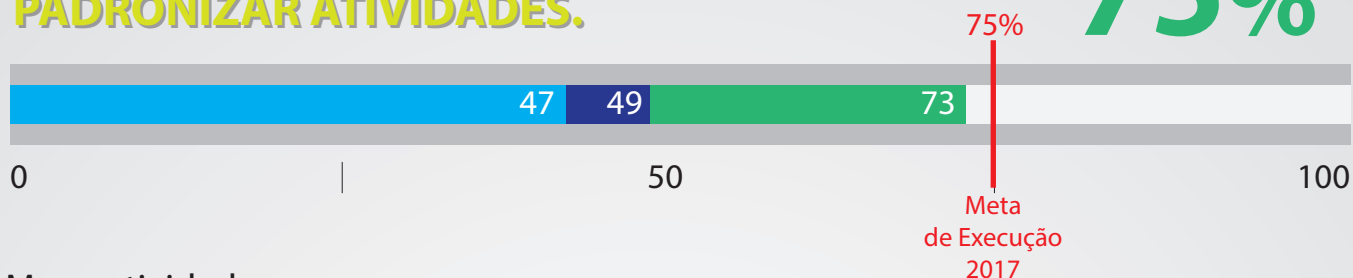
7

PROCESSOS

Meta

1 – MAPEAR, ANALISAR E MELHORAR PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E PADRONIZAR ATIVIDADES.

75%



Macroatividades



O Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU está em execução, na fase de mapeamento e análise, já foram mapeados, analisados e melhorados 6 de 9 processos priorizados para o projeto. Os Fluxos e Manuais foram disponibilizados na intranet da ESMPU.



ESMPU

Escola Superior do Ministério Público da União

escola.mpu.mp.br